



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

JULIA MARIA DA SILVA FURTADO

MATRÍCULA-201915570017

**RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO RIBEIRINHO EM ABAETETUBA/PA E COMUNIDADE DO  
CAJUEIRO/MA NA ROTA DOS PROJETOS PORTUÁRIOS**

BELÉM-PA

2021

JULIA MARIA DA SILVA FURTADO

**RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO RIBEIRINHO EM ABAETETUBA/PA E COMUNIDADE DO  
CAJUEIRO/MA NA ROTA DOS PROJETOS PORTUÁRIOS**

Dissertação apresentada para a Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto.

BELÉM-PA

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

F992r Furtado, Julia Maria da Silva.  
Resistência ao Agronegócio : território ribeirinho em  
Abaetetuba/PA e comunidade do Cajueiro/MA na rota dos projetos  
portuários / Julia Maria da Silva Furtado. — 2021.  
156 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2021.

1. Território. 2. Agronegócio. 3. TUP-Abaetetuba. 4. Porto  
São Luís. I. Título.

CDD 910.1333

---

JULIA MARIA DA SILVA FURTADO

**RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO:  
TERRITÓRIO RIBEIRINHO EM ABAETETUBA/PA E COMUNIDADE DO  
CAJUEIRO/MA NA ROTA DOS PROJETOS PORTUÁRIOS**

Dissertação apresentada para a Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto.

RESULTADO: \_\_\_\_\_

Data: 10/09/2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto – Orientador  
(Universidade Federal do Pará)

---

Dr. José Sobreiro Filho – Examinador Interno  
(Universidade Federal do Pará)

---

Dr. José Sampaio de Mattos Junior – Examinador Externo  
(Universidade Estadual do Maranhão)

---

Dr. Robinzon Piñeros Lizarazo – Examinador Externo  
(Universidad Surcolombiana - Colombia)

---

Dra. Márcia Mariana Brito Bittencourt – Examinadora Externa  
(Universidade Federal do Pará)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e toda a espiritualidade. Aos meus irmãos Leticia, Tiago e Juliana, meus pais Osvaldo e Jorgeana e a minha avó Maria Jacy (in memoriam), que em todo momento da minha formação acadêmica me incentivaram, apoiaram e foram a base para a continuidade na pesquisa e trabalho.

Ao meu orientador Adolfo Oliveira Neto, pela atenção, paciência, conversas e orientações sobre a pesquisa, auxiliando na formação acadêmica com vistas ao amadurecimento e independência como pesquisadora e na produção da dissertação. À professora Márcia Pimentel, pela atenção, empatia e orientações sobre atividades no mestrado. Ao professor José Sobreiro, pela dedicação e paciência nas aulas/conversas em 2019, que somaram no entendimento e comprometimento com a pesquisa. Aos professores e as professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFGA).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), inserida no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD-AM/projeto “Uso do Território, Modernizações, Desigualdades Sociais e Questão Ambiental no Maranhão”) - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); 01/12/2019 - 29/02/2020; e no Programa CAPES - DS (Programa de Demanda Social) - Universidade Federal do Pará (UFGA); bolsa mestrado: desde março/2021.

Aos amigos da minha família que contribuíram para a minha permanência na Universidade. À Lyara, Ana Beatriz, Gabriela, Thallys, Danillo, Dana, Elton, Tayná, Letícia Soares, Osmana, Daiane e Dona Regiane (por me receberem e acompanhar nas atividades de campo em Abaetetuba), dona Rosângela, dona Telma (in memoriam), Mariana e tantos mais muito importantes.

Ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA/UEPA), onde me foi apresentada a temática ribeirinha em Abaetetuba/PA através do PIBIC/CNPq – 2016-2018. E no mesmo período, aos ribeirinhos moradores das ilhas em Abaetetuba/Pará, pela receptividade, disponibilidade de tempo e atenção nas atividades em campo, e confiança na troca ao relatar suas vidas e memórias nas comunidades.

## RESUMO

A partir de políticas de incentivo e comércio internacional de *commodities*, os instrumentos de reprimarização seguem relacionados à manutenção da condição subalterna de camponeses e de países periféricos capitalistas, como instrumento da expansão do agronegócio e sua consolidação cada vez mais intensa. Que assinala também como o conflito se representa na disputa pelo território, para superação da condição desigual e subalterna, a partir da presença da luta e resistência expressa no território camponês no Brasil. Frente as políticas neoliberais no campo e de mercados de *commodities*, engendrados e representados por empreendimento e projetos portuários, de produção e organização na lógica capitalista na região de pesca e comunidades ribeirinhas em Abaetetuba/PA e Cajueiro/MA. Nesta pesquisa, busca-se compreender como se expressa a resistência ribeirinha e de pescadores frente ao processo e o contexto de reprimarização da economia brasileira, com aval e incentivo estatal, e ação direta em território tradicional de ribeirinhos em Abaetetuba/PA e de pescadores na comunidade de Cajueiro, no município de São Luís/MA. Para isso analisamos e discorremos com referência aos projetos de instalação do Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) Abaetetuba/PA da multinacional norte-americana Cargill S/A e do Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís, transnacional chinesa de operação da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A, do grupo WTorres. O escopo está centrado em entender os conflitos que se dão em volta da disputa territorial, seu desdobramento e repercussão, considerando as singularidades e heterogeneidades territoriais na ampla expansão do agronegócio em comunidades ribeirinhas. Com a incursão do TUP-Abaetetuba e TUP-São Luís, e subjugação desses grupos sociais, seja pela monopolização do território sem a territorialização efetiva do porto, seja pela reintegração de posse que desapropria moradores em Cajueiro/MA. A partir da pesquisa bibliográfica (*Web of Science* e *Scopus*), dados acerca do mercado de transportes aquaviários, contidos no Boletim Aquaviário do 1º trimestre de 2021, a análise e desenvolvimento da pesquisa será construída pela perspectiva do materialismo histórico e expressão da luta de classes na construção e gerenciamento dos territórios, assim como o conflito relacionado a sua construção na resistência, em que a produção, unidade familiar e organização/gerenciamento do território ribeirinho, como território em marginalidade em relação ao centro capitalista, são possibilidades e alternativas da existência de modelos diferentes de organização de um território, que além de construindo num sistema entre comunidades, está na rota do sistema de reprimarização. Na primeira parte da pesquisa foi construído um panorama da Questão Agrária, influenciando e expressando a conflitualidade presente no campo com a expansão do modo de produção capitalista. Presente também na contradição da industrialização da agricultura brasileira para um desenvolvimento que retrocede a produção como agrário-exportador de produtos primários; assim como a inserção de novos sujeitos na disputa por terra e território na marginalização e exploração do campo e seus territórios.

**Palavras-chave:** Território, Agronegócio, TUP-Abaetetuba, Porto São Luís.

## ABSTRACT

Based on incentive policies and international trade in commodities, the instruments of reprimarization are related to the maintenance of the subordinate condition of peasants and peripheral capitalist countries, as an instrument for the expansion of agribusiness and its increasingly intense consolidation. It also shows how the conflict is represented in the dispute for territory, to overcome the unequal and subordinate condition, from the presence of struggle and resistance expressed in peasant territory in Brazil. Facing the neoliberal policies in the field and commodity markets, engendered and represented by port enterprises and projects, production and organization in the capitalist logic in the fishing region and riverine communities in Abaetetuba/PA and Cajueiro/MA. In this research, we seek to understand how riverine and fishermen's resistance is expressed against the process and context of reprimarization of the Brazilian economy, with state support and incentive, and direct action in the traditional territory of riverine people in Abaetetuba/PA and fishermen in the community of Cajueiro, in the municipality of São Luís/MA. For this, we analyze and discuss concerning the installation projects of the Terminal de Uso Privado (TUP) Abaetetuba/PA of the North American multinational Cargill S/A and the Terminal de Uso Privado (TUP) Porto São Luís, a Chinese transnational operated by WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A, of the WTorres group. The scope is centered on understanding the conflicts that occur around the territorial dispute, its unfolding, and repercussions, considering the territorial singularities and heterogeneities in the wide expansion of agribusiness in riverine communities. With the incursion of TUP-Abaetetuba and TUP-São Luís, and subjugation of these social groups, either by the monopolization of territory without the effective territorialization of the port, either by the repossession that expropriates residents in Cajueiro/MA. From the bibliographical research (Web of Science and Scopus), data about the waterway transport market, contained in the "Boletim Aquaviário" of the 1st quarter of 2021, the analysis and development of the research will be built from the perspective of historical materialism and expression of class struggle in the construction and management of territories, as well as the conflict related to its construction in resistance, in which the production, family unit, and organization/management of the riverine territory, as a territory in marginality to capitalist center, are possibilities and alternatives of the existence of different models of organization of a territory, which besides being built in a system between communities, is on the route of the reprimarization system. In the first part of the research, a panorama of the Agrarian Question was built, influencing and expressing the conflict present in the countryside with the expansion of the capitalist production mode. It is also present in the contradiction of the industrialization of Brazilian agriculture for a development that goes back to production as an agrarian-exporter of primary products; as well as the insertion of new subjects in the dispute for land and territory in the marginalization and exploitation of the countryside and its territories.

**Keywords:** Territory, Agribusiness, TUP-Abaetetuba, Porto São Luís.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Possíveis Linhas de Pesquisa e Análise .....	40
Quadro 2 Conflitos e Disputa Territorial na Amazônia brasileira .....	63
Quadro 3 Mobilizações da Comunidade do Cajueiro .....	134
Quadro 4 Acordos, utensílios e locais de pesca na comunidade. ....	139
Quadro 5 Principais ações políticas de enfrentamento ao Projeto TUP-Abaetetuba da Cargill, realizadas ou apoiadas pela Paróquia das Ilhas. ....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Conflitos no Campo - Brasil (2020) .....	72
Tabela 2: Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2011 - 2020) .....	73
Tabela 3: Ocorrência de Conflitos por Terra envolvendo os grupos “pescador” e “ribeirinho” (2020) .....	74

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais Mercadorias Movimentadas na Exportação (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020-2021 .....	91
Gráfico 2: Principais Mercadorias movimentadas na Cabotagem (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020/2021 .....	91
Gráfico 3: Principais Mercadorias movimentadas na Navegação Interior (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020/2021 .....	92
Gráfico 4: Participação por perfil de carga (% de toneladas): 1º trimestre de 2021. ....	93
Gráfico 5: Granel Sólido – Distribuição da Carga por tipo Instalação Portuária (% de toneladas) – 1º Trimestre de 2021 .....	94

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Acoplamento Bibliográfico das Fontes (1945-2019).....	29
Figura 2 Mapa Co-citação das Fontes Citadas (1945-2019) .....	31
Figura 3 Mapa Acoplamento Bibliográfico dos Textos (1945-2019) .....	33
Figura 4 Mapa Co-Citação dos Autores (1945-2019) .....	36
Figura 5 Mapa Co-ocorrência de Termos (1945-2019).....	38
Figura 6 Localização do TUP – Abaetetuba/PA. ....	69
Figura 7: Porto Multimodal São Luís - Localização .....	71
Figura 8: Projeto Arco Norte.....	78
Figura 9: Estrutura do Terminal Portuário de São Luís (TUP São Luís) .....	81
Figura 10: Estrutura do Terminal de Uso Privado da empresa Cargill S.A. (TUP-Abaetetuba).....	83
Figura 11 Território do Cajueiro. São Luís - Maranhão.....	127
Figura 12: Conflitos socioambientais e ameaças aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais da ilha do Xingu. ....	138



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. QUESTÃO AGRÁRIA – DAS ABORDAGENS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PARA A COMPREENSÃO DO CONFLITO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA .....	25
1.1. Questão Agrária – Conflito e Conflitualidade.....	43
1.2 Agronegócio e Campesinato – Projeto político, organização e produção na lógica da agricultura capitalista.....	50
1.3 Conflitos Territoriais na Amazônia brasileira – Coleta de Dados na Base <i>Scopus</i> .....	59
1.4. Território em Disputa na Amazônia Brasileira - Projetos Portuários de Desenvolvimento em Abaetetuba/PA a Cajueiro/MA .....	65
2. REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	76
2.1. Economia e produção Primário-exportadora.....	86
2.2. Subalternidade de Comunidades Tradicionais como Condição no Agronegócio .....	96
3. TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AO AGRONEGÓCIO .....	120
3.1 Luta e Resistência na Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA. ....	125
3.2 Luta e Resistência na Ilha Xingu, Abaetetuba/PA. ....	136
CONCLUSÃO .....	143
REFERÊNCIAS .....	149

## INTRODUÇÃO

O adensamento de projetos e empreendimentos sobre o agronegócio em curso na região Amazônica, compõe função e meio para o destaque na participação nacional no mercado global e dinâmica capitalista de produção. A construção de estruturas e o fomento de projetos portuários são os indicativos de atendimento e prestação de serviços, com terras, para o movimento global de mercado de *commodities* e agronegócio (desde armazenamento de *commodities* como grãos, até transporte e exportação), expressando, por meio do agronegócio, as necessidades como possibilidades – para determinado fim de mercado – para seu desenvolvimento e implantação na região.

Diante então de um desenvolvimento pautado e direcionado para a produção e reprodução do capital nacional e internacional, levado a curso pelo Estado brasileiro em conjunto com empreendimento internacional e políticas pautadas em favorecimento de empreendimento pelo agronegócio, é presente a transformação do espaço assim como formação e organização – além de sua produção – do território que viabilize sua efetividade capitalista, um território diverso (no trabalho) e específico (na produção, organização e direcionamento/fim) que corresponda ao território brasileiro.

A proposta então se volta e está envolta na presença de projetos para o desenvolvimento da região amazônica, justificando a incursão do agronegócio e empreendimento como representantes desse desenvolvimento, com aliança entre Estado/capital nacional e com o capital internacional, e legitimação através de políticas e atropelamentos de outras formas jurídicas, sob o véu do desenvolvimento necessário e modernizante, pautado pela dinâmica econômica capitalista.

Essa condição e parâmetro desenvolvimentista modernizante – exportado de outras formas de organização e formação histórica de sociedades de países centros capitalistas –, no entanto, esbarra entre territórios e grupos, organizados em territórios e modos de vidas diversos que, frente a produção e transformação do território para estrutura de projetos portuários, terminais e empreendimento com atividades centralizadas para exportação, divergem em seus tempos, memórias e formações organizativas de sociedades e indivíduos.

Esse espaço é caracterizado pelo encontro e desencontro de tempos e existências, que disputam territórios e, imersos nessa disputa, estabelecem o conflito justamente construído nesses desencontros e encontros – desencontros de tempos, territórios, memórias, saberes e modos de vida; e encontros por meio do conflito e da aproximação e compartilhamento de lutas (MARTINS, 1996).

O adensamento e incentivo ao desenvolvimento da produção através da industrialização da economia brasileira, assim como a atuação de empresas de produção e lógica capitalista, promovem a transformação dos valores de uso por valores de troca dos recursos – assim representados como instrumentos de potencialização de lucro e mercadoria através da expansão desse modelo de produção –, repercutindo nos territórios e resultando na consolidação do território do capital e expansão do modo capitalista de produção.

São medidas que configuram a criação e/ou destruição de territórios devido a incompatibilidade entre esses; ou a permanência pela utilidade de coexistência de territórios contraditórios entre si, com a sobreposição de territórios, delimitando e explicando a disputa e conflito territorial.

Com base na diferenciação de classe e a partir dela, as possibilidades de exercício de poder, ação e decisão são o que determinam o lugar de subalternidade entre os sujeitos/agentes na relação de disputa, relacionada diretamente a potencialidade de produtividade, além de também fazer parte da lógica contraditória e complexa do modo capitalista de produção. Desse modo, a (re)produção dos territórios, do capital e de povos e comunidades tradicionais, são transformados e imbrincados na relação de disputa/conflito e desigual proporcionalidade de poder entre os sujeitos.

Nesta pesquisa, a fim de entender os conflitos territoriais ocasionados pela territorialização e expansão de empreendimentos de fomento/infraestrutura a serviço do agronegócio sobre comunidades tradicionais, o *locus* de observação e pesquisa foi pensado na comunidade tradicional ribeirinha na Ilha Xingu, em Abaetetuba/Pará, assim como na Comunidade tradicional do Cajueiro, no município de São Luís/Maranhão onde a incursão de projetos portuários, construindo territórios de lógicas para expansão capitalista e reprodução do capital, ampliam e intensificam a disputa territorial e conflito por terras, mas se dá dentro de um contexto de diferenciação de classe no território nacional e função nacional na divisão internacional, como produtor de *commodities* e agrário-exportador/produção primária.

Esse esforço de compreensão e análise perpassa os conflitos territoriais historicamente travados em áreas de povos e comunidades tradicionais, em que os conflitos pela posse de terra denunciam a disputa pelo território e exercício de soberania do território nacional e dos territórios ribeirinhos na região das ilhas em Abaetetuba/PA e na Comunidade do Cajueiro na Ilha de São Luís/MA, a partir do conflito entre modelos de organização e gestão do território, assim como esses na condição de existência desses sujeitos.

Por mostrar-se um conflito presente em diversas localidades se desdobra de maneiras distintas de acordo com contextos territoriais diferentes, respectivos às comunidades, porém em

relação entre si e condicionados pela problemática geral da disputa por territórios, expansão capitalista/acumulação primitiva no campo e industrialização da agricultura capitalista. Por isso buscamos compreender esse processo comum, mas diverso, no contexto e realidades de camponeses ribeirinhos em Abaetetuba/PA e Cajueiro/MA, que permanecem em seus territórios, em que o mesmo se mantém sob denominação/organização territorial do Estado voltado para as possibilidades de industrialização da economia brasileira dentro da participação na competitividade do mercado externo de *commodities*; sem o reconhecimento do território enquanto condição de existir, produzir e integrado entre territórios pelos rios.

Diante deste quadro o escopo nesta pesquisa é discorrer sobre como se expressa a resistência nessas comunidades tradicionais de ribeirinhos e pescadores, num contexto caracterizado pela reprimarização da economia brasileira através do agronegócio, em que a logística de portos se integra como peça chave na diversificação dos corredores estratégicos e multimodais para escoar produtos/*commodities* agrícolas; em que ribeirinhos e pescadores da Ilha Xingu em Abaetetuba/PA e Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA estão em meio a essas rotas projetadas para reestruturação e financiamento, especificamente com os projetos de construção de TUP (Terminal Portuário de Uso Privado) - Abaetetuba da multinacional norte-americana Cargill Agrícola S.A. no município de Abaetetuba, estado do Pará, na Ilha Xingu; e a construção do Terminal portuário Porto São Luís, na ilha de São Luís, estado do Maranhão, com principal participação da transnacional chinesa *China Communications Construction Company* (CCCC), e operado com participação da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S.A., do grupo WTorres.

Na região das ilhas em Abaetetuba/PA essa integração ocorre atualmente através de mecanismos para pensar a renovação e/ou alternativas às rotas de ligação/exportação anteriores, com a reestruturação das rotas de escoamento e dos corredores logísticos que suprem antigas e novas demandas comerciais internacionais (crescimento de produção de graneis, crescimento e consolidação do mercado de *commodities*, mercados de futuro etc.).

A incursão do empreendimento como implantação do Terminal de Uso Privado está inserida numa lógica de exportação e modo capitalista de produção, quando não somente fomenta política econômica nacional pautada pelo desenvolvimento do agronegócio e produção de *commodities* agrícolas (também com armazenamento de soja e milho), mas incentiva e objetiva potencializar a produtividade no setor da agricultura capitalista já em atividade como plantio e monocultivo de soja. A multinacional Cargill Agrícola S.A.<sup>1</sup> faz parte das empresas

---

<sup>1</sup> No Brasil desde 1965, suas atividades englobam armazenamento, processamento e transporte de alimentos, com foco para a comercialização de *commodities* no mercado internacional do agronegócio. É uma das empresas que

que foram atraídas sob a perspectiva de participação e fortalecimento internacional do setor de exportação no Brasil, para transporte de *commodities*, sendo a instalação do Terminal Portuário de Uso Privado - Abaetetuba no estado do Pará (TUP - Abaetetuba) na Ilha Xingu, repercutindo em comunidade quilombolas e ribeirinhas na Ilha e tomando porções de territórios dessas comunidades, na margem do Furo do Capim. Sua instalação é de acesso total através dos rios, na região das ilhas no município de Abaetetuba/PA.

No município de Abaetetuba/PA se configura como “empreendimento portuário de acesso total através de rios, que receberá cargas de grãos da região Centro Oeste do país, especialmente dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso.” (RIMA, 2017).

Do mesmo modo ocorre como ameaça na Comunidade tradicional do Cajueiro; ameaças “reforçadas pela presença de jagunços contratados pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA,” atualmente denominado Porto São Luís (a *China Communications Construction Company* – CCCC – com maior participação nas ações do empreendimento); a comunidade está na rota do projeto que se destina em “viabilizar a construção de um porto e, portanto, convive com a possível perda de seu território.” (SANTOS, 2018, p. 103)

A Comunidade está situada na Zona Rural II do município de São Luís/MA e vem, desde o primeiro semestre de 2014, sofrendo ameaças de deslocamento. Além da Comunidade do Cajueiro, outras 12 encontram-se sob ameaça da chegada do terminal portuário – somando-se aos empreendimentos que já se instalaram e causaram danos aos territórios dessas comunidades –, que segundo Santos (2018, p. 103) “lutam para permanecer em seus territórios, a fim, de preservarem modos de vida específicos.”

É também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, segundo Santos (2018). A comunidade tradicional é composta por 5 núcleos denominados Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro; todas juntas caracterizando a Comunidade num geral, pois é considerado o “conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária”. (GEDMMA *apud* SANTOS, 2018, p. 103)

Nesse sentido, os portos e terminais pensados para as comunidades em questão inserem-se principalmente a partir da votação em 2013 da Medida Provisória dos portos 595/2012, que

---

concentram e desempenham atividades como transporte de grãos, sendo uma das maiores multinacionais exportadoras do Brasil. E já em atividade no estado do Pará com o Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S.A., Porto de Santarém, desde 2003 (RIMA, 2010).

sancionada se torna a Lei 12.815/2013. “A MP definiu uma orientação mais privatista para o setor, [...]. O intuito foi criar um marco regulatório para o setor, abrindo espaço e estimulando a concorrência entre portos públicos e privados”. Essa situação levou a disputa pelas áreas localizadas próximo à terminais e complexos portuários já existentes que até então mantêm-se primordialmente no setor de *commodities* minerais (como o Complexo portuário de Vila do Conde em Barcarena/PA, e o Zona industrial/portuária de Itaqui em São Luís/MA). “incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias, estabelecendo que a concessão e o arrendamento de bem público destinado à atividade portuária deverá ser feito por contrato público.” (ARCANGELI, 2020, p. 132)

“As rotas via o chamado Arco Norte – denominação atribuída aos portos das regiões Norte e Nordeste do país – têm sido, de longe, a principal aposta do agronegócio” (AGUIAR, 2021, p. 28), pois são portos que já contém infraestrutura mínima necessária, onde sua reestruturação fica a serviço ou de multinacionais (privatizando assim esses portos), ou de capital nacional e internacional. Potencialização e reestruturação para suprir demandas de transporte e exportação dessas *commodities* agrícolas em crescimento no país.

O escopo é o escoamento de produtos agrícolas sob a demanda de política econômica pelo agronegócio, voltados para lucro e lógica de produção capitalista. Então por isso há o incentivo e disputa pelas estruturas pensadas pelo projeto arco norte (corredores logísticos).

O país adquire seu posto como um dos principais exportadores de soja no mundo com a expansão da produção em monocultivo de soja; “contabilizando pouco mais de 42% do total das exportações globais da *commodity*. A tropicalização da soja rumo ao domínio do Cerrado e suas áreas de transição com a Amazônia, em especial no estado do Mato Grosso – responsável por 28% da soja produzida no país na safra 2019/20 – foi central neste processo.” (AGUIAR, 2021, p. 22)

Entretanto, esse processo de expansão e crescimento da produção dessa *commodity* (soja e milho, farelo de milho e outras em menor proporção) não se deu de forma isolada no que tange os conflitos socioterritoriais, principalmente devido às vastas extensões de terras que a cultura em questão requer (com vistas também à finalidade desse produto, que está intrinsecamente relacionado ao mercado de carne, com exportação de gado vivo, com a soja como principal elemento para ração nesse outro setor de produção). Certamente, segundo Aguiar (2021, p. 14), “ao implicar na ameaça e espoliação de povos indígenas e tradicionais, essa ampliação gerou estratégias de re-existência por parte das populações”. Através da reafirmação de seus territórios, comunidades e povos tradicionais na Amazônia mantêm o

discurso que se tenta suplantar através dos processos por parte das empresas e estado através dos Estudo e Relatório de Impacto Ambiental; pela tentativa de posse de terras já asseguradas às comunidades e diversas outras formas jurídicas e irregulares.

A Resex de Tauá-Mirim, que inclui a Comunidade do Cajueiro na reivindicação pelos moradores é um dos principais mecanismos de defesa e reconhecimento do território tradicional na Zona Rural II de São Luís/MA. Considerando a forma de desenvolvimento que se pretende com a expansão da Zona Industrial os povos e comunidades tradicionais na ilha se veem ameaçados tanto na permanência no lugar, quanto da qualidade dos recursos e meios que são utilizados na sociabilidade entre comunidades e trabalhos realizados por pescadores, extrativistas e moradores num geral na área da proposta de Resex apresentada por esse.

Assim como do reconhecimento do território de autorização de uso tradicional da área referida pelo PAE Santo Afonso, na Ilha Xingu. Como na Comunidade do Cajueiro, essa reivindicação no PAE Santo Afonso não se isola nas comunidades da Ilha Xingu, mas é reivindicação de várias outras comunidades na região das ilhas em Abaetetuba/PA; pois entende-se que com o empreendimento e toda a infraestrutura que o acompanha os rios e o próprio acesso a lagos e pesqueiros sofreriam impactos como repercussão das atividades do TUP-Abaetetuba, assim como na expulsão de alguns moradores nas áreas diretamente afetadas pelo terminal. E não menos grave, a entrada de outros novos projetos que se somariam ao já existente complexo industrial/portuário Vila do Conde, em Barcarena/PA, na fronteira com o município de Abaetetuba próximo à Ilha Xingu e Ilha do Capim.

Por conseguinte, a incursão de terminais e portos interfere diretamente a vida e territórios nas comunidades de ribeirinhos na Ilha Xingu e de pescadores e extrativistas na Comunidade do Cajueiro na ilha de São Luís. Com derrubada de casas e violação do direito de uso, assédio através da tentativa de adquirir propriedades individualmente para viabilidade do empreendimento, demarcação de área impossibilitando acesso de moradores à lagos e para realização da pesca, assim como o impedimento de acesso aos roçados, ou formação de novos roçados. Todas essas práticas ocasionando – ao menos pretendendo – a inviabilidade das existências desses sujeitos assim como a continuidade de suas comunidades e uso da terra tradicionalmente ocupada.

Em suma, a violência e destruição que são resultantes da entrada de agentes externos a outros tempos e modos de se construir território de modo tradicional, é o contexto que cria todo o conflito entre esses sujeitos, que se sobrepõem, mas de forma desigual em detrimento dos povos e comunidades tradicionais, através da “territorialização do capital [que] se dá disseminando morte e destruição numa escala nunca antes vista” (AGUIAR, 2021, p. 5).

Ocasionalmente, ainda mais, o desencontro entre os territórios de forma igualmente violenta, onde a “Diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (MARTINS, 1996, p. 30), torna-se ainda mais evidente com a entrada desses agentes de fora dos tempos e territórios tradicionais. Quando o uso dos rios e da área que hoje é delimitada com atividades de pesca, roçado, criação de animais, territórios sagrados e as próprias comunidades em si, são substituídas – ou quando se pretende substituir – por práticas e usos que não mais requer a qualidade desses meios e recursos, pois sua utilização passa a ser pautada senão como via de acessos dentro da logística de transportes e corredores logísticos e estratégicos de exportação.

Nessas condições, o conflito que se estabelece gira em torno da qualidade e condições de permanência das comunidades e dos pescadores, ribeirinhos e extrativistas nas Ilha Xingu e Comunidade Cajueiro. São conflitos caracterizados, segundo o Relatório de Conflito no Campo - Brasil 2020 (CPT, 2021, p. 160), pela escassez relativa desses recursos que são meios de trabalho nas comunidades. São conflitos “gerados pelo controle territorial sobre espaços de captação e acesso aos corpos hídricos”, alterando significativamente o uso e as possibilidades de uso. Pois se trata da inutilização dos corpos hídricos pela criação de obstáculos para acesso – como no caso de grandes embarcações diariamente em trânsito nas vias fluviais, como risco às pequenas embarcações de ribeirinhos e pescadores –; delimitação como propriedade privada de porções dos rios e lagos – passando por cima de toda caracterização e direito enquanto povos e comunidades tradicionais –; inviabilidade de atividades como a pesca e/ou passagem de acesso entre comunidades, e dessas com a cidade para comercialização das produções das ilhas/comunidades – principalmente como consequência da movimentação em áreas de pesca, os pesqueiros, afugentando espécies e ocasionando a morte de muitas outras, repercutindo diretamente na atividade de subsistência; etc.

Quer dizer que se o conflito se dá pela qualidade dos recursos hídricos, dá possibilidade de uso para o trabalho assim como o acesso, então a “qualidade da água é um fator fundamental para definir os usos e seus possíveis modos de apropriação.” Dessa forma, sendo fundamental também para a constituição dos territórios tradicionais, e estrategicamente para os territórios do capital, fomentando o setor do agronegócio que se expande e desenvolve em regiões específicas e determinadas por sua potencialidade físico-geográficas – como “a mineração e o agronegócio, capturam valor ao contaminarem os cursos d’água com seus rejeitos, sedimentos e agrotóxicos, inutilizando a água como recurso (valor de troca) para outros agentes econômicos e inviabilizando-a como valor de uso para outros grupos sociais” (CPT, 2021, p. 160).



Além disso, o “tempo também é pervertido. O tempo da natureza e dos povos indígenas e comunidades tradicionais é subjugado ao tempo do capital, das grandes corporações e do sistema financeiro”, sem qualquer mediação efetiva e válida – com base nos direitos e reivindicações das comunidades – que se pretende com ação do estado na cobrança das licenças prévias para empreendimentos de grande porte em áreas protegidas ou de assentamentos, de territórios tradicionais etc. “Estradas, portos, hidrelétricas, minerodutos, gasodutos, ferrovias, hidrovias, aeroportos, complexos sistemas de comunicação e outras infraestruturas materializam esse tempo pervertido”, que subjuga outros tempos territorializados a tempos, antes desses novos agentes e projetos de desenvolvimento voltados para políticas e normas distantes e fora dos contextos locais, colocando “em risco não somente os modos de vida desses segmentos sociais, mas da própria sociedade” (AGUIAR, 2021, p. 5).

Segundo Delgado (2012, p. 13), a industrialização da agricultura no Brasil foi especialmente fomentada a partir de 1960 e 1980 – na forma de integração técnica da indústria com a agricultura, formando através dos complexos agroindustriais a agricultura capitalista, que vem a ser caracterizada pelo agronegócio. Conforme na década de 1980 “empresas estadunidenses passam a facilitar o fortalecimento da produção de soja no Brasil” e outros produtos agrícolas para exportação; enquanto demais países europeus e Estados Unidos mantinham o escopo nas “exportações do setor industrial aplicado à agricultura em âmbito mundial, através do modelo conhecido como ‘revolução verde’, que gerava maior dependência de máquinas e insumos químicos.” (MENDONÇA, 2018, p. 158)

Nesse sentido, o Brasil foi se formando um país centralizado numa industrialização da agricultura pautada na produção agrícola para exportação de bens primários e setor de alimentos (representados principalmente pelo setor graneleiro), dependente dos insumos e bens importados de outros países industrializados em setores de bens e produtos industriais para agricultura capitalista – que dê conta das demandas da produtividade requerida no agronegócio em escala global.

“No século XXI, o Brasil reprimarizou sua pauta exportadora (DELGADO, 2012; MILANEZ; SANTOS, 2013; VALVERDE; OLIVEIRA, 2012), passando de 22,8% do valor exportado de produtos básicos em 2000, para 52,8% em 2019 (MDIC, 2020)” (CPT, 2020, p. 158). Sendo os produtos básicos os que sofrem poucas transformações, são de baixo valor financeiro com cadeia produtiva simples; diferentemente dos produtos industrializados que como os manufaturados e semimanufaturados, que já são considerados o grau de transformação industrial, com alto valor agregado e maior tecnologia envolvida na produção (manufaturados), e certa transformação com mais complexidade na cadeia produtiva (semimanufaturados). E “em

2019, pela primeira vez na série histórica, desde 1997, o país exportou mais produtos básicos que semimanufaturados e manufaturados, característica central do neoextrativismo” (CPT, 2021, p. 158).

E dentro dessa cadeia de produção para exportação e consequente reprimarização da economia nacional que fomenta essa produção agrícola e exportadora, e é nesse contexto que se formam as demandas de alternativa para escoamento desses produtos. “A importância do transporte aquaviário [...] decorre do seu papel relevante para redução de custos logísticos que envolvem, predominantemente, o transporte de cargas nos perfis de granéis sólidos e líquidos, e de carga geral e containerizada.” (ANTAQ, 2020, p. 4)

E com o crescimento da produção agrícola mais a intensificação da exportação desses produtos, levou com que “agentes de comercialização e logística investissem em novas alternativas de rotas para o escoamento da safra aos portos nacionais com baixa utilização operacional.” Assim, projetos e empreendimentos de infraestrutura e logística são pensados e direcionados para implementação através de corredores multimodais na região norte e nordeste pelo Arco Norte, destinando essa produção de *commodities* em crescimento para o mercado internacional. Formado por corredores multimodais para suprir a necessidade de ligar portos às produções de *commodities*, com os determinados portos de “Itacoatiara, localizado no estado do Amazonas; Santarém, Barcarena e Vila do Conde, no Pará; São Luís, disposto no Maranhão; e Santana, no Amapá. As plataformas portuárias de apoio e suporte operacional disponíveis nos corredores multimodais são: Porto Velho, em Rondônia; e Miritituba, localizada no Pará.” (CONAB, 2016, p. 19)

E assim como há vários projetos de reestruturação e potencialização dos corredores logísticos de exportação, via portos no Arco Norte, “há processos de mobilização e resistência em curso e mesmo algumas articulações entre movimentos de regiões distintas enfrentando um mesmo projeto – ou diferentes projetos, mas desafios comuns.” Pois esses mesmos projetos perpassam territórios e promovem descontinuidades nos tempos e trabalhos exercidos nesses territórios, muitos de trabalhadores rurais e de povos e comunidades tradicionais (ao considerar que muitos desses utilizam-se dos meios e corpos d'água para suas atividades e sociabilidade entre comunidades, atividades laborais etc.). “Esses projetos são desenhados a partir de lógicas totalmente alheias aos territórios por onde cruzam, gerando legítimos questionamentos de povos e comunidades sobre o que é o ‘desenvolvimento’ que prometem e, acima de tudo, para quem é esse desenvolvimento” (AGUIAR, 2021, p. 35).

Com levantamentos que provocam a reflexão em torno do contexto geral na região sob uma perspectiva dos povos e comunidades e agentes externos representados pela motivação e

incursão de projetos sob lógica capitalista de produção e agronegócio (representando essa agricultura capitalista que se transforma para exploração das particularidades em cada localidade). São novos questionamentos e observações ainda em amadurecimento de análise que surgem a partir de trabalhos de campo já realizados que, nesse momento e em contato com perspectivas mais especializadas, tomam novas formas na interpretação desses fenômenos e disputas territoriais na região Amazônica, mais especificamente na Ilha Xingu, área pretendida para construção do empreendimento Porto TUP-Abaetetuba, no município de Abaetetuba no estado do Pará, assim como também a construção do Porto São Luís na Comunidade do Cajueiro, em São Luís/MA.

Pensar ações e possibilidades de construção de um pensamento acerca de territórios, numa perspectiva de resistência socioterritorial é um esforço que, entende-se, considera a construção de territórios – em escalas e dimensões (FERNANDES, 2009) – e espaço, com as variáveis culturais na sociedade e político-econômicas que influenciam nessa formação.

Considerando, inclusive, o que se pauta na diferença e no conflito que se desenvolve quando territórios são ameaçados em sua existência e permanência. E quando se trata da qualidade dos meios para viver nesse território, os conflitos não se caracterizam como externos ao território por delimitar áreas aparentemente externas ao mesmo, mas sim como uma forma de violência que perpassa considerar as atividades desenvolvidas, os saberes construídos e as sociabilidades possíveis e através da qualidade desses meios/recursos, como os corpos d'água, enquanto vias de acesso.

Segundo Malvezzi (*apud* BATISTA, MIRANDA, 2019, p. 2) “Compreendem-se hidronegócios como literalmente todos os tipos de negócios envolvendo a água, sejam o ramo de água engarrafada, a irrigação da agricultura comercial, a privatização de mananciais de água ou a construção de barragens para produção de energia hidrelétrica, entre outros.” Podemos dizer que são atividades com fins comerciais/econômicos que envolvem as águas/cursos d'água, que culminam na privatização e/ou propriedade particular dessas águas.

São formas, então, de apropriação que culminam na utilização comercial e consideração enquanto recurso, ou insumo ou meio de obter alguma forma de produtividade que, na condição e contexto dos mercados e exportação de *commodities* viabilizadas pelo Arco Norte, são vias de acesso e escoamento, e dessa forma são interpretadas. Diferentemente da concepção que se tem dentro da interpretação de uso para povos e comunidades tradicionais, que “Para manter vivas as culturas dos diversos povos e comunidades tradicionais presentes na sociedade brasileira, os seus diversos modos de ser e viver sejam garantidos, é necessário que o lugar onde

esses grupos sociais vivem seja preservado” (Cartilha Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, s/d, p. 10).

Segundo Fernandes (2008, p. 200), “O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais”; e essas transformações são causadas e até o escopo de acordo com a finalidade sobre os territórios que se formam e sobrepõe-se, formando “diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades.”

Resistências que se formam de diversas formas, ações na rua, conjuntas com movimentos sociais, grupos de pesquisa e universidades, sindicatos e trabalhadores que se solidarizam com as causas; assim como “constroem protocolos de consulta reivindicando o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (AGUIAR, 2021, p. 35).

Reivindicar a presença dessa temática, que envolvem os conflitos e disputas territoriais, assim como no contexto de complexificação da Questão Agrária, passa pela produção do conhecimento desses, que conferem outra dimensão dessa disputa e construção de um território que influencia diretamente em outros, numa comum e simultânea relação de construção e destruição de territórios. “Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial” (FERNANDES, 2008, p. 200).

Como uma primeira aproximação de entendimento da problemática da disputa e conflito que se configura, buscamos entender como os territórios são determinados e designados, a partir de sua construção e contexto histórico de formação. Pois sabendo que os contextos fazem parte do caráter relacional de construção social e produção de espaços e, conseqüentemente territórios, há de se presumir que essas produções dizem diretamente sobre as relações estabelecidas em períodos diferentes e de acordo com pretensões diversas, de diversos e diferentes grupos sociais, sobre lógicas de produção também diferentes (mesmo que dentro de uma relação de hierarquia e possibilidades de exercício de poder entre sistemas/modelos/lógicas).

Esse caminho foi realizado a partir também do entendimento das abordagens acerca da Questão Agrária a nível de produção científica global (base de dados *Web of Science*), pois entende-se as contradições, conflitos e conflitualidades no contexto dos empreendimentos em potencial atividade nas comunidades *lócus* de pesquisa, remetem ao modelo de

desenvolvimento no capitalismo, que vem a promover essa diferenciação como medida de expansão, a partir da integração de pautas que envolvem internamente as comunidades e territórios ribeirinhos, assim como a organização da sociedade e território nacional, inseridos num contexto global de mundialização da economia capitalista – por *commodities*, modelos de industrialização e desenvolvimento pelo agronegócio, políticas neoliberais etc.

A pesquisa e coleta de dados bibliométricos realizada foi desenvolvida no dia 26 de novembro de 2019 na base *Scopus Elsevier*, e no dia 14 de janeiro de 2020 na base *Web of Science* (que foi refeita depois da coleta incompleta dos dados na data de 26 de novembro de 2019), a partir da plataforma dos Periódicos da CAPES. Como as duas bases possibilitam a padronização das referências bibliográficas de cada registro e outras informações de publicação, fonte, tipo de documento, agência financiadora, filiação autoral etc., o critério de seleção da base para análise levou em consideração a quantidade de registros por resultado: *Web of Science* com 446 – no período entre 1945 e 2019 – e *Scopus* com 318 – no período entre 1939 e 2019. Optamos pela base de dados *Web of Science*, pois além das informações bibliográficas e afins, é a base de dados que apresentou maior quantidade de registros, o que permite um universo maior para aplicação da análise e técnica bibliométrica.

Foi possível desenvolver um panorama acerca da Questão Agrária em periódicos e documentos presentes nessas bases, sendo que a primeira parte da pesquisa a análise foi direcionada por dados no *Web of Science*, por ser a base que, apesar de conter dados/documentos de acesso livre, está mais direcionada para análise e avaliação da qualidade científica das publicações/dados/documentos presentes na base. O que permitiu a formação dos mapas bibliométricos e a formação e aproximação de linhas de pesquisas possíveis a partir desses mapas e dados extraídos.

Foram exportados os 446 documentos da base *Web of Science* como dados para construir os mapas bibliométricos no software *VOSviewer*, e análise desses. A partir da “Pesquisa Básica” foram utilizados como descritores os termos “*Agrarian Question*” OR “*Questão Agrária*” como *Tópico*, que corresponde a coleta a partir do Título, Resumo, Palavras-Chave do autor; em que a busca obedeceu ao critério de período em “todos os anos” (1945-2019), sem nenhum outro tipo de refinamento – por exemplo, país, idioma, área do conhecimento etc.

A análise bibliométrica pode ser realizada para diversos fins: estado da arte de um campo do conhecimento, construção e análise de linhas de pesquisa/abordagens em determinado tema/termo, análise contextualizada e periodicidade de temas, densidade de determinadas abordagens e temas numa linha do tempo, predominância de periódicos/textos/autores de acordo com descritores específicos etc. A análise aqui pretendida

perpassa a busca de possíveis linhas de pesquisa, constatação das abordagens preferencialmente construídas a partir da co-citação de autores e co-citação de fontes/periódicos.

Na segunda análise a partir de base de dados, a *Scopus* foi a base que permitiu uma abordagem documental mais ampla e em menor quantidade de dados/documentos extraídos que, por se tratar da base mais direcionada para análise de referências bibliográficas, permitiu a construção da tabela dos conflitos e disputa territorial na Amazônia brasileira a partir de documentos sobre o tema.

Pensando nessa organização com base consolidada na disputa por terras e territórios na região, para o quadro “Conflitos e Disputa Territorial na Amazônia Brasileira” foi realizado levantamento bibliométrico na base de dados Scopus, onde a maioria dos periódicos e itens (artigos, livros, produção científica no geral integrantes da base de dados) têm acesso livre – não foi adotada a base de Web of Science por seus periódicos e produção científica não conter todos os dados para análise, como o livre acesso. Foram pesquisados os termos/descriptores “*Agrarian Question*” OR “*Territorial Dispute*” OR “*territorial Conflict*” AND *Amazon* OR “*Amazon Region*”, com resultados entre os anos de 2013 e 2019, com refinamento “*Brazil*”, resultando em 5 documentos extraídos da base.

A partir da análise dos dados na base *Web of Science* e *Scopus*, a produção da análise bibliográfica pôde seguir e ser complementada com as linhas de pesquisa/análise possíveis a partir dos documentos resultantes e apresentados nas bases.

Inicialmente a pesquisa referente a instalação do Terminal de Uso Privado TUP-Abaetetuba-PA foi construída a partir do projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) pelo Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA, no período de agosto de 2016 a agosto de 2018. Assim como também foi produzido o Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), em fevereiro de 2019. Desde então o projeto de pesquisa vem passando por alterações a partir das disciplinas e orientações no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará, no programa de Mestrado em Geografia sob orientação do Professor Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto.

Inicialmente o escopo do trabalho foi compreender, a partir da Ilha do Capim, a conflitualidade territorial que envolve a lógica de produção e acumulação capitalista, demarcada na Amazônia, e a lógica de (re) produção camponesa ribeirinha na comunidade do Capim, em Abaetetuba/PA. Perceber, analisar e entender essa conflitualidade foi voltada para a preocupação de contribuir em conclusões mais precisas sobre o espaço vivido desse sujeito,

a possibilidade de visibilidade social e, conseqüentemente, participação no ordenamento territorial de espaços tradicionalmente ocupados.

As mudanças mais significativas no projeto foram a partir da inclusão da análise de dados bibliométricos e participação no Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/AM) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no projeto intitulado *Uso do Território, Modernizações, Desigualdades Sociais e Questão Ambiental no Maranhão* – elaborado conjuntamente entre os Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A diferença entre os projetos se dá na análise não mais definida pela análise de estudo de caso, mas no entendimento e explicação da economia política de reprimarização da economia brasileira, e sua repercussão nos territórios camponeses, com ênfase na logística e atividade de projetos portuários em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal, aqui possibilitando a comparação entre os territórios ribeirinhos em Abaetetuba/PA e Cajueiro/MA.

Munidos dos relatórios resultantes dos trabalhos em campo nas pesquisas anteriores – elaborados para construção da pesquisa na iniciação científica – em Abaetetuba/PA, entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças e mediadores locais, as atividades em campo serão desenvolvidas como retorno com esses mesmos indivíduos, porém com olhar mais atento às informações já cedidas, a partir do olhar direcionado através do PROCAD-AM e aos elementos que porventura possam ter passado despercebidos; a fim de construir uma pesquisa que permita a voz desses camponeses por eles mesmos e análise da condição e política econômica nacional de industrialização da agricultura, partindo do propósito que se quer para visibilidade desses ribeirinhos e apresentação da importância dos movimentos sociais do campo como movimentos socioterritoriais de alternativa e disputa do território nacional e modelo de desenvolvimento. Outros recursos como fotografias, descrição e representação das paisagens e seus objetos foram utilizados a fim de expressar o modo de vida e r-existência, bem como a organização territorial.

A análise e desenvolvimento da pesquisa será construída pela perspectiva do materialismo histórico e expressão da luta de classes na construção e gerenciamento dos territórios, assim como o conflito relacionado a sua construção na resistência, em que a produção, unidade familiar e organização/gerenciamento do território ribeirinho, como território camponês em marginalidade em relação ao centro capitalista, são possibilidades e alternativas da existência de modelos diferentes de organização de um território, que além de autogerido num sistema entre comunidades, denuncia a improdutividade no sistema de

reprimarização, contraditório como resultado de um sistema e modo de produção igualmente contraditório.

Destacar os diferentes territórios que podem e são conformados nessas relações, se relaciona com o entendimento dessa lógica desigual de possibilidade de construção social e constituição de um território, característica e imprescindível ao sistema capitalista, que marginaliza e/ou destrói modelos de desenvolvimento e territorialidades que neguem a sua continuidade e manutenção do capital.

Por essa desigualdade, os territórios até então desconsiderados passam por um processo de reivindicação que vem a partir de movimentos socioterritoriais que reivindicam o reconhecimento desses territórios/territorialidades, como territórios possíveis e existentes, que têm modelos de desenvolvimento e organização diferentes dentro de um território que seria o do Estado (território de governança) e a partir daí o exercício de soberania sobre ele. Com a diferenciação dos territórios e a luta por reconhecimento destacadas pelos movimentos socioterritoriais, podemos compreender e expor os desdobramentos desses conflitos, que não são menos que conflitos de interesses com desigual distribuição de exercício de poder e decisão, que representam o caráter contraditório da questão agrária e que provém de uma lógica capitalista de opressão.

Entendemos que a partir dos novos vetores de “desenvolvimento” e integração à economia global, e respeitando o capitalismo dependente na periferia desse sistema, medidas são levadas à curso para essa participação internacional. Esses novos vetores são expressos pelas novas formas de exploração, ainda que para mesmo fim, a partir da expansão agrícola e desenvolvimento do agronegócio em localidades já densas em conflitos por terras, porém para somar ao conflito e ao latifúndio o mecanismo agroexportador brasileiro, através de setores graneleiros e investimento para infraestrutura de transporte (os corredores de exportação) por outras vias além das tradicionais. Nesse sentido os rios, até então negligenciados nessa perspectiva exportadora de mercado, passam a ocupar atenção nessa dinâmica, para caminho e corredor de escoamento de produção do agronegócio.

Ao seguir a lógica de produção pode-se constatar com a histórica e contraditória presença do conflito de interesses sobre o uso do território, a disputa num campo desigual de forças e poder, quando o Estado com outras ferramentas (repressão militarizada e/ou imposição de outras interpretações e epistemologias) se impõe e suprime outros territórios subalternizados à uma outra ideia e regra de desenvolvimento e organização territorial. Disputa que se configura pela posse da terra, seu reconhecimento como território e a disputa de interpretações sobre esse;



além do pano de fundo constante sobre disputa por soberania e estipulação de um modelo de organização territorial.

Por fim, refletimos sobre como se posicionam ribeirinhos nas comunidades e territórios tradicionais em Abaetetuba/PA e pescadores e trabalhadores rurais na comunidade do Cajueiro em São Luís/MA diante da constante ameaça a seu território, conseqüente do não reconhecimento do mesmo, que negado constantemente em relação ao desenvolvimento capitalista tem sua construção na perspectiva de luta e r-existência ao “outro” que vem de fora (a partir da lógica de desenvolvimento capitalista e imposição de um “novo” modo de vida, de relacionar-se e existir). Não só observar o posicionamento, mas como esse reflete as ideias e pretensões desses sujeitos, que ao reafirmar sua diferença reivindicam-se como resistência ao projeto que subjuga e é imposto, refletindo uma diferença cultural, econômica e ideológica que vem de sua posição social. Onde esses ribeirinhos numa política de reivindicação e reconhecimento de seu território têm demarcada a disputa por efetivação de determinado modelo de desenvolvimento, que efetivamente requer o rompimento com um sistema contraditório opressor e que suprime identidades e territórios; sendo por isso uma política de reconhecimento que expressa uma ideologia de posicionamento dissidente da lógica hegemônica capitalista.

O território ribeirinho, a partir dos campos no PAE Santo Antônio II (Ilha do Capim – Baía do Capim) e Ilha Campompema (Baixo Campompema – rio Maratauíra), se dá num contexto de constante ameaça a sua permanência, expresso na concepção de território “terras de marinha” representado como território da União, e que por isso sua necessidade sempre está guiada por interesses nacionais; que se aplica ao imaginário sobre a Amazônia desabitada. Com esse imaginário construído externamente – e difundido na região –, mais forte é o imaginário de que se há habitantes, esses são os que ainda não tiveram contato “civilizado” e “desenvolvido” com os centros de poder e decisão, sob uma lógica de ações hierarquizadas.

Onde constantemente esse território é ameaçado, e estrategicamente não reconhecido, por uma perspectiva exógena e do “outro”, que através de uma determinada postura política-ideológica de desenvolvimento designa território apenas a partir de uma abordagem e dimensão, do território nacional indiferenciado internamente, único e homogêneo. Como uno e indistinto internamente. Perspectiva que muito contribui para maior posse e possibilidade de exercício de poder sobre toda sua unidade territorial, na tentativa de ação e prática indistintamente, porém com instrumentos de poder estratégicos; permitindo assim a diferenciação das organizações e grupos sociais, em que nesse conflito a contradição das práticas e ação/incursão do estado com novos sujeitos é de essencial análise nessa disputa. E por isso o reconhecimento do território

camponês é estratégico, onde lidar com vários e diversos territórios significa lidar com diversas e diferentes organizações territoriais e possibilidades de autonomia, assim como permite a construção de outros modelos de desenvolvimento, que – e por isso também se torna estratégico manter outras interpretações acerca do território na subalternidade – se apresentam como obstáculos para expansão capitalista.

Trata-se de novas dinâmicas territoriais que não culminam necessariamente de maneira imediata a desterritorialização, a expulsão de ribeirinhos de seus territórios em relação à Abaetetuba/PA, mas relaciona-se com implicações diretas sobre o modo de vida, subjugando esse grupo social do território ribeirinho na região das ilhas em Abaetetuba/PA. Mas também expressa de maneira direta e imediata na expropriação e tentativa de destruição do território camponês na comunidade do Cajueiro/MA, com momentos de violenta repressão, reintegração de posse e destruição de moradias e produção camponesa.

Para entender a conflitualidade entre territórios ocasionada pela territorialização e monopolização tanto da Cargill Agrícola S.A. quanto do Terminal Portuário São Luís sobre os territórios ribeirinhos e de pescadores, e a interferência dessa nas comunidades ribeirinhas próximas, observação da organização territorial desse empreendimento – sob a visão das outras e semelhantes iniciativas na região, como a formação de um território em pedaços que vão se somando e formando um conjunto de empreendimentos multinacionais capitalistas – se faz necessária para compreensão do conflito, sob integração de novos sujeitos na disputa. Nesse ínterim, entender as influências e/ou reconfigurações causadas pelo TUP é necessário, pois expõe elementos que expressam resistência aos Terminais de Uso Privado nessas comunidades e territórios.

## 1. QUESTÃO AGRÁRIA – DAS ABORDAGENS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PARA A COMPREENSÃO DO CONFLITO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

Condições e particularidades regionais e entre comunidades complexificam o debate em torno da Questão Agrária, principalmente em territórios que percorrem trajetória demarcada pela disputa e conflito por terras e territórios, entre modelos de organização da sociedade e desenvolvimento territorial divergentes e sobrepostos. Certamente o debate e argumentação selecionada para entender a dinâmica territorial, por vezes desenvolvida entre os conflitos, é a chave interpretativa para convencimento e corroboração de análise-argumentativa determinada e determinante do direcionamento de ação e expansão de uma perspectiva defendida. Ou seja, a perspectiva de análise, através de instrumentos teóricos específicos, carrega em si o objetivo de uma análise específica, onde através do discurso disputa a forma de abordar a questão agrária, pretendida a partir do conflito e disputa do território material.

Produções acadêmicas representam um dos ambientes possíveis em que essa disputa tem possibilidade de ser expressa, seja pela produção de uma interpretação sobre determinado caso concreto de conflito territorial (estudo de caso), seja pela disputa no campo das ideias sobre uma concepção de desenvolvimento e Questão Agrária. Pois isso, em certa medida, direciona outras escritas e produções; logo, também direciona de formas diversas a observação e abordagem.

Sem dúvida a intencionalidade da argumentação é o que representa a disputa de ideias e abordagens de análise – com a construção de narrativas; a partir do debate acadêmico, com propostas metodológicas teóricas diversas, atuando também na disputa de desenvolvimento, construção e manutenção de um território. Essa opção por uma ou outra abordagem e perspectiva é o que determina o caminho de um pensamento, que por sua vez recai na “construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades.” (FERNANDES, 2008, p. 202-203)

Definir a leitura e foco sobre um objeto perpassa a intencionalidade que se tem sobre esse objeto, aqui o território, ao ser interpretado de formas distintas e/ou semelhantes a uma segunda forma de pensamento, pode ser obstáculo ou propulsor de políticas e incentivos intencionais para, por exemplo, demanda de mercados internacionais, produção camponesa pautada na agroecologia, e em diversas outras formas de organização e uso do território enquanto alternativas de gestão e concepção desses.

Pode-se inferir então que a disputa territorial não se resume, mais uma vez, ao momento exato do conflito em que ocorre entre dois lados, classes, grupos. Expressivamente o é também, mas o conflito pode representar também o conflito entre ideias e interpretações sobre a sociedade, sobre as formas de organização dessa e a formação de territórios, direcionando a importância desses também seguindo intencionalidades que podem ser conflitantes.

Manter o controle sobre as interpretações para controle das intencionalidades e ações sobre territórios é parte e integra a conflitualidade presente, essencialmente, na lógica de organização numa sociedade capitalista, em que modos de interpretação e concepção vai direcionar o conflito, mas ainda mantém a hierarquia e desigualdade entre os grupos/classes na disputa territorial que começa desde os territórios imateriais, quando esses podem ser invisibilizados a partir da produção científica, acadêmica etc., até a organização material dos territórios materiais, dos primeiro, segundo e terceiro territórios.

Quer dizer que as formas e caminhos tomados na interpretação influenciam não apenas no posicionamento do indivíduo sobre um tema e/ou situação, mas direciona sua ação e repercute em análises acerca do tema e/ou situação. Essas, por sua vez, têm a possibilidade de determinar – ou pretende uma forma própria e diferente de determinar – a materialidade das até então abstrações, pois “propõem diferentes leituras para a realidade [geram] conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos.” (FERNANDES, 2008, p. 202-203)

O que está em questão são as formas de lidar com o objeto de análise, os resultados de uma interpretação são diferentes de outras formas de interpretação, o que não necessariamente configura um conflito, mas já pressupõe uma disputa no campo das ideias, que, posterior, envolverá num geral as discussões acerca desse objeto.

Em conformidade com essa disputa, a Questão Agrária esteve no alvo dos diferentes e divergentes pontos que se encontram no que se refere sobre sua causa e características. Se é certo que a Questão tem particularidades geográficas, certamente sua complexidade nos contextos históricos é o fator preponderante nas análises e para teóricos que se propõem a debater o tema. E está em virtude da construção nos contextos, por isso sua análise é construída a partir dessas construções históricas tanto materialmente quanto no campo de disputa de interpretações.

Por sua vez, “A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe social.” (FERNANDES, 2008, p. 202-203)

Nesse sentido, não é coincidência ou um desvio inexplicado a contradição presente nas ações do estado, por exemplo, quando parte do incentivo à projetos de governo e política

econômica que vão de encontro ao projeto e territórios camponeses e tradicionais. Ao mesmo tempo que o Estado é o responsável pela criação de uma RESEX (Reserva Extrativista) e assentamentos de Reforma Agrária, é responsável também pelas políticas econômicas de desenvolvimento capitalista (por exemplo através de isenção de impostos), que por sua vez tem como condição de existência e expansão a subjugação desses sujeitos assentados, que lutam pelos seus territórios (MARCOS, 2016). Pois trata-se de manter sob controle a formação e dinâmica de territórios, seguindo uma agenda e regras, mesmo que para assentamentos de uma Reforma Agrária guiada aos moldes do estado e à serviço da lógica de reprodução social capitalista, com intencionalidade direcionada e com eixo central na reprodução e acumulação de capital.

Trata-se, então, de tomar posse e controle sobre reivindicações e movimentos opostos ao movimento proposto numa sociedade capitalista, a fim de guiar esses movimentos de modo que não se torne obstáculo intransponível. Quando o que é a Reforma Agrária, Questão Agrária, Território, desenvolvimento e outras formas de reorganizar a sociedade é ditada e interpretada de forma unidirecional e longe das demandas e reivindicações de outra forma de concepção acerca do território – como sobrevivência – o que prevalece é a interpretação com maior capacidade de exercício de decisão e ação, e os movimentos em disputa a partir daí podem ser guiados, em certa medida, pelo sujeito que detém os instrumentos de manutenção do exercício de poder.

Em certa medida pois o estado em si como contraditório por várias relações que se dão no capitalismo, é onde reside também a ameaça à essa mesma lógica capitalista. Quando manter um muro de conciliação (ou tentativa dessa) reconstrói relações em territórios dissidentes, que na ausência das condições de existência a constroem alternativamente a partir, por exemplo, de assistência e serviços públicos necessários como meios de reprodução do trabalhador, necessário para a exploração do trabalho e valorização da mercadoria e lucro, finalidade da expansão do modo de produção capitalista.

Por conseguinte, a bibliografia acerca de determinados temas e/ou problemáticas são conformadas dentro de pensamentos ou agrupamentos de abordagens que representam linhas de pesquisa, linhas de pensamento e abordagem teórica de um ou grupo de pesquisadores, assim como a construção de políticas e ações conjuntas. Nessa direção, determinadas abordagens consolidadas guiam o debate e a análise de um contexto e problemática de forma majoritária, ainda que coexistindo com outras tantas abordagens.

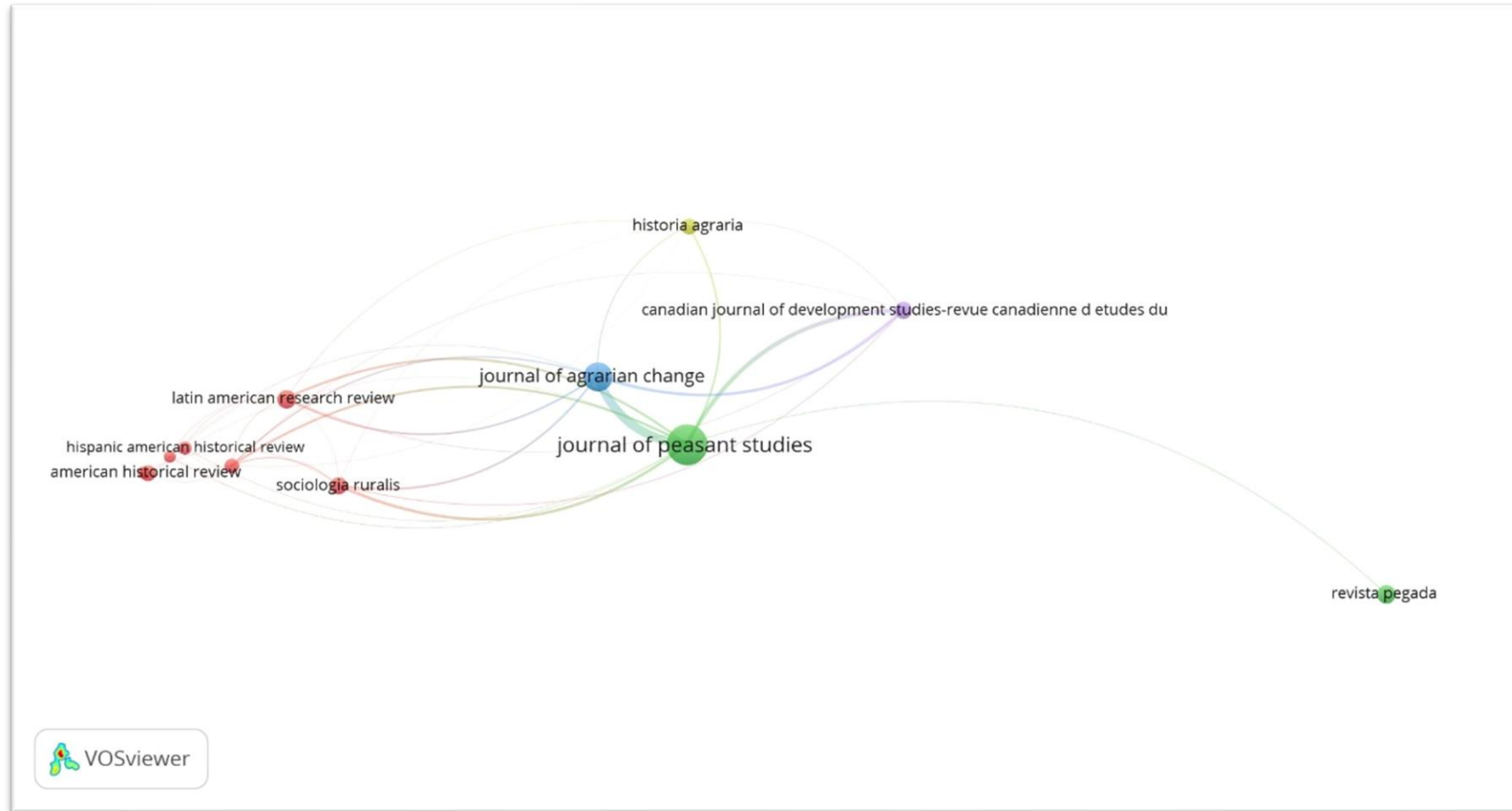
Considerando as análises como contextuais, demarcadas num período que, por sua vez, depende das demandas sociais e político-econômicas específicas e emergentes – sobressaindo

em momentos da história –, de certo as perspectivas e formas de análise e discurso seguem essas transformações antes e posteriormente às mudanças na realidade material. Nesse sentido, a formação de linhas de pesquisa e produção científica aglutina pensamentos e perspectivas semelhantes, ou que contribuam para confirmação de uma forma de abordagem e análise da realidade, presente nas revistas, periódicos para publicação e socialização dessas formas diversas de análise e resultados, por vezes de uma mesma situação.

Uma forma de analisar essa construção de linhas, é através da análise bibliométrica que, a título de representação dessa tendência de aglutinar ideias e ideais semelhantes, constata posicionamentos políticos com base nessa disputa de ideias em produções acadêmicas. Podendo ser observado na formação de agrupamentos possíveis nos mapas bibliométricos.

Esse agrupamento se dá por diversas formas, sendo possível pela aproximação de periódicos, revistas e fontes na medida que essas compartilham referências em comum (Figura 1), por aproximação entre periódicos, revistas e fontes que são citadas simultaneamente por um terceiro elemento (publicação, fonte) (Figura 2), por aproximação de textos e documentos que compartilham referências em comum (Figura 3), pela aproximação de dois autores citados simultaneamente por um terceiro (Figura 4), e pela aproximação de termos que são citados e/ou aparecem juntos numa publicação ou artigo (Figura 5).

Figura 1 Mapa Acoplamento Bibliográfico das Fontes (1945-2019)<sup>2</sup>



Fonte: Web of Science e VOSviewer.

Organização: Julia Furtado

<sup>2</sup> Número mínimo de documentos por fonte: 5; das 211 fontes 13 atendem o limite. Para cada uma das 13 fontes, será calculada a força total dos links de acoplamento bibliográfico com outras fontes. As fontes com a maior força total do link serão selecionadas. Alguns dos 13 itens não estão conectados, onde o maior conjunto de itens conectados consiste em 12 itens, foram selecionados apenas os itens (sources) conectados, sendo que 1 não está conectado com esse grupo de 12 itens conectados. O item (source) não conectado *Voprosy Storii* (6 Documents) - Cluster: 6/Source: 1. Dados gerais do mapa bibliométrico: *Items*: 12; *Clusters*: 5; *Links*: 36; *Total Link Strength*: 2153.

No mapa de Acoplamento Bibliográfico das fontes, o agrupamento é formado com base na coincidência de referências entre as unidades analisadas. (FELIPINI, PALLUDETTO, 2019). As fontes, periódicos e revistas são aproximadas em grupo com base na quantidade de referências compartilhadas entre si, formando assim os agrupamentos que remetem maior relação e, por conseguinte, a proximidade entre os nodos/pontos que representam as fontes:

1- Agrupamento vermelho: Agrupamento concentrado em Estudos de Áreas (Interdisciplinar), Ciência Política, Sociologia e História da/na América Latina, representados pelas revistas *Latin American Research Review*, *Sociologia Ruralis*, *American Historical Review*, *Rural Sociology* e *Hispanic American Historical Review*.

2- Agrupamento verde: Predominantemente nas áreas de Antropologia, Estudos de Desenvolvimento Rural (política e desenvolvimento rural), relações de poder agrário entre classes e outros grupos sociais marginalizados e Geografia do Trabalho, com documentos em *Journal of Peasants Studies* e *Revista Pegada*.

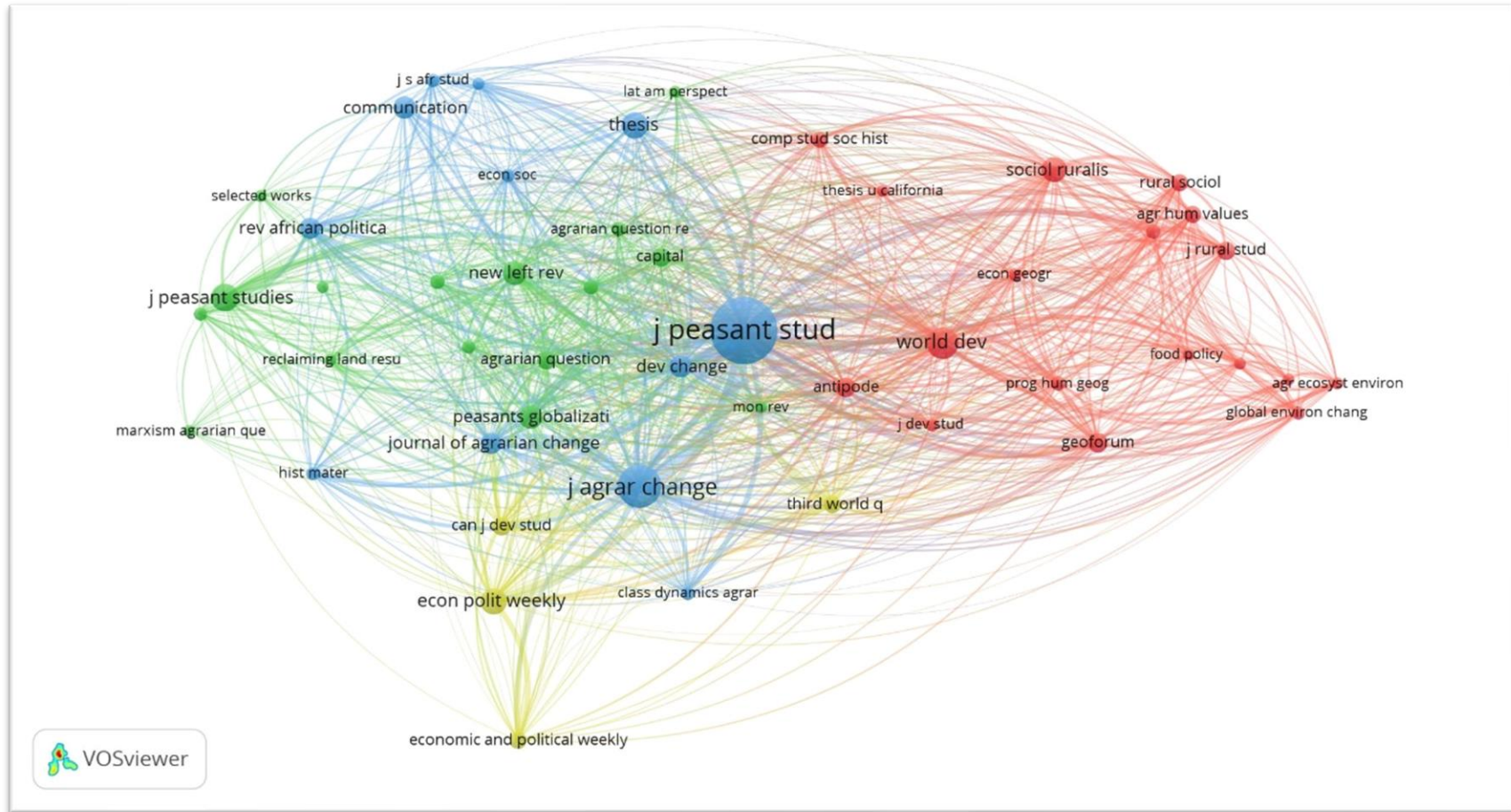
3- Agrupamento azul: Centrado na discussão referente ao Estudos sobre desenvolvimento agrário, formulação e estratégias políticas, economia e negócios, representado por discussões no *Journal of Agrarian Change*.

4- Agrupamento amarelo: com periódicos voltados para ciências sociais, abordagem transdisciplinar, planejamento e desenvolvimento, agricultura e história rural na revista *História Agraria*.

5- Agrupamento roxo: Debates demarcados predominantemente sobre Estudos de Desenvolvimento, Planejamento e Desenvolvimento Econômico e desenvolvimento internacional expressos na *Canadian Journal of Development Studies-Revue Canadienne D'Etudes Du Developpement*.

Apesar da formação de dois grupos com mais de uma fonte (agrupamento vermelho e agrupamento verde), os nodos, que representam as fontes, não se apresentam tão próximos, principalmente se observarmos o agrupamento verde, em que as duas fontes estão bastante distantes. Apesar das referências semelhantes e compartilhadas, as categorias e disciplinas em entre cada fonte não necessariamente são as mesmas, e a isso considera-se o distanciamento entre os nodos/pontos, porém como a formação dos grupos está para as referências compartilhadas, essas fontes mesmo que distantes mantêm-se num grupo. Diferente do agrupamento vermelho, que mantém as determinadas fontes no mesmo agrupamento, pelo compartilhamento de referências utilizadas em comum, e a proximidade dos nodos, onde as fontes se mantêm relacionadas nas discussões e abordagens teóricas.



Figura 2 Mapa Co-citação das Fontes Citadas (1945-2019)<sup>3</sup>

Fonte: Web of Science e VOSviewer  
Organização: Julia Furtado

<sup>3</sup> Número mínimo de citações de uma fonte: 20; das 8676 fontes, 50 atendem ao limite. Para cada uma das 50 fontes, será calculada a força total dos links de co-citação com outras fontes. As fontes com a maior força total do link serão selecionadas. O número de fontes será selecionado: 50. Dados gerais do mapa bibliométrico: *Items*: 40; *Clusters*: 4; *Links*: 1057; *Total Link Strength*: 27990.

Na análise do mapa de co-citação das fontes traz a aproximação e relação entre duas fontes baseado na proporção em que essas duas primeiras são citadas simultaneamente por uma terceira unidade, ou seja, em que duas fontes são simultaneamente referencias de um terceiro elemento (FELIPINI, PALLUDETO, 2019). Os agrupamentos formados, devido ao agrupamento ser em volta da referência conjunta de duas fontes, incluem referencias/fontes que não estão exatamente discutindo a Questão Agrária, termo de pesquisa e análise, mas sim que são fontes/referencias que formam a base para a discussão sobre o termo num terceiro elemento, numa terceira fonte. Logo, as fontes/referências presentes no mapa tangenciam a discussão acerca da Questão Agrária:

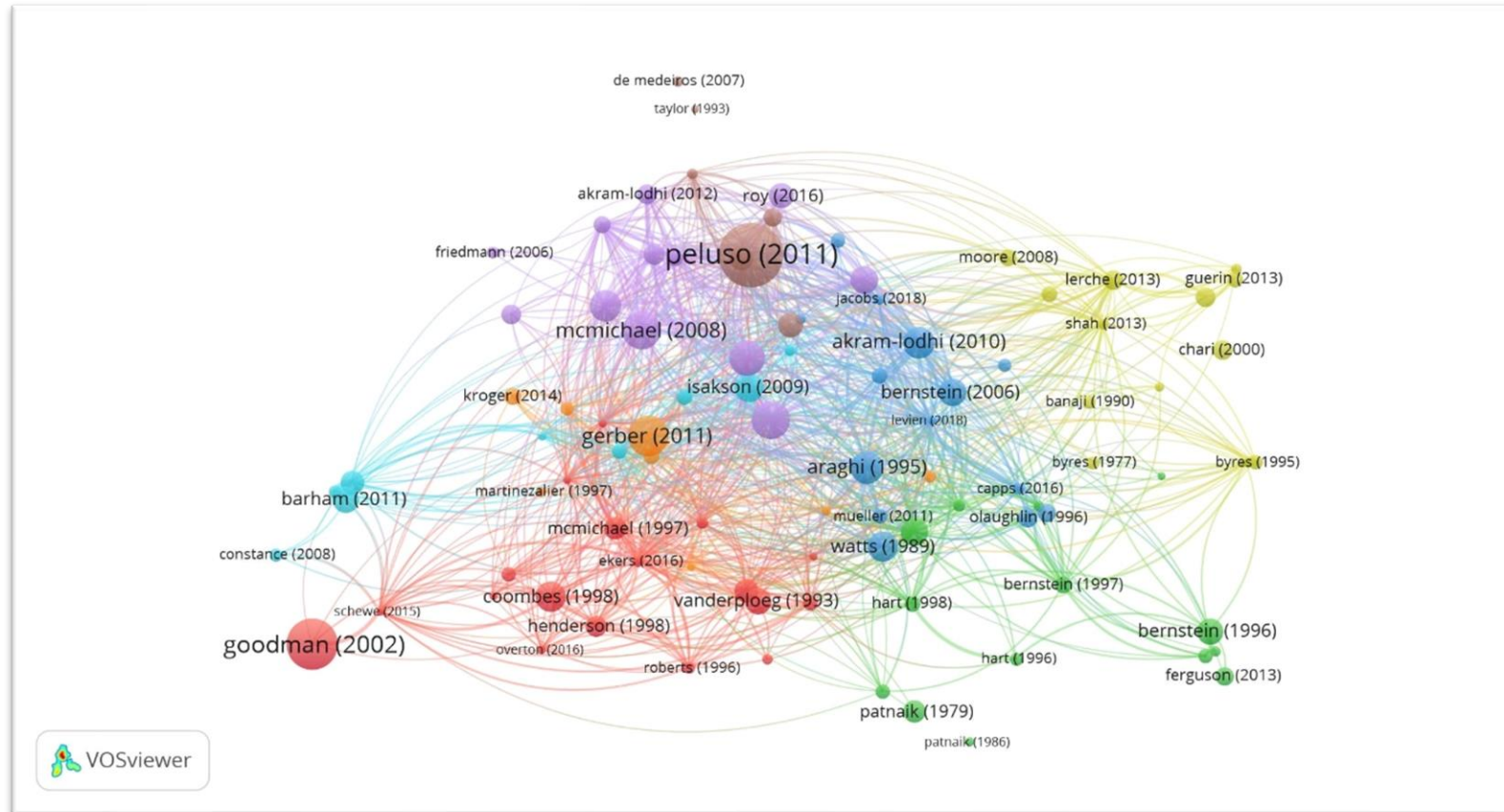
1- Agrupamento vermelho: Temas centrais sobre Desenvolvimento, política e economia, desenvolvimento rural, geografia, sociologia e geografia humana crítica voltada para discussão epistemológica e teorizações radicais marxista, anarquista, anti-racista, anticolonial, feminista, queer etc., representados pelas revistas/jornais *World Development*, *Sociologia Ruralis*, *Geoforum* e *Antipode*.

2- Agrupamento verde: estudos de desenvolvimento e antropologia, relações de poder agrário entre classes e outros grupos sociais, questões de grupos marginalizados nas sociedades agrárias, ciência política e ciências sociais interdisciplinar, teoria social contemporânea, poder e movimentos de protesto, com discussões de teor marxista, num geral apresentados pelo *Journal of Peasant Studies*, *Peasants Globalization*, *New Left Review*, *Capital* e *Agrarian Question*.

3- Agrupamento azul: Estudos de desenvolvimento, voltados para populações rurais e desenvolvimento rural, planejamento para desenvolvimento econômico e negócios no meio rural, arquitetura e urbanismo com abordagem interdisciplinar, com base nas fontes *Journal of Peasant Studies*, *Journal of Agrarian Change*, *Thesis, Communication* e *Development and Change*.

4- Agrupamento amarelo: Negócios e economia, estudos de áreas e ciências sociais e ciência política, planejamento e desenvolvimento econômico e desenvolvimento internacional, desenvolvimento econômico sobre questões/problemáticas em países “emergentes” e estudos internacionais, representada pelas revistas/peródicos *Economic and Political Weekly*, *Canadian Journal of Development Studies-Revue Canadienne D'Etudes Du Developpement* e *Third World Quarterly*.

Figura 3 Mapa Acoplamento Bibliográfico dos Textos (1945-2019)<sup>4</sup>



Fonte: Web of Science e VOSviewer  
Organização: Julia Furtado

<sup>4</sup> Número mínimo de citações de um documento: 5; dos 446 documentos, 100 atendem ao limite. Para cada uma das 100 Documentos, será calculada a força total dos links de acoplamento bibliográfico com outros Documentos. Os documentos com a maior força total do link serão selecionados. O número de documentos será selecionado: 100. Alguns dos 100 itens da rede não estão conectados, onde o maior conjunto de itens conectados consiste em 95 itens, foram selecionados apenas os itens (*Documents/Texto*) conectados, sendo que 5 não estão conectados com esse grupo de 95 itens conectados, nem entre si (entre os 5 itens não conectados). Os 5 itens (*documents/texto*) são: *cluster 9* - Amin (2010); *Cluster 10* - Ginsborg (1984); *Cluster 11* - Shanin (1981); *Cluster 12* - Banaji (1976); *Cluster 13* - Hammem (1972). Dados gerais do mapa bibliométrico: *Items*: 95; *Clusters*: 8; *Links*: 1375; *Total Link Strength*: 2802.

Nesse mapa, adota-se novamente os critérios de Acoplamento Bibliográfico, com a diferença de elementos para análise e formação dos agrupamentos, em que o critério será a aproximação de autores com textos específicos que compartilham referências comuns, formando grupos afins em relação à abordagem e área de discussão (FELIPINI, PALLUDETTO, 2019):

1- Agrupamento vermelho: documentos com discussão voltada para sistema agroalimentar, agricultura, desenvolvimento e modo capitalista de produção repercutindo na agricultura e classe camponesa, com alguns textos de estudo de caso e majoritariamente sob uma perspectiva de movimento global e política internacional através do agronegócio, construindo uma questão agrária contemporânea; são representados por Goodman (2002), Coombes (1998), Van der ploeg (1993), Zhang (2010) e McMichael (1997).

2- Agrupamento verde: corresponde documentos que discutem teorias abordagens sobre campesinato, agricultura, modo capitalista de produção e questão agrária, também estabelecendo debate entre teóricos como Lenin e Chayanov, e ampliação da análise da questão agrária e uso da terra além da agricultura e produção; aqui representados pelos textos Bernstein (2009), Bernstein (1996), Patnaik (1979) e Ferguson (2013).

3- Agrupamento azul: nesse grupo os textos que são apresentados discutem os fundamentos da questão agrária, as abordagens clássicas e sua configuração contemporânea num contexto de globalização e neoliberalismo, e reconfiguração de atividades no modo capitalista de produção (produção de alimentos, *commodities* etc.); a partir dos textos de Araghi (1995), Akram-Lodhi (2010), Watts (1989) e Bernstein (2006).

4- Agrupamento amarelo: em volta de uma discussão de política econômica da questão agrária, esses textos têm abordagem em comum as discussões de políticas agrárias num contexto neoliberal e regime internacional de alimentos corporativos, levando a análise da relação entre o campesinato e o agronegócio, permeando os estudos industriais e desenvolvimento e crise agrária; nos documentos Lerche (2013), Chari (2000), Lerche (2011) e Moore (2008).

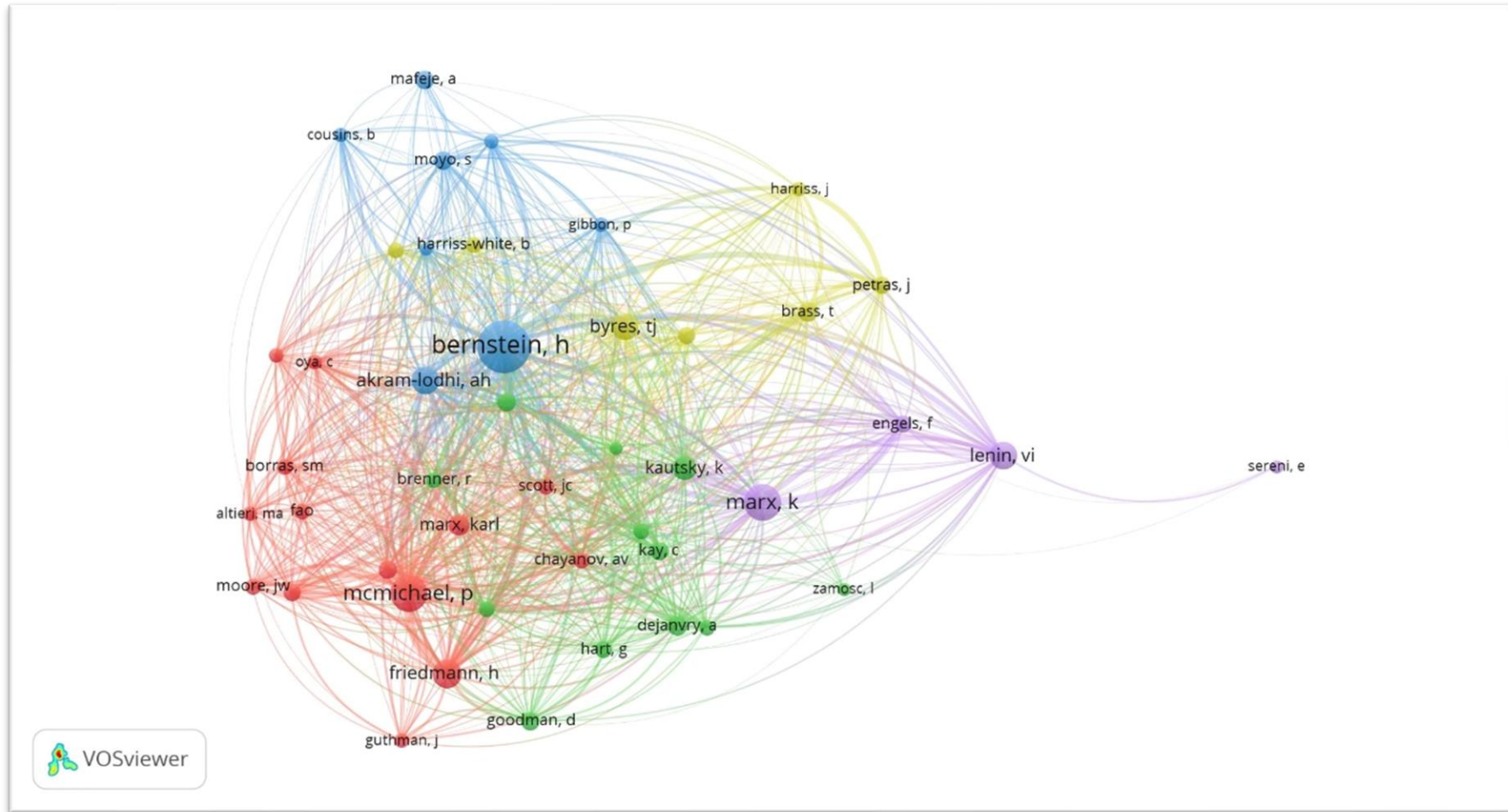
5- Agrupamento roxo: apresenta já o debate sobre ecologia e sustentabilidade, guiada pela questão de soberania alimentar e produção de alimentos e combustíveis, como mercantilização dessas como expressões da questão agrária contemporânea, assim como a importância da agricultura camponesa, mobilização camponesa contemporânea e agroecologia nos resultados ecológicos e de sustentabilidade, dentro de relações entre classes no neoliberalismo; em Bernstein (2014), McMichael (2008), Moore (2010) e McMichael (2010).

6- Agrupamento ciano: subsistência camponesa, pequeno produtor agrícola, desigualdade rural sob a expansão do mercado capitalista na agricultura camponesa, políticas governamentais e subsídios, políticas neoliberais e segurança alimentar e modelo alimentar sustentável são os temas que representam esse agrupamento; representados por Isakson (2009), Barham (2011), Bacon (2014) e Eakin (2014).

7- Agrupamento laranja: aqui os textos que abordam os conflitos já permitem a maior presença (consideravelmente) do fator resistência camponesa frente a expansão e penetração do capital na esfera rural, com presença também da luta popular com a pauta ambiental, ou seja, ainda presente uma estrutura de ecologia política, mas denunciando a apropriação da terra e desmatamento através da monocultura industrial e deslocamento de camponeses, assim como a análise da variedade e semelhança entre conflitos do gênero; expressos por Gerber (2011), Kröger (2014) e Gerber (2010).

8- Agrupamento marrom: os documentos presentes nesse agrupamento mantêm a discussão de resistências e conflitos por terra, e somam ao processo de conflito a disputa territorial por meio de modelos de desenvolvimento e organização, com a presença dos movimentos camponeses disputando territórios e a terra por meio da ação de resistência violenta (conflito armado) e produção para participação (produção de agrocombustível, silvicultura de carbono, etc.) como modo de defesa e posse da terra, conferindo à questão agrária movimento de resistência direta e produção pelo modo de produção familiar (movimento camponês frente ao agronegócio); em que as referências estão em Peluso (2011), Osborne (2011), Fernandes (2010) e Thomsom (2011).

Figura 4 Mapa Co-Citação dos Autores (1945-2019)<sup>5</sup>



Fonte: Web of Science e VOSviewer  
Organização: Julia Furtado

<sup>5</sup> Número mínimo de citações de um Autor: 20; dos 8120 autores, 45 atendem ao limite. Para cada um dos 45 autores, será calculada a força total dos links de co-citação com outros autores. Os autores com a maior força total do link serão selecionados. O número de autores será selecionado: 45. Dados gerais do mapa bibliométrico: *Items*: 45; *Clusters*: 5; *Links*: 819; *Total Link Strength*: 15205.

O critério de co-citação, nesse mapa, toma como referência autores que são agrupados e aproximados de acordo com a frequência em que dois elementos (autores) são referenciados simultaneamente por um terceiro elemento (FELIPINI, PALLUDETO, 2019).

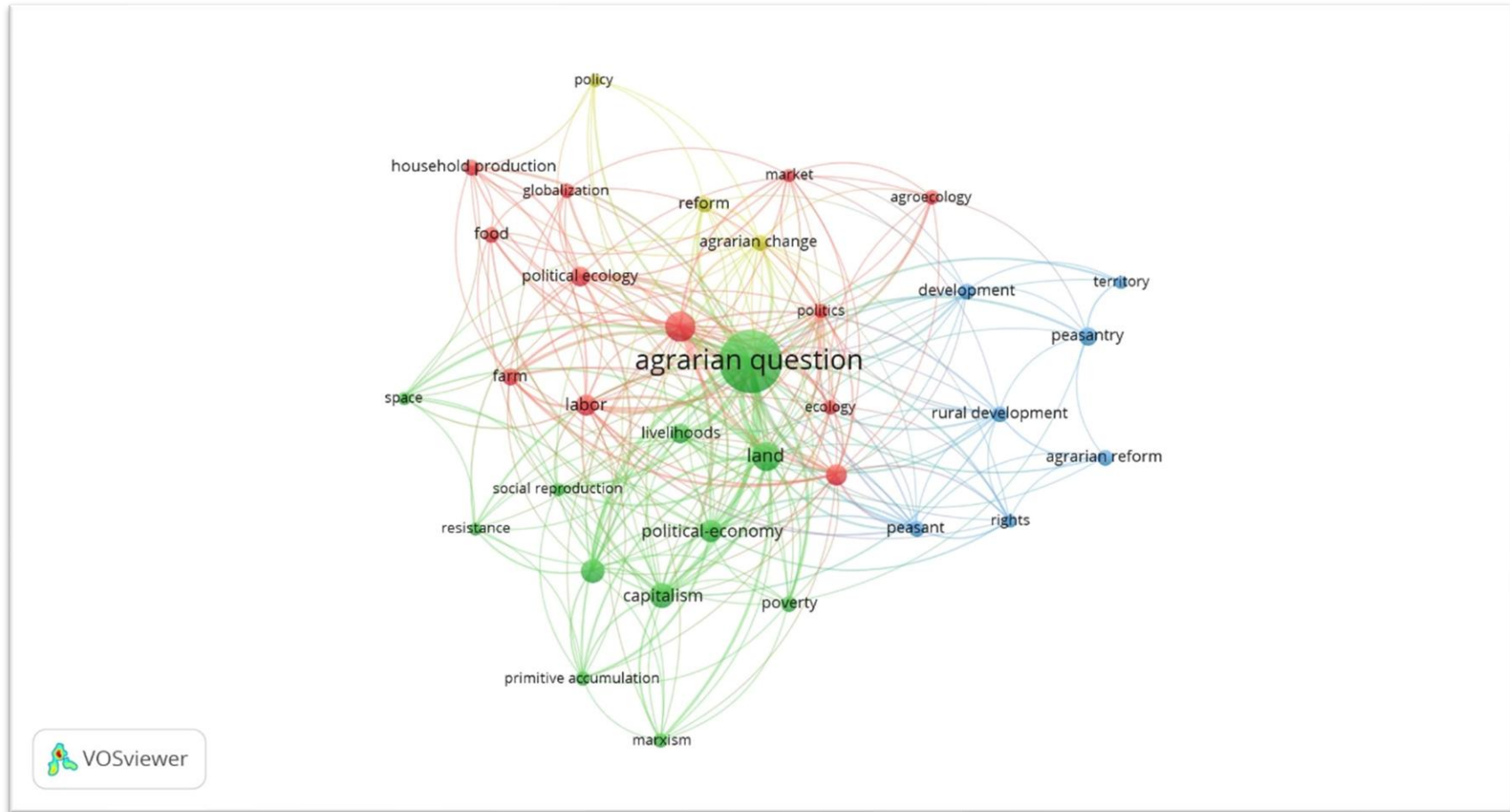
1- Agrupamento vermelho: o debate sobre modernidade no capitalismo sob análise das dinâmicas na questão agrária, economia política internacional e capitalismo, com abordagens geográficas das dinâmicas do capital são expressos nos debates nos autores Philip McMichael, Friedmann, Karl Marx e David Harvey.

2- Agrupamento verde: questão agrária e desenvolvimento da agricultura no ponto de vista marxista, políticas de desenvolvimento e industrialização da agricultura, desenvolvimento rural com ênfase na América Latina, questão agrária na era neoliberal, e relações sociedade-natureza, presente entre Karl Kautsky, Alain DeJanvry, Cristóbal Kay, David Goodman e World Bank.

3- Agrupamento azul: desenvolvimento agrário, teoria social e economia política das mudanças agrárias, com destaque para sociologia, antropologia e economia camponesa, com debates e defesa de alternativas radicais contra exploração e a favor da reforma agrária, com reflexão nos autores Henry Bernstein, A. Haroon Akram-Lodhi, Sam Moyo e Archie Mafeje (com a defesa de alternativas radicais a favor da reforma agrária, especialmente no Zimbábue).

4- Agrupamento amarelo: economia política, estudos camponeses e marxismo, desenvolvimento e ciências sociais voltadas ao estudo do campesinato e políticas internacionais e neoliberalismo, com base no marxismo, transição da agricultura de sociedades camponesas para sistemas e sociedade industrial (principalmente em Patnaik em relação à Índia), segurança alimentar e pobreza, assim como movimentos sociais de esquerda, imperialismo, acumulação primitiva e trabalho, com alguma predominância de análises na América Latina e Oriente Médio, que nos autores apresentam alguns teóricos da sociologia e economista em Terence J. Byres, Tom Brass, Utsa Patnaik e James Petras.

5- Agrupamento roxo: formação econômico-social e influência da agricultura, paisagens agrícolas, levantando uma análise histórico-geográfica marxista, balizadas pelo materialismo histórico, contexto social e relação entre estrutura e superestrutura no processo histórico, numa perspectiva assumidamente marxista, demarcadas por Emilio Sereni, Karl Marx, Lenin e Friedrich Engels.

Figura 5 Mapa Co-ocorrência de Termos (1945-2019)<sup>6</sup>

Fonte: Web of Science e VOSviewer  
Organização: Julia Furtado

<sup>6</sup> Número mínimo de de ocorrências de uma palavra-chave (Termos): 5; das 878 palavras-chave, 44 atendem ao limite. Para cada uma das 44 palavras-chave, será calculada a força total dos links de co-ocorrência com outras palavras-chave. As palavras-chave com a maior força total do link serão selecionadas. O número de documentos será selecionado: 44. Alguns termos foram excluídos (não atendiam ou não tangenciavam o objetivo da formação e análise dos mapas): *State; africa; migration; india; gender; transition; mexico; growth; latin america; south africa*. Dados gerais do mapa bibliométrico: *Items: 34; Clusters: 4; Links: 260; Total Link Strength: 561*.



No mapa de co-ocorrência de termos, é possível a formação de agrupamento de termos que são aproximados mais ou menos de acordo com a frequência em que aparecem simultaneamente e juntos em publicações, compartilham das mesmas publicações. Com a análise dos termos que mais aparecem nas publicações é possível “obter uma aproximação relativamente fidedigna do conteúdo de cada agrupamento em termos de objeto de análise.” (FELIPINI, PALLUDETTO, 2019, p. 328)

1- No grupo vermelho os termos que aparecem são em sua maioria relacionados à *Agriculture*, onde os demais termos aparecem como tangenciando o primeiro termo de maior ocorrência com abordagens sobre *labor*, *foody sovereignty*, *political ecology*, *household production*, ou seja, nesse agrupamento são presentes os termos que sinalizam uma discussão voltada para a agricultura e produção de alimentos, tangenciando abordagens sobre mercado e produção domiciliar de alimentos.

2- No grupo verde o debate se apresenta mais voltado para conflitos envolvendo questão agrária com base na posse da terra, meios de subsistência e política econômica, assim como a presença dos termos *peasants* e *capitalism* podem remeter a *social reproduction* nesses contextos/organizações sociais, além dos seguintes termos que encaminham o grupo para essas abordagens: *agrarian question*, *land*, *political-economy*, *resistance*, *primitive accumulation*, *marxism*, *space*, *poverty* e *livelihoods*.

3- Já no agrupamento azul os termos *peasantry/peasant*, *development*, *rural development*, *agrarian reform* e *territory* encaminham discussões sobre desenvolvimento numa perspectiva rural, envolvendo os sujeitos camponeses, como política de organização e desenvolvimento do território, se caracterizando como um grupo que aglomera termos presentes em fontes/textos que discutem o campesinato/camponês como perspectiva para desenvolvimento a partir do campo e desses sujeitos.

4- Enquanto o grupo amarelo, de menor quantidade de termos/itens, traz uma abordagem sobre o agrário e políticas agrárias, que envolvem reforma e transformações sem protagonismo de sujeitos nessas abordagens nos termos *agrarian change*, *reform* e *policy*; pode-se inferir que são termos mais gerais, presentes em pesquisas/textos/periódicos mais interdisciplinares.

Ao correlacionar os *clusters* com base nas cores, a partir principalmente dos critérios de co-citação (de Fontes e de Autores), é possível formar linhas de análise e pesquisa que configuram abordagens, realizando enfim o objetivo da coleta de dados bibliométrico e sua análise, relacionar os demais *clusters* formados com os dados do mapa bibliométrico, a partir dos autores, fontes e termos.

Sempre será uma aproximação que pode ter interpretações diferentes, certamente a coincidência de temas, autores, periódicos e termos em determinadas cores de *clusters* direciona uma linha de pensamento posicionada dentro do conjunto de periódicos, elementos e termos, que por sua vez poderiam estar dispostos mais distantes ou mais próximos dependendo dos descritores utilizados para pesquisa na base de dados *Web of Science*, assim como de acordo com o recorte de tempo, e outros mais refinamentos possíveis na base.

Assim é possível a visualização das principais formas de discussão a partir dos descritores “‘*Agrarian Question*’ OR ‘*Questão Agrária*’”:

Quadro 1 Possíveis Linhas de Pesquisa e Análise

<b>Abordagem</b>	<b>Tema</b>	<b>Termos</b>	<b>Fontes</b>	<b>Autores</b>
Política, Economia e Desenvolvimento Rural	Modernidade e Capitalismo; Economia Política Internacional	<i>Agrarian Change; Reform; Policy</i>	<i>World Development, Sociologia Ruralis, Geoforum e Antipode</i>	Philip McMichael; Friedman; Karl Marx; David Harvey
Desenvolvimento Rural e Relações de Poder entre Classes/Grupos Sociais Marginalizados	Sociedade Camponesa-Sociedade Industrial; Campesinato e Marxismo; Segurança Alimentar; Movimento Social; Imperialismo; Trabalho; América Latina e Oriente Médio.	<i>Peasants; Capitalism; Social Reproduction; Agrarian Question; Land; Political-Economy, Resistance, Primitive Accumulation, Marxism; Space; Poverty; Livelihoods.</i>	<i>Journal of Peasants Studies; Revista Pegada; Peasants Globalization; New Left Review; Capital; Agrarian Question.</i>	Terence J. Byres; Tom Brass; Utsa Patnaik; James Petras
Planejamento e Desenvolvimento Rural a partir do Rural	Desenvolvimento Agrário; Economia Camponesa; Alternativa à Exploração; Reforma Agrária; Teoria Social	<i>Peasantry/Peasants; Development; Rural Development; Agrarian Reform; Territory</i>	<i>Journal of Agrarian Change; Journal of Peasant Studies; Thesis; Communication; Development and Change.</i>	A. Haroon Akram-Lodhi; Henry Bernstein; Sam Moyo; Archie Mafeje
Desenvolvimento Econômico e Internacional; Desenvolvimento em Países “Emergentes”	Questão Agrária; Desenvolvimento da Agricultura; Industrialização da Agricultura; Neoliberalismo; Desenvolvimento	<i>Agriculture; Labor; Foody Sovereignty; Political Ecology; Household Production</i>	<i>Economic and Political Weekly; Canadian Journal of Development Studies-Revue Canadienne D'Etudes Du</i>	Karl Kautsky; Alain DeJanvry; Cristóbal Kay; David Goodman; World Bank

	Rural na América Latina		<i>Developpement; Third World Quarterly</i>	
--	-------------------------	--	---	--

Fonte: Web of Science e VOSviewer

Elaboração: Julia Furtado

Na primeira linha pode-se ter artigos e periódicos que abordem de forma mais geral e ampla a questão agrária enquanto economia política internacional e relações de comércio; sem especificar em uma localidade ou estudo de caso, a não ser nos casos de planejamento.

Na segunda linha as discussões podem partir da perspectiva dos movimentos sociais e conflitos entre classes expressos na Questão Agrária. Há tanto a partir de estudos de casos como políticas de desenvolvimento e modernidade em conflito com grupos e classes marginalizadas – como políticas neoliberais impostas por países capitalistas centrais –, e essas últimas como modelos de resistência e alternativa.

Na terceira linha as análises acerca da Questão Agrária, apesar de maneira ampla e geral, tratam do desenvolvimento a partir do lugar, do campo/rural, inseridos num contexto global, como espécie de alternativa de desenvolvimento do lugar rural para o global e economia de industrialização da agricultura.

Na quarta linha está presente o debate acerca das políticas de desenvolvimento, política e economia global repercutindo em países “emergentes” – em especial na América Latina –, mas também com perspectivas a partir do lugar, ou seja, dos próprios países “emergentes”. Assim como na segunda linha, aqui estão presentes as políticas neoliberais e repercussão dessas nesses países, mas não necessariamente sobre movimentos e grupos em disputa, com modelos alternativos de organização.

Nas quatro linhas de pesquisa organizadas a discussão acerca de desenvolvimento, política e economia, elementos que tangenciam e integram o debate sobre *Planejamento*, se faz presente por vezes citados diretamente na descrição de cada linha de pesquisa. Mantendo assim em questão o lugar da discussão da Questão Agrária como política de planejamento e desenvolvimento econômico. Ora ela é mais evidente na Geografia Agrária ora (e majoritariamente, com base nos dados bibliométricos) na Ciência Política, em que os periódicos, autores, textos e termos apontam e convergem para o debate de planejamento.

É uma questão de planejamento, principalmente quando representada por termos que vão desde o modelo político econômico internacional, até o conflito por terra e diferenciação entre classes num contexto global de mútua influência entre sociedades e entre países. Mas a posição e localização do debate vai referenciar e guiar as pesquisas, artigos e abordagens sobre a questão agrária.

Pois na formação dos mapas bibliométricos, com a correlação entre termos, autores citados conjuntamente, autor citado por dois ou mais autores e/ou periódicos, e por assim seguindo a descrição da pesquisa, percebem-se autores e textos próximos, e que por isso sempre estão referenciando-se entre si; como formando uma espécie de área de abordagem sobre o descritor Questão Agrária. E como já se sabe, a abordagem, temática e argumentação são parte do debate e disputa política acerca, no caso, dos desdobramentos da questão agrária teórica.

Os territórios mantêm uma relação sobre a construção, disputa e controle que se dá sobre esses, pois a formação e consolidação de um território perpassa a possibilidade de se pensar e materializar esse, dentro de um contexto desigual de possibilidades de ação, em que a luta de classes se faz presente e dita a distribuição de potencialidade e poder de decisão e ação.

Sobre essa relação Fernandes (2009, p. 210) se refere ao *território imaterial*, presente em todas as ordens de territórios pois todos relacionam-se “com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações.” São elementos e dimensões que perpassam todos os territórios, pois tratam de sua formação e/ou sua interpretação, essa que por sua vez vai atender a um objetivo a ser alcançado por ou sobre um território. “Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.”

O território imaterial é formado pelas ideias e intenções que se tem sobre o que se pretende organizar, faz referência diretamente ao território material, mesmo que não o seja material. Quando se trata de um tipo de território e seus usos e concepções, não está presente apenas o território e os sujeitos que constroem e fazem parte desse, mas a ideia compartilhada sobre a interpretação desse território, que ao mesmo tempo foi o que possibilitou a construção e formação do grupo e o seu território, pois o saber e intencionalidade coletivos é o que “coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material”, ou seja, determinado território. “A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material.” (FERNANDES, 2009, p. 211)

Por sua vez se tratando do debate que geralmente está circunscrito em ambiente acadêmico, discussão teórica de conceitos, não seria diferente. Mas pode-se afirmar que se trata da disputa política sobre o interesse na formação ou em se desfazer um território determinado e com finalidade específica. O planejamento, o desenvolvimento de um território e sua conceituação são ferramentas nesses debates/disputas dentro da mais ampla defesa de um projeto político, defendido por correntes teóricas e seus teóricos.

Partindo da segunda linha de pesquisa, que trata dos movimentos sociais e disputa/conflito entre classes na Questão Agrária, é possível associar ao debate que se tem acerca da disputa territorial e conflitos envolvendo a posse de terras, com temas comuns numa

agenda internacional como soberania alimentar e *commodities*. Ainda se trata de planejamento e economia política – que pode ser representada pela incursão do agronegócio enquanto política econômica em escala internacional para a nacional, dos estados –, mobilizados a partir de lugares que representando o próprio rural/lugar, ou enquanto política neoliberal (as políticas na América Latina; países “emergentes” etc.).

Passa então a integrar a discussão a *reprodução social e acumulação primitiva* no processo de disputa pela terra. O campo e desenvolvimento rural certamente fazendo parte de uma agenda que se aplica com repercussão direta na reprodução social e na produção de modo capitalista, e assim na unidade familiar de produção camponesa, que a partir de outro tempo e modo de produção, difere entre classes e setores produtivos. Nesse sentido os termos vêm denunciar problemáticas e questões conjuntas e presentes na questão agrária, e ainda pelo viés de classe e movimentos sociais, pois circunscrevem *social reproduction* e *primitive accumulation*. Ou seja, segue um critério de conflito entre classes, mas também de mobilização e alternativa de *resistance*, presente e engendrada por movimentos sociais e pautas caras aos grupos/movimentos marginalizados, representados pela condição de *poverty*, *livelihoods* e *soberania alimentar*, demarcado por um movimento partindo especialmente do espaço rural, movimentos do campo e *peasants*.

Essa linha específica traz à tona a presença de outros agentes no conflito que se configura como disputa pela terra significando também a luta por território, e talvez nesse ponto seja possível demarcar a ciência geográfica na delimitação do conflito e Questão Agrária, direcionada por uma abordagem onde a condição de conflito é contínua e também é condição de acesso pela resistência e transformação da sociedade, seja nos moldes de produção capitalista (subalternamente e dentro da superexploração) seja pela alternativa apresentada por movimentos sociais (projeto político de sociedade, economia e educação).

Esses conflitos são caracterizados pela disputa da terra entre esses agentes, pelos empreendimentos/projetos/políticas que representam o modo de produção capitalista, em divergência com agentes que têm na posse coletiva da terra seu modo de produção, e com o tempo caracterizado pelo trabalho familiar.

### 1.1. Questão Agrária – Conflito e Conflitualidade

Fazer da lógica de organização de uma sociedade capitalista a única possibilidade de organização se reflete e se justifica contraditoriamente nas críticas que se tem sobre essa forma de organização, como uma espécie de proteção contra qualquer incursão e tentativa de

superação da lógica capitalista, posta e estabelecida. Essa ideia de proteção ao real possível, construída e socializada, é que impediria teorizações e articulações alternativas para uma sociedade também alternativa à atual, que tem como característica a marginalização de alguns grupos para favorecer outros, expressa explicitamente na diferenciação e conflito entre classes. A construção de abordagens e ideias em volta da Questão Agrária é estabelecida nos conflitos de ideias que são parte dos interesses de classes e entre classes; que permeadas de intencionalidades e funcionalidades é relacionada apenas à disputa por terra – superficialmente e negligenciando essa disputa como elemento da Questão Agrária.

É um processo contínuo e simultâneo: enquanto a recriação do campesinato é efetivada no interior das relações capitalistas para reprodução do capital (arrendamento, mercado de terras), o campesinato desapropria as relações e modos de produção capitalistas ao ocupar terras. Que apesar de romper com a relação pontualmente – em um território de resistência –, não ultrapassa a posição social e condição subalterna do campesinato, pois a estrutura da sociedade capitalista sujeita a produção através da renda da terra desses “novos” camponeses que resistiram e ocuparam ao mercado que, por sua vez, está sob controle dos capitalistas proprietários de terras. “Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de conflitualidade.” (FERNANDES, 2008, p. 9)

A questão agrária, produzida pela diferenciação do campesinato, luta de classes e sujeição da renda da terra, se expressa em toda sua complexidade na contradição pela concentração de riqueza e expansão da pobreza no centro e engrenagens da lógica capitalista; e que movimenta todo um sistema de contradições de criação e recriação de sujeitos e territórios opostos à matriz capitalista, expresso especialmente no processo de criação e recriação do campesinato, através da realização de sua relação social no meio social camponês: o assalariamento de camponeses e camponesas. Na tentativa de destruição do campesinato através do trabalho assalariado, pela subordinação da produção e trabalho camponês às demandas da expansão capitalista (recriação por sujeição da renda da terra); por outro lado, expõe a luta pela terra contra a organização e hegemonia capitalista (recriação pela disputa/resistência) (MARCOS, 2016). Enquanto essa resistência, por sua vez, encontra obstáculos – resultado da posição social marginalizada, principalmente quando é condição útil para a manutenção da organização da sociedade tal como já se apresenta – no exercício de poder político por parte desses camponeses, que têm no posicionamento político e prática de resistência (em áreas diversas: soberania alimentar, defesa do território, identidade, estratégias de recriação econômica etc.) contra as políticas públicas que promovem sua sujeição ao capital. A título de exemplo, não necessariamente idênticos, mas que correspondem processos político-

econômicos divergentes dos pautados na expansão e reprodução capitalista: Venezuela e Cuba, com os embargos econômicos pelos Estados Unidos em conjunto e apoio dos países capitalistas centrais, ambos representando ameaça à continuidade organizativa da sociedade e relações internacionais predominantemente direcionadas ao lucro e acumulação de capital.

A relação de dominação (territorialização do capital) com a resistência camponesa para manter seus territórios expressam classes opostas disputando não só territórios, mas modos distintos de relações sociais. Talvez por isso podemos justificar ou ter uma noção dos motivos que levam a caracterização da discussão sobre Questão Agrária como algo grave, negativo e violento. Não negando essa realidade, mas os caminhos de explicação dessa violência mantêm-se na superficialidade das relações e seus desdobramentos, ignorando a complexidade que prepara e conforma o campo de embate e conflito direto em determinado momento. O momento do conflito é explicado como uma finalidade em si mesmo, ignorando as variáveis que incluem na questão agrária um problema de classes sociais, pautada na superexploração de classes não hegemônicas e, evidentemente, seus territórios (construídos a partir das relações sociais desenvolvidas pelo camponês e entre classes), num contexto interno à organização política, econômica e social capitalista. Por isso no seio da sociedade capitalista a luta de classes expressa na Questão Agrária se fará sempre presente.

A reprodução das contradições do capitalismo e a prática política camponesa de reprodução de sua existência geram uma situação de conflito contínuo, a conflitualidade, expressa na luta de classes: de um lado o capital em seu processo de territorialização, [...]; de outro, em seu processo de territorialização (através da luta pela terra), o campesinato destrói o capital e reconstrói formas mais autônomas de organização da vida e da produção. Assim, a luta de classes expressas no processo de dominação e resistência permanente é constituinte estrutural da questão agrária, o que a torna insolúvel no seio do capitalismo. (MARCOS, 2016, p. 12)

A reprodução das contradições do capitalismo e a prática política camponesa de reprodução de sua existência são então expressões do aspecto contínuo do conflito entre ambos, que se desdobra a partir da capacidade desigual de enfrentamento e ação política no conflito de disputa para territorialização que, nesse momento, expressa disputa entre modelo de desenvolvimento conforme um território, seja o camponês ou o capitalista. Com a luta pelo controle e apropriação da renda da terra com finalidades obviamente diferentes entre posse pelo capital e posse pelo camponês, em que o primeiro objetiva a acumulação de capital através da propriedade privada e individual da terra, e o segundo a propriedade e uso comum/coletivo da terra e territórios.

Assim, é preciso romper com a visão hegemônica que relaciona a questão agrária automática e exclusivamente à luta pela terra e que, ao assim fazer, dá a ela um caráter negativo, arcaico, gerador de atraso. É necessário entender a questão agrária no seio – e como consequência – do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, em suas diferentes expressões (MARCOS, 2016, p. 10).

Pensar a teorizar a Questão Agrária como processo e discussão resultante das relações numa sociedade conformada pela lógica capitalista abre as possibilidades para a constatação da disputa para além do observável à primeira vista (por terra e território), permite perceber a disputa entre modelos que se pretendem diferentes na organização do território e sua finalidade – politicamente desigual, próprio e resultado da luta de classes. Nessa linha de pensamento a disputa por terra e território não fica cercada pela posse e direito de morar num pedaço de terra, mas se abre para a disputa de afirmação e definição de um território, sua organização e soberania, perpassando sua gestão e reivindicação, podendo ser então uma disputa pela igualdade de exercício de poder, poder de decisão e efetiva participação, correspondendo assim uma alternativa de significação de território e organização em sociedade. Por esse motivo entende-se a resistência e a prática política camponesa de reprodução de sua existência como prática que caminha com a desterritorialização/destruição do capital num território, ou seja, a sua não continuidade e/ou efetivação em território, apresentando como limite dessa ação a capacidade do campesinato em exercício de poder, ação política, no que se refere ao controle político das relações econômicas, concentradas no outro polo do conflito.

Característica do outro polo de exercício e detentor da possibilidade de decisão e exercício de poder, Martins (1994) denuncia a estratégia de evitar confronto e ameaça ao poder político de uma classe hegemônica capitalista através da aliança entre capital e terra – apropriação/concentração e propriedade fundiária –, em que sua eficácia e propósito era debilitar os movimentos sociais, com potencial de reivindicação e reconhecimento sociais de direitos à população mais pobre, especialmente no campo.

A efetividade dessa aliança, que expressa no capital a classe hegemônica dos proprietários de terras e burguesia e a propriedade fundiária da terra, permitiu prevalecer os interesses e racionalidade do capital em detrimento da ação e reconhecimento da racionalidade dos movimentos do campo, que possibilitaria um conflito radical de interesses a partir dos movimentos do campo em reivindicação, ameaçando o poder político das classes dominantes. (MARTINS, 1994, p. 130). A vulnerabilidade que seria possível crescer é anulada quando a classe dominante passa a ser construída com base nessa aliança entre capital e propriedade da terra, pois os interesses econômicos e políticos nacionais tem sua manutenção por quem os detém e os constrói – através da subjugação do trabalho e trabalhador do campo, resultando em



conflitos por terras, que mais tarde é remediado pela política de colonização da Amazônia para arrefecer qualquer e todo tipo de revolta que, por mais uma vez, possa ameaçar a elite local, fundamentada na propriedade da terra.

A disputa pela posse e uso da terra faz parte da política de estado, com os incentivos fiscais governamentais para implantação de empresas para fortalecimento do setor agroindustrial, com ênfase na Amazônia, Nordeste e no Estado de Minas Gerais, quando o país passava pela Ditadura Militar (1964-1985). As possibilidades a partir da infraestrutura e das terras concedidas quase que gratuitamente pelo estado foi o que mobilizou a incursão de grupos capitalistas, estrangeiros e nacionais, para efetivação nessas regiões e Estado, com empresas agroindustriais integradas. “É retirado o problema então de imobilização de capital na compra da terra, sendo que essas são entregues quase que de graça para o capitalista, e facilita assim a entrada de capital no campo [*e agricultura*].” (SORJ, 1986, p. 48, 50)

Ao mesmo tempo, era necessária a resolução dos problemas relacionados com as contradições sociais que tinham surgido no campo, e se num primeiro instante a arma aplicada tinha sido a repressão [*Ditadura militar*], no decorrer do tempo a resposta deveria ser outra. Portanto, colocava-se diante do regime a possibilidade de aplicar uma reforma agrária parcial em certas regiões do país, que, não modificando basicamente o padrão de desenvolvimento agrícola, poderia pelo menos permitir a criação de um setor de pequenos proprietários reformados em regiões tradicionalmente dominadas pelo latifúndio tradicional. Dessa forma ter-se-ia institucionalizado, ao nível nacional, o desenvolvimento combinado *farmer/junker*. (SORJ, 1986, p. 70)

Sobre as medidas e políticas de desenvolvimento econômico a partir da integração da produção agrícola, o governo militar pode ser dividido em três momentos de decisão/organização/medidas: num primeiro momento a discussão e atenção está pautada na compra de terras no país por estrangeiros – resultando numa Comissão Parlamentar de Inquérito –; e por segundo e terceiro momentos, o implícito incentivo do governo e explícita aceitação da compra de terras no país por empresas estrangeiras, com a instalação dessas últimas no Brasil. (SORJ, 1986)

Nessas medidas, pautas como estrutura agrária e sua transformação não eram presentes, em nenhum momento como política nos governos militares. Pode-se dizer que houve no discurso oficial de uma reforma agrária parcial no Nordeste uma maior institucionalização no processo de ocupação e colonização de fronteira; ainda mais por meio de sistema repressivo, em 1969 as posições reformistas eram ainda menos desenvolvidas e consideradas, nesse contexto em que o governo passa a incentivar nas regiões de fronteira o investimento e participação do grande capital do Centro-Sul – formando a aliança entre os interesses e

funcionamento do grande capital monopolista e a estratégia de manutenção/permanência da estrutura fundiária. (SORJ, 1986) Cabe à elite nacional/burguesia a necessidade de mudar seus mecanismos de dominação de produtores/trabalhadores rurais, devido a “deterioração dos mecanismos tradicionais de dominação no campo, que gerou as mobilizações no período anterior ao golpe de 1964,” exigindo agora novos mecanismos e com papel ativo do Estado: cooperativas e organizações sindicais geridas pelo Estado. (SORJ, 1986, p. 76)

É incompleto e superficial então explicar a Questão Agrária a partir apenas do momento em que o conflito acontece, pois essa é resultado de uma condição entre grupos, postos num contexto e sociedade que os diferencia como condição de existência e funcionamento dessa mesma sociedade, que entre si detém desiguais potencialidades de ação, transformação/organização/poder; relações que ditam ações e medidas de políticas públicas, que condicionam territórios e modelos de sociedades que transformam e/ou ditam modos de vida; condicionados a uma sociedade organizada em estruturas de diferenciação de classes sociais – que nessa condição se apresentam como opostas e em disputa –, se movimentando na exploração do trabalho e apropriação dos meios de produção em posse (pela expropriação ou monopolização) do grupo/classe detentor de maior poder de ação/decisão.

O que vai dizer sobre as potencialidades diferentes e desiguais de ação, são justamente os aparatos de força, controle e gestão institucionalizados no Estado, e instrumentalizados para fins que, fixos na defesa da propriedade privada e concentração de fundiária no campo e na cidade, mantém a hegemonia da lógica vigente, mantendo as formas de relações estabelecidas por essa hegemonia (força de repressão, defesa da grande propriedade privada, políticas de créditos e incentivos fiscais direcionados desigualmente e de forma concentrada numa elite rural etc.)

Se a questão agrária está pautada na luta de classes e propriedade privada capitalista da terra, e essa é uma condição geral para além de escalas e dimensões únicas e determinadas/exclusivas (econômica, ou política, ou ambiental, ou social etc.), assim há de ser com as consequências dessa luta de classes estrutural de uma sociedade de lógica capitalista. A condição de disputa e conflito – continuo – é o processo de conflitualidade que é construído entre os diferentes modos de reprodução social – modelos de organização da sociedade, sociedades, etc. –, diferentes relações sociais que ameaçam uma a outra, justamente nos “níveis” de exercício de poder diferentes e desiguais entre elas: capital e camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc.; enfim, capitalista e camponesa, ou seja, essa condição, os conflitos que não cessam por si só, mas sim são expressão da contradição continua, é a

conflitualidade, resultado “do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa.” (FERNANDES, 2008, p. 8).

O conflito se expressa como um elemento da conflitualidade. É o momento de tensão evidente que em um olhar superficial torna aparente e contido em si mesmo o fim do conflito e da desigualdade/condição de oposição entre classes sociais e seus interesses. Mas, o que bem se entende aqui é que a conflitualidade é a estrutura da sociedade capitalista assentada no desenvolvimento e reprodução capitalista. (FERNANDES, 2008) A conflitualidade é então parte da estrutura desse modelo de desenvolvimento, que é desigual. É condição de existência para o capitalismo, pois essa precisa explorar excessivamente e produzir concentração de renda/terra em posse de um grupo de comando (blocos de hegemonia, burguesia), mas, ao explorar excessivamente destrói, constrói e faz a manutenção da conflitualidade caracterizada pela desigualdade de condição de existência, gerando assim o oposto que tenta destruir ao se expandir.

Seu processo de expansão tem como objetivo e ideia a exclusão e destruição, mas cria condições de construção desses grupos mantendo-os na marginalidade, pois a exploração do trabalho desse grupo marginalizado é o que constrói esse sistema com base no lucro – modo capitalista de produção –, demarcada pela luta de classes explicando o conflito constante no capitalismo – conflitualidade. Está assentada sobre o acesso ou não (e seletivo) ao território e à terra, à produção, assim como luta de classes. A conflitualidade é esse processo e o conflito é a expressão (ação) concreta desse processo; e por isso esse último é momentâneo (durabilidade mais curta que um processo em si), mas expressão do primeiro. (FERNANDES, 2008, p. 8)

“Assim, o ponto crucial para a compreensão da dimensão da Questão Agrária na atualidade é entender qual o papel do campesinato diante do avanço do capitalismo no campo.” (MARCO, 2016, p. 13), entender o que movimenta a luta e disputa pela terra e consolidação do território camponês ou do capital, determinando e analisando as políticas econômicas de produção no campo e comércio; distribuição de terras; a hegemonia de um modo de produção voltado para expansão e reprodução do capital através do mundo da mercadoria através de *commodities* – com prioridade de determinados produtos; prioridade de uma economia industrial a de exportação etc. A partir da disputa demarcada entre os territórios do campesinato e o território do capital, o que está em questão é a terra, a consolidação de um modelo de sociedade que traz consigo outra interpretação e autoafirmação de território, que nesse processo de interpretação denuncia a pretensão de territórios construídos para o mundo da mercadoria e sobre a exploração do trabalho no campo e cidade, num jogo de destruição e recriação para manutenção da exploração e lucro.

## 1.2 Agronegócio e Campesinato – Projeto político, organização e produção na lógica da agricultura capitalista

Pensar a agricultura industrializada como um processo de conflitualidade, logo contradição capitalista, remete ao que Fernandes (2008) afirma sobre a presença dos conflitos nas abordagens da Questão Agrária. Pois, considerando os caminhos da consolidação e expansão do agronegócio no Brasil, ele se desenrola por meio da concentração fundiária e especulação, com a finalidade de valorização do capital. Como modelo econômico que tem sua construção num processo alavancado pelo Estado na modernização da agricultura e sua integração ao novo circuito das agroindústrias, de insumos e processamento de matéria-prima, encaminhado pela expansão da ocupação de fronteira que, por sua vez, se integra de forma crescente à expansão do complexo agroindustrial. (SORJ, 1986)

O momento histórico e contexto político da 2ª Guerra Mundial como argumento, os teóricos do agronegócio, em exemplo aqui John Davis e Kenneth Hinshaw (1957), utilizavam-se do contexto de guerra para promover o incentivo e desenvolvimento do agronegócio. Através do discurso ufanista e patriótico, defendia que as terras agricultáveis serviriam ao país, por meio do que seriam as diretrizes e atividades que se entende hoje como agronegócio. Era uma maneira de servir ao país num momento de difícil sobrevivência à grande guerra. (*apud* MENDONÇA, 2018)

A origem e fortalecimento do agronegócio segue a partir desse discurso, justificado pela produção de mais alimentos pela “modernização”, se consolida no seu aspecto mundial, como economia global (modelo de produção agrícola/agricultura) e política internacional (que necessita de instituições financeiras e empresas/indústrias consolidadas e com capacidade de participação, para assim permitir a expansão do modelo agronegócio).

A expansão do conceito e atividades/projetos do agronegócio na América Latina se deu pela criação da *Latin American Agribusiness Development Corporation* (LAAD) por empresas mais o governo estadunidense no mesmo contexto da Guerra Fria e difusão do programa “Aliança pelo Progresso”, estabelecido pelo presidente John F. Kennedy, a fim de diminuir a influência comunista que Cuba poderia exercer – com o modelo de desenvolvimento Cubano já exercendo influência considerável na América Latina. A LAAD surge em 1972 sob o argumento de que era necessário “promover investimentos de capital na América Latina” e “fortalecer empresas privadas do agronegócio na América Latina”, segundo Ross (2000, p. 3), que foi presidente da LAAD entre 1972 e 1998, e ligado e com relações à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1962. Para Ross investir capital na América

Latina, sob a “aliança pelo Progresso” não era a principal motivação, mas a preocupação era verdadeiramente formar um programa que pretendia conter a influência comunista Cubana (ao contexto da Guerra Fria) e fortalecer a posição de segurança dos Estados Unidos e seus aliados, para expandir e manter sua área de influência. (ROSS, *apud* MENDONÇA, 2018, p. 38)

As multinacionais mantinham, até meados de 1970 (quando começam a estabelecer sedes/unidades em alguns países da América Latina), a exportação dos produtos industrializados para os setores agrícolas na América Latina sob o agronegócio, e como os cursos dos insumos químicos e industriais eram padronizados à nível internacional, os países latino-americanos através da maior exploração do trabalhador rural e diminuição do salário do trabalhador buscavam manter equilibrados e “aceitáveis” os níveis de competitividade. Isso tudo possível no contexto político da Ditadura Militar no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. (BURBACH; FLYNN, *apud* MENDONÇA, 2018)

Algumas multinacionais que estabeleceram sede na América Latina mantinham produção para o mercado interno/nacional como também para exportação (por exemplo *Morgan Guarany Trust* e *Chase Manhattan*). Assim, a partir de agentes financeiros e do monopólio na comercialização, foi possível o “aumento da especulação com produtos agrícolas nos mercados de *commodities* e mercados de futuro.” (BURBACH; FLYNN, *apud* MENDONÇA, 2018, p. 41)

A relação entre a formação de monopólios privados de comercialização e a especulação com o preço de commodities agrícolas ocorre quando há ‘o controle de unidades processadoras e o seu enorme poder financeiro lhes permite fazer grandes compras quando o preço de mercado está baixo, estocar, e então obter lucros extraordinários quando o preço sobe’ (BURBACH; FLYNN, 1980, p. 133). Em relação ao papel do Brasil, apesar do país ser um dos grandes exportadores de produtos agrícolas, este comércio foi controlado por empresas estrangeiras.” (MENDONÇA, 2018, p. 41)

Essas empresas/grupos, apesar do potencial de influência em vários setores do agronegócio, preferem o controle sobre a comercialização de produtos agrícolas do que a produção agrícola em si. Pois assim ultrapassam possíveis riscos e obstáculos como os prejuízos advindos de situações adversas à agricultura em determinadas regiões e/ou safras; além da instabilidade econômica e política que pode afetar a agricultura (produção agrícola). (MENDONÇA, 2018) Mantendo assim o controle e poder sobre as relações de comércio que são estabelecidas – preços, relações de comércio entre países etc. –, em que as principais transformações a ocorrer seriam as mudanças entre um produto para outro e sua comercialização.

Esses riscos então seriam determinados para pequenas e médias unidades agrícolas, segundo Burbach e Flynn, que estão “integradas” às “cadeias produtivas” do agronegócio; enquanto para corporações multinacionais fica a vantagem de poder concentrar suas atividades “nos negócios de insumos, processamento e comercialização.” (BURBACH; FLYNN, *apud* MENDONÇA, 2018, p. 42)

A “exportação” do agronegócio para a América Latina aprofunda as relações de subordinação e papel da região na Divisão Internacional do Trabalho, e a especialização em determinados países com incentivo e promoção da monocultura; reforçando a herança colonial da região: fornecedora de matéria prima de acordo com a demanda mundial, de países capitalistas centrais, industrializados e com controle do comércio/mercado mundial. (MENDONÇA, 2018)

Retornando ao quadro das linhas de pesquisa, formadas a partir dos dados bibliométricos, é possível ver que cada linha não necessariamente exclui outra seguinte ou anterior. Principalmente na linha em que os temas e abordagens apontam para uma discussão pautada nessas relações na América Latina, por exemplo. O papel que a AL representa nessa dinâmica do agronegócio, ou até da própria Questão Agrária, é diferente e obedece ao lugar de subordinação aos países capitalistas centrais que detém o comando e conhecimento das relações de comércio e produtos agrícolas em caráter de relevância na comercialização. Os riscos dos mercados de produção em si são delegados para países subordinados, que por sua vez se materializa no campo e produção rural.

Segundo Bernardo Sorj (1986), na periodização da ação de multinacionais agroindustriais no Brasil, mesmo na busca por equilibrar e permitir a atuação nacional nesses setores, as políticas e medidas de expansão industrial na agroindústria estavam ainda sob égide das políticas internacionais, com “‘*dumping*’ sistemático de grandes companhias internacionais (MIRROW, 1977)”, em que “os grandes produtores mundiais de fertilizantes mantinham o Brasil como mercado importador e não estavam interessados na produção nacional de fertilizantes”, por exemplo. Mesmo com a posterior efetivação da indústria *de fertilizantes*,<sup>2/3</sup> dos fertilizantes nacionais utilizavam matéria-prima importada. (SORJ, 1986, p. 36). Então mesmo com a efetivação de um ramo da indústria com vista a promover a independência nacional sobre esse produto, ainda assim sua matéria-prima era importada e mantida assim a condição de dependência de produto industrial estrangeiro; onde o Brasil seguiu um caminho econômico pautado internacionalmente na divisão internacional (países capitalistas centrais).

Como ocorre a concentração fundiária para sustento desse modelo de produção agrícola, há também, de forma combinada, a exploração do trabalho e do excedente de produção do trabalho camponês. Essa subordinação ocorre de vários jeitos: contrato com empresas de agronegócio que demandam um produto específico; contratos de arrendamento de terras camponesas que passam a ser utilizadas para monocultura extensiva, que leva ao endividamento de camponeses por esses não conseguirem a produtividade estipulada no tempo da empresa, e/ou por não conseguirem acompanhar a flutuação dos mercados de *commodities*. (MENDONÇA, 2018).

Aos trabalhadores camponeses são delegados os riscos da produção agrícola – à produção não capitalista, pois apesar de estar associado à lógica do agronegócio, não faz integralmente fato o grupo de pequenas e médias unidades agrícolas, que podem ser representadas pelas empresas de supermercado, e que geralmente estão enquadrados no conceito de agricultura familiar, pouco mecanizado, e ainda voltado à capitalização, mesmo que em pequena escala que mais tem a dizer sobre a capacidade e potencialidade de participar ou não com grandes multinacionais. O ribeirinho da região das ilhas de Abaetetuba/Pará com a produção voltada para responder à demanda da empresa Natura, ou o camponês do Sul do Pará que tem o monocultivo do dendê, apesar de estar incluído ao processo de produção no agronegócio, desse não faz parte como unidade agrícola – integrante em igualdade como “sócio” –, pois não tem um camponês, individualmente numa unidade familiar – a extensão de terras que compreende a produção para o agronegócio. Ou se enquadram enquanto unidades agrícolas quando somadas à várias unidades familiares, é formado um valor em cada unidade e no fim soma seu produto para comercialização por um setor/empresa de produção no agronegócio, ainda distante da lógica das unidades agrícolas de produção voltadas para capitalização. Caminho que leva até o camponês não conseguir produzir a demanda da multinacional, e se ver endividado, forçado a se deslocar para um lugar de existência com terras mais baratas e em menor tensão de disputa.

A partir de 1960, em alguns países da América Latina, muitas comunidades perderam suas terras/territórios por essa desigualdade e desproporcionalidade na distribuição de terras, que cada vez se concentrava nos grupos multinacionais do agronegócio. Formando um considerável e crescente “exército de reserva” nos centros urbanos, que permite a baixa de salários no campo e na cidade, e contingente de trabalhadores “dispensáveis”. (MENDONÇA, 2018, p. 44)

A leitura sobre o agronegócio, para evitar qualquer associação com conflitos por terras, é de que se apresenta como único modelo de desenvolvimento e modernização da agricultura existente e possível. Por isso, para evitar qualquer possibilidade de consideração de alternativa,

coloca-se a agricultura familiar como parte desse modelo e como unidade do sistema capitalista, sendo assim impossível a existência de conflitualidade dentro do mesmo modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura.

Sabe-se que realmente a agricultura familiar (sendo a agricultura camponesa e produção não capitalista denominada assim dentro do agronegócio) faz parte da lógica de expansão capitalista, como necessidade de expansão desse sistema através da Acumulação Primitiva, em que ocorre a violência e perseguição intensa às lógicas/sujeitos que não obedeçam à lógica hegemônica capitalista, através também da expropriação, exploração e subjugação da produção não capitalista como condição para expansão e construção do desenvolvimento capitalista. (FERNANDES, 2008)

A incorporação da produção não capitalista como agricultura familiar e resultado do agronegócio é de fato a necessidade dessa produção para manter o funcionamento e existência do modo de produção capitalista, com a valorização da mercadoria, lucro, acumulação de capital etc. Negar sua existência seria não controlar mais diretamente um setor de produção que foge às regras da produção no agronegócio e que, por vezes, produz mais e emprega mais, é correr permitir um possível fortalecimento desse e o risco na disputa entre modelos de desenvolvimento e organização da sociedade a partir desses territórios.

Então incorporar, mesmo de distorcida e de maneira violenta, a produção não capitalista condiz com a imagem de um processo sem conflito e contradição, incorporando os modelos que são alternativas como parte e resultado da modernização da agricultura no capitalismo – com discursos semelhantes acerca do sistema capitalista e agronegócio.

A imagem que se construiu sobre a agricultura capitalista ou agronegócio é e precisa ser forjada para aceitação social e preservação desse modelo de desenvolvimento a partir da agricultura. Não necessariamente é um desenvolvimento tecnológico, com alto teor e presença de maquinaria e insumos industriais. O é também, mas se refere à potencialidade de reverter o discurso do latifúndio para o de produção para agronegócio e desenvolvimento nacional. Quer dizer sobre a concentração não apenas da terra (a partir da potencialização do mercado de terras), mas da concentração também dos meios de produção, da terra mais o trabalho nela empregado, e da tecnologia industrial capaz de potencializar a produtividade nessas terras, a partir de vários outros mecanismos que permitam a exploração mais intensa, em larga escala e com maior produtividade capitalista da agricultura brasileira. Agronegócio ainda se remete a concentração fundiária, essa agora revestida da palavra desenvolvimento e produtividade, que permanece com o latifúndio não mais improdutivo, pois o transforma em produtivo e potencial



de desenvolvimento nacional na dinâmica internacional; mas ainda com expropriação, exclusão e superexploração do trabalho camponês na agricultura. (FERNANDES, 2008)

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. (FERNANDES, 2008, p. 38)

A tentativa de homogeneizar a produção agrícola no país passa pela necessidade de promoção midiática do agronegócio como única alternativa de produção alimentar, comércio/participação no mercado internacional e modernização do campo brasileiro. É como um caminho a ser percorrido para alcançar a “modernidade” e industrialização aos moldes dos países capitalistas centrais. E essa ideia de desenvolvimento/modernidade é defendida e pretendida pela industrialização da agricultura, como um caminho linear, um fim separado antes em estágios ou degraus de uma escada, onde o último degrau seria a condição atual dos países capitalistas centrais, ultrapassando a condição de “primeiro mundo” / “subdesenvolvido” / “em desenvolvimento”.

“Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado” (FERNANDES, 2008, p. 38). O latifúndio improdutivo, que poderia ser ocupado para projeto de reforma agrária, agora é ocupado pelo bem maior da industrialização para desenvolver o país e, por isso, torna-se um território inviolável com justificativa da produtividade e desenvolvimento. (FERNANDES, 2008)

Essa forma de apresentação do discurso, para ser tolerável e aceito pela população, faz parte da sociabilidade que deve ser conferida à industrialização da agricultura no Brasil – agronegócio. Quando nos confrontamos com dados da produtividade do setor de produção no agronegócio, a principal argumentação do setor, que seria a produção de alimentos, está mais nas mãos de pequenos agricultores, e camponeses e comunidades tradicionais e movimentos sociais de lutas pela terra, com a agricultura familiar “contemplada” pelo desenvolvimento e modernidade do agronegócio. (MARCOS, 2016)

Serve então para mascarar a não produtividade do agronegócio para a produção de alimentos para o mercado interno (sendo a agricultura familiar a principal nesse quesito), e mascarar a *reprimarização* da economia frente a prioridade em produzir para exportar (por

exemplo, a soja) do que a produção de alimentos básicos. A prioridade para a produção de *commodities* e em setores que corroborem para o fortalecimento do mercado e serviços dos quais o Brasil está na posição de dependente, como na importação de insumos industriais.

Ou seja, mesmo que o discurso seja pautado na “modernidade” e produção de alimentos, na prática o que se tem é a prioridade de produtos voltados para exportação, em que esses são estipulados, tanto em seu valor como no setor de produção, por países industrializados capitalistas centrais, que detém o controle e poder sobre os mercados de *commodities* e mercado mundial. Nessa dinâmica o Brasil cumpre seu “papel” de exportador de produtos primários, é mantido o “papel” por meio do contínuo e progressivo endividamento externo e necessidade da exportação de produtos industrializados – que contraditoriamente é para “alavancar a industrialização” interna da agricultura – e fortalece os mercados e países centrais; direcionando para importação desses e mais uma vez dependência estrangeira e aos produtos industrializados de países centrais e industriais. (MARCOS, 2016)

apostar na reprimarização da economia externa brasileira pode levar o país a uma situação de dependência cada vez maior do mercado externo, seja para obtenção de outros gêneros agrícolas que deixará de cultivar para priorizar aqueles destinados ao mercado externo, seja para obtenção de produtos industrializados, como ocorreu a bem pouco tempo atrás, em um passado ainda presente em nossa memória e o qual, esse sim, seria bom evitar. (MARCOS, 2016, p. 15-16)

A produção do agronegócio para exportação tem articulada em detrimento dos territórios tradicionais e de espaços antes de produção de alimentos para mercado e suprimento interno. Onde a expansão de culturas relevantes para o mercado na agricultura extensiva tem afetado a produção de alimentos da cesta básica brasileira, como o feijão e o arroz. Como no caso de São Paulo, com a expansão da produção da cana-de-açúcar sobre áreas antes ocupadas pela pecuária e pela produção de alimentos básicos do brasileiro. Mesmo com a hipótese de reorganização produtiva que permita o cultivo de culturas alimentares que abasteçam a cesta básica em outras áreas, mantendo o volume total produzido de, por exemplo, arroz e feijão, ainda assim haveriam outras questões: como a condição da região e a produtividade do cultivo de determinada cultura nessa região, a distância/deslocamento das áreas de cultivo e das áreas de consumo, afetando diretamente os custos de transporte desses produtos; que possivelmente reflete no salário e custo de reprodução do trabalhador, intensificando a exploração e precarização do trabalho; etc. (MARCOS, 2016)

Outro discurso utilizado como argumento para fortalecimento e promoção do agronegócio é sobre a *sustentabilidade*, em que a produção não sustentável devido uso de

derivados de petróleo entra em contradição com o “sustentável” vendido através do setor de produção de biocombustíveis. Por exemplo, no Pará, a produção de Dendê/produção agroenergética, para produção de biocombustível; que esbarra nas condições de precarização do trabalho e destruição do território camponês, onde vemos de um lado o assalariamento e superexploração desses camponeses (trabalhando nas usinas de beneficiamento e colheita), de outro lado a sujeição/monopolização do território/produção camponês (onde há a produção de dendê em regime familiar, voltado para demanda da usina), caracterizando a monopolização do território pelo capital, conforme Oliveira. (MARCOS, 2016)

Essa é a relação que representa a relação do agronegócio com o campo e campesinato. A industrialização da agricultura capitalista não difere ou anula as contradições e conflitos anteriores ao latifúndio, a disputa pela terra, superexploração do trabalho no campo, especulação fundiária, incentivo à monocultura e à produção de *commodities*; mas acrescenta elementos e agentes no conflito, conferindo maior complexidade para a Questão Agrária atual. Os mercados de futuro, que já eram influentes nas formas de produção, com os empreendimentos de *commodities* presentes mais expressivamente, assim como a variedade de setores de empreendimentos (transporte de minérios, mais *commodities* de exportação etc.), o fator determinante da posse do conhecimento científico e tecnológico, e a conformação do caminho de produção primária exportadora expressando o caminho da reprimarização da economia e produção brasileira, como exemplo devido a participação relevante do agronegócio brasileiro na dinâmica de mercado de *commodities*.

Não se diferencia pois mantém a forma de caminhar e o incurso desse “desenvolvimento”, se o latifúndio ocasionava na destruição dos territórios camponeses, na desapropriação e no assassinato resultado dessa conflitualidade que o próprio latifúndio se faz resultado também, no agronegócio a destruição dos territórios camponeses assim como a recriação do campesinato permanecem como faces da mesma realidade que é a expansão do capitalismo no campo, bem mais ainda característico pela acumulação primitiva no campo brasileiro e, especificando ainda mais, no campo amazônico.

Por se configurar como uma área de expansão e fronteira agrícola, é por isso potencialmente incluída na área de atuação e produção da agricultura e exploração capitalista. Como sempre o foi, a partir dos projetos de exploração do solo, minérios e projetos de geração de energia nas hidrelétricas. E mais recentemente, com os projetos voltados para o complexo agroindustrial, mais expressivamente na segunda metade do século XX, sobre produção alimentícia e de produção primária exportadora, demanda de um mercado internacional (SORJ, 1986); e a esses projetos anteriores, mas atuais e que movimentam relações de comércio

internacionais do Brasil, soma-se a industrialização da agricultura, seguindo evidentemente como resultado de incentivo e imposição de função da Divisão Internacional do país como produtor de bens primários, como participação e poder de competitividade internacional.

É fato também que esses empreendimentos não têm exatamente suas finalidades definitivas apenas em si mesmos. Associados às políticas de colonização/ocupação, a partir da segunda metade do século XX, seguindo um discurso de modernização e desenvolvimento de participação na competitividade no mercado internacional – de *commodities* –, seguem agendas políticas de organização da sociedade e da economia como sequência do caminho linear de desenvolvimento e modernidade. De modo que na “essência” do debate e discurso entre complexos agroindustriais e industrialização da agricultura capitalista, o que se tem é a busca pela modernidade e desenvolvimento tal como nos países capitalistas centrais.

Esse processo de desenvolvimento como etapas a serem alcançadas e superadas denota um desenvolvimento localista, muito decorrente das políticas neoliberais, impostas aos países “subdesenvolvidos”. E que apesar do desenvolvimento partir das políticas adotadas pelos estados e governos dos próprios países, partindo assim do desenvolvimento que parte das ações e políticas do lugar – a nível de país –, a intervenção se dá num conjunto internacional delimitado aos países centrais, e numa conjuntura e contexto de mercado global – mais ainda aos mercados de futuro com a agricultura industrializada. Na constante função de desenvolver-se como um processo localista de etapas a serem alcançadas delegada aos países da periferia do capitalismo, não apenas o Brasil retratado, mas como objetivo para implementação dessas políticas na América Latina.

A relação entre centro/países centrais e periferia/países periféricos no capitalismo é a mesma lógica que segue internamente nesses países. Ainda dialogando com as diretrizes de um mercado e demandas globais e do centro de decisão, no Brasil tem-se as relações entre as elites locais e uma burguesia detentora dos meios decisórios de organização e gestão do território nacional – com aparatos e ferramentas de exercícios de poder nacional diversos que têm sua legitimação no imaginário conformado de subserviência a favor da organização, torna-se então um poder hegemônico que não depende do personalismo ou grupo, mas de uma ideia de organização histórico e consolidado –, assim como detém os meios de produção e dita o modo de produção vigente.

Demarcada constantemente pela luta de classes e essa organizada e configurando a dinâmica da divisão internacional, essas diretrizes e papéis são refletidas nas relações internas e economia política de cada país, e o agronegócio insere-se nessa mesma lógica e demanda internacional, quando determina a potencialidade de responder às políticas organizativas

neoliberais, pensadas externamente mas que constroem e transformam internamente relações sociais, entre grupos, classes e modelos de sociedade – inclusive destruindo/invisibilizando.

A semelhança dos métodos e ferramentas, como condições para expansão desse modelo industrializado da agricultura capitalista, são os elementos que denunciam que tanto o latifúndio quanto o agronegócio são tanto produtos do sistema e lógica capitalista de produção, quanto são a mesma coisa, com a diferença que não necessariamente os afastam enquanto modelos, mas que se dá pela presença de novos instrumentos, resultados – produtividade – e agentes na disputa e contradição intrínseca ao modelo de produção vigente.

Seus resultados são os mesmos no que tange a disputa pela terra e território, e na função delegada ao campo e produção no campo. A exploração segue a mesma – em cada ano mais intensa e violenta –, com novos sujeitos disputando – mantida a hierarquia e exercício de poder/decisão –, organizada e guiada pela contradição e conflitualidade em construção na acumulação primitiva que se dá no campo – principalmente onde os mercados de terras, produção de *commodities* e transporte têm capacidade de aumento de atividade/produtividade.

### 1.3 Conflitos Territoriais na Amazônia brasileira – Coleta de Dados na Base *Scopus*

O projeto de colonização da região amazônica nos eixos das rodovias serviu tanto para expandir a fronteira agrícola, com médio e grandes proprietários do Sul e Centro Oeste, como também para formar massa de trabalhadores vindos do Nordeste e criar as condições de reprodução do capital como também para reduzir o potencial dos conflitos e ação das Ligas Camponesas do Nordeste, entre 1960 e 1970. (MARCOS, 2016). Projeto que representa bem a interpretação e concepção de um território sobre os territórios existentes, e assim construindo e finalizando em conflito das Ligas Camponesas.

As medidas adotadas nos governos militares (período da Ditadura Militar no Brasil) para desenvolver a região amazônica na perspectiva da expansão capitalista e reprodução capitalista, ocorreram através de projetos de desenvolvimento que visavam também colonizar a região, incentivando a presença de proprietários e empresas do Sul e Centro Oeste na região, assim como o incentivo através de lemas como “terras sem homens para homens sem terras” serviu para disponibilizar mão de obra barata e em abundância na região, para permitir enfim a consolidação dos empreendimentos/empresas/projetos de médio e de grandes proprietários, que na região se estabeleciam nos eixos das rodovias. Há então o aparato de infraestrutura viabilizado pelo Estado, o incentivo à presença de empreendimentos (que podem envolver capital nacional e estrangeiro associado ao Estado) e a migração de mão de obra para a região,

para desenvolver os projetos. E nesse meio vários outros instrumentos aparecem e se consolidaram como essenciais para a consolidação de empresas, assim como para dar a conformidade que se tem sobre conflitos por terras na Amazônia: a grilagem de terras, relevante e necessária para colonização idealizada e posteriormente consolidação do agronegócio. (MARCOS, 2016)

Essa forma de conflito, gerada por essa forma de ocupação na região, constrói conflitos peculiares, que seguem a direção ditada pelos objetivos de desenvolvimentos/projetos de desenvolvimentos pensados para a Amazônia na época. Muito se dão, inclusive, com a sobreposição de territórios e comunidades já formadas, que tensionaram as relações e tornaram explícita a caminhada e expansão das políticas de colonização sob o mando da violência e roubo de terras.

Além disso, desde as políticas de desenvolvimento promovidas nos governos ditatoriais houveram mudanças: com novos agentes ou outras prioridades de projetos em entrada na região, se transformaram as finalidades das políticas desenvolvimentistas – apesar de mantidas, essas foram acrescentadas tanto seguindo a agenda política de novos mercados e potencialidades dentro do mercado de exportações, como com as formas de resistências dos diversos territórios que tensionam contra a incursão violenta e expropriadora de seus territórios e comunidades.

Por outro lado, as novas formas e transformações, e novos agentes não significaram homogeneidade nos setores em expansão e crescimento; as formas diversas de apropriação foram cruciais para desenvolvimento desse mercado de exportações, tanto para a entrada de capital em áreas distantes dos centros políticos e de poder de decisão, quanto para diversificar a produção num nível que diversificasse o capital igualmente, as áreas de atuação e, finalmente, a circulação entre setores até então em relação sendo construída, entre a agricultura e a industrialização (para agricultura capitalista e formação dos complexos agroindustriais)

constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e do processo de mudança na base técnica de produção rural como se refletissem a totalidade do setor rural brasileiro. Ao contrário, este processo concentrou-se regional e socialmente em sua maior parte em zonas do sudeste e do sul, só vindo a propagar-se pelo centro-oeste já nos anos 1980. (DELGADO, 2012, p. 17-18)

E essa diferenciação na ocupação e exploração regionalmente – a função que se deu para cada região na corrida dos mercados que se consolidavam no Brasil – era demarcada nos conflitos, nas comunidades e na observação e discussão acerca da realidade que se desenhava na época com os complexos agroindustriais, caminhando para a industrialização da agricultura

em umas regiões, e noutras a função de reservatório de insumos primários e mercado de terras para os setores em expansão e fortalecimento (agropecuária, etc.)

De toda forma, na Amazônia, mesmo não sendo o centro das atividades agroindustriais em formação, a região foi ponto de encontro de interesses sociais diferentes que, segundo Bernardo Sorj (1986), atendeu o propósito de controlar os conflitos fundiários em crescimento no Nordeste, onde

Por um lado, a massa de camponeses pauperizados, especialmente no Nordeste, encontrava na colonização [da Amazônia] a possibilidade de afirmar suas formas específicas de produção, através da ocupação da terra que permite a reprodução do trabalho familiar. Por outro lado, o capital tratava de canalizar em seu favor a mais-valia que o Estado colocava à sua disposição através de incentivos fiscais e da renda fundiária fundadora e institucional que a implantação de projetos agropecuários possibilitava (SORJ, 1986)

Salvo a concentração e internacionalização<sup>7</sup> de terras que foram fomentadas nesse mesmo período, pois apesar da migração de trabalhadores de outras regiões para a região amazônica, a colonização – apesar da alegação de manter soberania nacional – se deu através do modelo de desenvolvimento e ligação das regiões ao centro político regional eixo sul e sudeste.

O papel de lugar reservatório/fonte de insumos e recursos naturais para industrialização (ou áreas em “espera” para exploração, seja do solo, seja de outras potencialidades que acabaram ser cogitadas com as mudanças produtivas e comerciais) caracteriza e são o plano de fundo dos conflitos recorrentes na região amazônica. Quando esses relacionam disputas por terra, mas também pelo que já se representou que vem a ser os territórios em questão: os das comunidades tradicionais e povos originários, e os que vem a ser construídos com a efetivação de projetos/empreendimentos sobre esses territórios anteriores das comunidades.

Deixou-se em grande parte para trás a agricultura do nordeste, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia, que participaram desse processo de 'modernização' cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do nordeste), ora como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial amazônica e Cerrados). (DELGADO, 2012, p. 17-18)

---

<sup>7</sup> Escândalo sobre a venda de terras a estrangeiros, apurado pela CPI da Câmara Federal e constante do Relatório Velloso – envolveu **Ludwig e outros**; é um caso em que foram investigadas também propriedade de terras do Projeto Jari, no estado do Pará (OLIVEIRA, 1997, p. 22). O caso envolveu propriedades por grilagem de terras e falsificação de títulos de propriedade para possibilitar a venda e beneficiar compradores estrangeiros, ocasionando nas formas de esntrangeirização de terras na Amazônia.

Imediatamente isso repercute na formação de novos espaços e territórios, contínuos no que se refere ao conflito, e promovendo descontinuidades no que se refere aos territórios tradicionais, de povos originários. Por certo que, novamente, isso reflete na análise dos conflitos na região e, por isso, tem resultados nas produções acadêmicas/teóricas sobre tais relações e dinâmicas resultantes desses conflitos que se arrastam e se expandem (se expandem em cada novo ciclo que se forma a partir da mudança do padrão de projetos de desenvolvimento nacional e política econômica nacional).

A caracterização desses conflitos se dá, se analisar a partir das produções teóricas acadêmicas, de formas diversas; que mesmo heterogêneo, são conflitos comumente traçados pela dimensão dos territórios e o significado desses para cada agente envolvido na disputa.



Quadro 2 Conflitos e Disputa Territorial na Amazônia brasileira

<b>Título</b>	<b>Resumo</b>	<b>Autora/Autor</b>	<b>Ano</b>
Expansão da soja nas fronteiras agrícolas da Amazônia brasileira: a economia do agronegócio e seus conflitos sociais e ambientais.	Analisa as relações entre chegada e expansão da plantação de soja após 2001, como agroestratégias regionais que perpetuaram e aprofundaram conflitos por terra no estado do Pará. Novas disputas territoriais, que criaram obstáculos adicionais, aumentando a demanda por terras e seus preços, repercutindo nos direitos territoriais garantidos no estado.	Sérgio Sauer	2018
A construção de territórios multi-situados na Amazônia: O caso de Quilombolas do Trombetas (Pará, Brasil)	Análise dos territórios multi-situados quilombolas (descendentes <i>Maroon</i> ) da Amazônia. Regras coletivas de pertença e acesso garantem a continuidade entre espaços descontínuos, explicando o território multissetorial, em reconfiguração com a evolução de sistemas de produção e normas ligadas à gestão ambiental.	Stéphanie Nasuti; Ludivine Eloy; François-Michel Le Tourneau	2013
Variabilidade Climática Medieval nas regiões leste da Amazônia-Cerrado e suas implicações arqueológicas	Apresentação da reconstrução <i>multiproxy</i> de paleoprecipitação, com mudança consistente no regime hidrológico durante a Anomalia Climática Medieval (MCA) no leste da Amazônia e no Cerrado, caracterizada por transição substancial de condições úmidas para mais secas durante o início (925-1150 C.E.) ao período tardio-MCA (1150-1350 C.E.). As fases de expansão e subsequente abandono de grandes assentamentos de Paredão durante o cedo para o tardio-MCA são coerentes com a redução no suprimento de água, que podem ter desencadeado disputas territoriais com Guarita, levando ao desaparecimento de Paredão.	Azevedo, V.; Stríkis, N.M.; Santos, R.A.; <i>et al</i>	2019
O Governo Karodaybi e seus guerreiros invencíveis: Grandes Projetos na Amazônia versus o Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ	Trata-se de analisar o surgimento e atuação do movimento Ipereğ Ayũ em suas particularidades, como complexo processo de recriação cultural na retomada de elementos da cosmologia e tradições Munduruku, e como resistência na disputa territorial na Amazônia brasileira; em reelaboração num contexto histórico presente, implicando em novas ameaças, usos e significados.	Rosamaria Loures	2018
A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos	Objetiva discutir a iniciativa Yasuní-ITT como uma inovação na agenda de políticas públicas, através da construção social da exploração petrolífera na Amazônia equatoriana como problema público, elaboração de soluções alternativas e seu reconhecimento governamental.	Bruno Milanez; Rodrigo Salles Pereira dos Santos	2016

Fonte: Scopus. Elaboração: Julia Furtado

O quadro demonstra a divisão em três discussões assim como denuncia três tipos de análise do conflito em si que gira em torno da posse da terra e disputa territorial. Em contraste com o objetivo de análise proposta através do levantamento bibliográfico, a pesquisa de Azevedo, V.; Stríkis, N.M.; Santos, R.A.; et al (2019), na terceira linha da tabela, referente à disposição e transformações físicas e mudança no regime hidrológico da região do leste Amazônico e do “cerrado” (Savana Tropical), é o único que se distancia consideravelmente do debate de disputa e conflito territorial com passagem pela luta de classes e conflito de interesses no que tange à concepção de um território, numa dada porção do espaço.

Em contraste com o anterior, em Sauer (2018) e Stéphanie; Eloy; Le Tourneau (2013), o debate está relacionado à conflitualidade presente na integração dos territórios na dinâmica da produção de modo capitalista. Essa integração, que se dá de forma precária e como periferia, é que põe em questão a reprodução social dos sujeitos em disputa, representados pelo capital e camponeses, postos numa relação desigual e sob a diferenciação de classe.

Enquanto Loures (2018) e Milanez; Santos (2016), os dois últimos artigos na tabela, abordam sobre o conflito e disputa territorial sob a perspectiva de resistência e alternativa de construção dos territórios a partir dos sujeitos que, na relação e em disputa, constroem movimentos e ações a partir dos territórios de comunidade/grupos tradicionais de camponeses, indígenas, quilombolas e/ou ribeirinhos.

A discussão em torno da Amazônia comumente está relacionada aos conflitos por terras e disputa de territórios, e os cinco documentos resultados na busca dos descritores na base de dados refletem não só a contemporaneidade da discussão, com novos elementos e sujeitos, mas a diversidade de territórios em questão e a organização territorial desses. E de certa forma a presença da denominação e soberania desses territórios também em disputa. Não se resume ao conflito direto de destruição dos territórios, mas demarca uma condição anterior e comum a todos, na autodeterminação dos sujeitos e seus territórios enquanto condição de existência.

Essa compreensão não direciona à crença de que o problema ou a Questão Agrária, pois é dessa condição de que trata, está unicamente na conquista da terra. A luta não está fechada na conquista da terra/solo, mas nas condições de existência de um grupo – identidade –, diz respeito ao direito à floresta e à terra. A luta é pelo território e sua sobrevivência/existência. Por isso reivindicações de povos e movimentos pela posse coletiva da terra e a organização de um território. Trata-se da disputa de territórios, seus modelos de construção e existência, de relações sociais; que são diferentes das relações pautadas pelo agronegócio, logo, o capitalismo. (MARCOS, 2016)

Sauer (2018) apresenta essa relação de surgimento de novos sujeitos numa relação comum e histórica de conflitos e disputa territorial na política do agronegócio na Amazônia brasileira, que lida com as diferenças territoriais e condições socioambientais internamente e regionalmente diferentes. As *agroestratégias regionais* são o que dão conta dessas diferenças e particularidades das regiões e entre territórios como possibilidade para a incursão de outras lógicas em territórios ainda não pautados/engendrados pela produção e sociedade capitalista – ainda que façam parte, marginalmente/precariamente.

Fazem parte das *agroestratégias* projetos de nação/governo, pensados e construídos por grupos de classes dominantes (capitalistas e projetos a partir de empreendimentos capitalistas) que concebem territórios como meio de exploração e potencial de produção/produktividade, encarando os territórios como recursos passíveis de exploração para o mercado e economia global capitalista.

Onde os territórios camponeses, ribeirinhos e demais grupos/comunidades tradicionais da região são opostos aos projetos de nação que as classes dominantes pensados para a economia - de exportação- brasileira; onde os planos e políticas de incentivo do governo concebem territórios como fonte de recursos energéticos, de exploração de minérios e, mais especificamente nos mercados do agronegócio, como rota de escoamento de *commodities*, assim como outros empreendimentos que se associam uns aos outros na produtividade e continuidade de cada setor. Diferentemente, e de forma que circunscreve o conflito e, por isso, a disputa pelo território, o movimento *Munduruku Ipereğ Ayũ*, por exemplo, concebe o rio Tapajós de modo peculiar, e ao assim fazer constrói na luta de existir no/com o território, ressignifica a concepção desse, de modo que disputa o mesmo a partir de modos distintos de gerir seus recursos. (LOURES, 2018).

#### 1.4. Território em Disputa na Amazônia Brasileira - Projetos Portuários de Desenvolvimento em Abaetetuba/PA a Cajueiro/MA

Na Amazônia as transformações territoriais relacionadas a expansão do capital e modo capitalista de produção, foram engendradas a partir dos grandes projetos. A exploração da região amazônica se deu como projeto nacional especialmente e peculiar no governo durante a ditadura militar (1964-1985); dentro desse projeto, diversos foram os planos criados para o país, na instalação de outros polos de bens intermediários minero-industriais etc. Integrando a região numa das etapas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a fim de atender as políticas de redistribuição da industrialização e integração nacional pensadas a partir do Plano –

produção siderúrgica e o polo de alumínio-alumina divididos com produção no estado do Amazonas e Pará, e escoamento principalmente na porção ocidental do Maranhão.

Ou seja, inserindo a região e mantendo em curso o modelo de desenvolvimento de colonização (em vistas da tentativa de internacionalização da Amazônia) através da exploração das florestas, rios e subsolos, e com a organização de migrantes trabalhadores em localidades próximas de empreendimentos – para suprir a demanda de mão de obra na etapa de construção da infraestrutura para os projetos/empreendimentos. Mais especificamente como parte do II PND, e através da chamada “política de desenvolvimento dos recursos florestais”. (VALVERDE, *apud* ARIIVALDO, 1997, p. 17)

No sentido de realizar nas regiões as demandas da industrialização em curso no país, essa especialização organizada regionalmente direcionou os projetos para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo esse último com o Complexo Agroindustrial, e as duas outras regiões como produtoras de bens intermediários, a exemplo da produção de energia, exploração mineral, indústria madeireira, e como rota de escoar produção por rodovias e ferrovias com objetivo de suprir demandas do mercado internacional. (SORJ, 1986).

Nessa direção argumentativa e de política econômica nacional, as formas de integração nacional se dão continuamente através da exploração de recursos naturais como insumos para produção e fomentar a industrialização; sob os mesmos discursos, com novos agentes e os mesmos anteriores em disputas territoriais. “A edificação de complexos portuários na região Norte é um dos ‘pratos’ do indigesto cardápio oferecido às populações tradicionais na bandeja da agenda de desenvolvimento do governo federal.” (ALMEIDA; ARAÚJO, 2019)

Em conjunto com empresas dos ramos de produção de grãos, corporações, multinacionais, empreendedores do setor, investidores estrangeiros etc., políticas fomentadas pelo estado e direcionadas a esses agentes têm sido os instrumentos presentes contemporaneamente na região Norte; agora com foco em escoamento de produção da região Centro-Oeste, e diminuir sobrecarga de escoamento por portos na região sul e sudeste. E nesse sentido

O projeto Arco Norte representa o triunfo do agronegócio, com predominância para a figura de Blairo Maggi e seus pares organizados a partir da Associação Nacional de Exportadores de Cereais. A trupe visa incrementar uma nova logística intermodal de transporte para cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís. (ALMEIDA; ARAÚJO, 2019)

Nesse sentido de escoar produção, vias de menor custos de deslocamento e maior proximidade com os mercados consumidores (dentro do mercado internacional de exportações e *commodities*) são projetadas e, nessa perspectiva, os projetos portuários e logísticas de portos e terminais ganham força e notoriedade, assim como se abre como novas áreas de expansão e atuação do capital. As hidrovias passam, então, a ser o escopo no Brasil para o mercado de *commodities*.

Na região das ilhas essa integração ocorre através de mecanismos para pensar a renovação e/ou alternativas às rotas de ligação/exportação anteriores, com a reestruturação das rotas de escoamento e dos corredores logísticos que suprem antigas e novas demandas comerciais internacionais (crescimento de produção de graneis, crescimento e consolidação do mercado de *commodities*, mercados de exportação etc.).

Com incentivo e participação de capital nacional e estrangeiro – a partir das empresas e projetos de industrialização – a presença de multinacionais e transnacionais são parte do projeto de industrialização pretendido para o país, num contexto também comum a América Latina como um todo, como projeto de expansão do modelo de agronegócio e defesa da área de influência norte-americana. A multinacional Cargill Agrícola S.A. está entre o grupo de empresas direcionadas pelos incentivos do estado e fortalecimento internacional do setor de exportação, logística de transporte e produção de *commodities*. Num dos empreendimentos da multinacional, a atuação está centrada na instalação do Terminal Portuário de Uso Privado - Abaetetuba (TUP - Abaetetuba) na Ilha Xingu, margem do Furo do Capim, no Estado do Pará, em que a instalação do TUP está projetada para acesso total através dos rios, repercutindo na região das ilhas no município de Abaetetuba/PA.

Presente no Brasil desde 1965, a multinacional tem suas atividades majoritariamente voltada para armazenamento, processamento e transporte de alimentos, direcionadas para comercialização de *commodities*. Sendo uma empresa de capital fechado e familiar, faz parte do grupo das maiores multinacionais de transporte de grãos, e a maior exportadora atuante no Brasil, já em atividade com o Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S.A. localizado no Porto de Santarém, município do estado do Pará – em atividade desde 2003 (RIMA, 2010).

Voltado para atender os planos de desenvolvimento da região Amazônica e integração nacional – pois o discurso se mantém mesmo que sobre instrumentos diferentes e um pretensão discurso diferente inovador – , inovador por pautar o discurso acerca da sustentabilidade, proteção ambiental, mas também direcionado para a participação na economia global, em condições de competitividade entre os mercados e países, num modo de “desenvolvimento

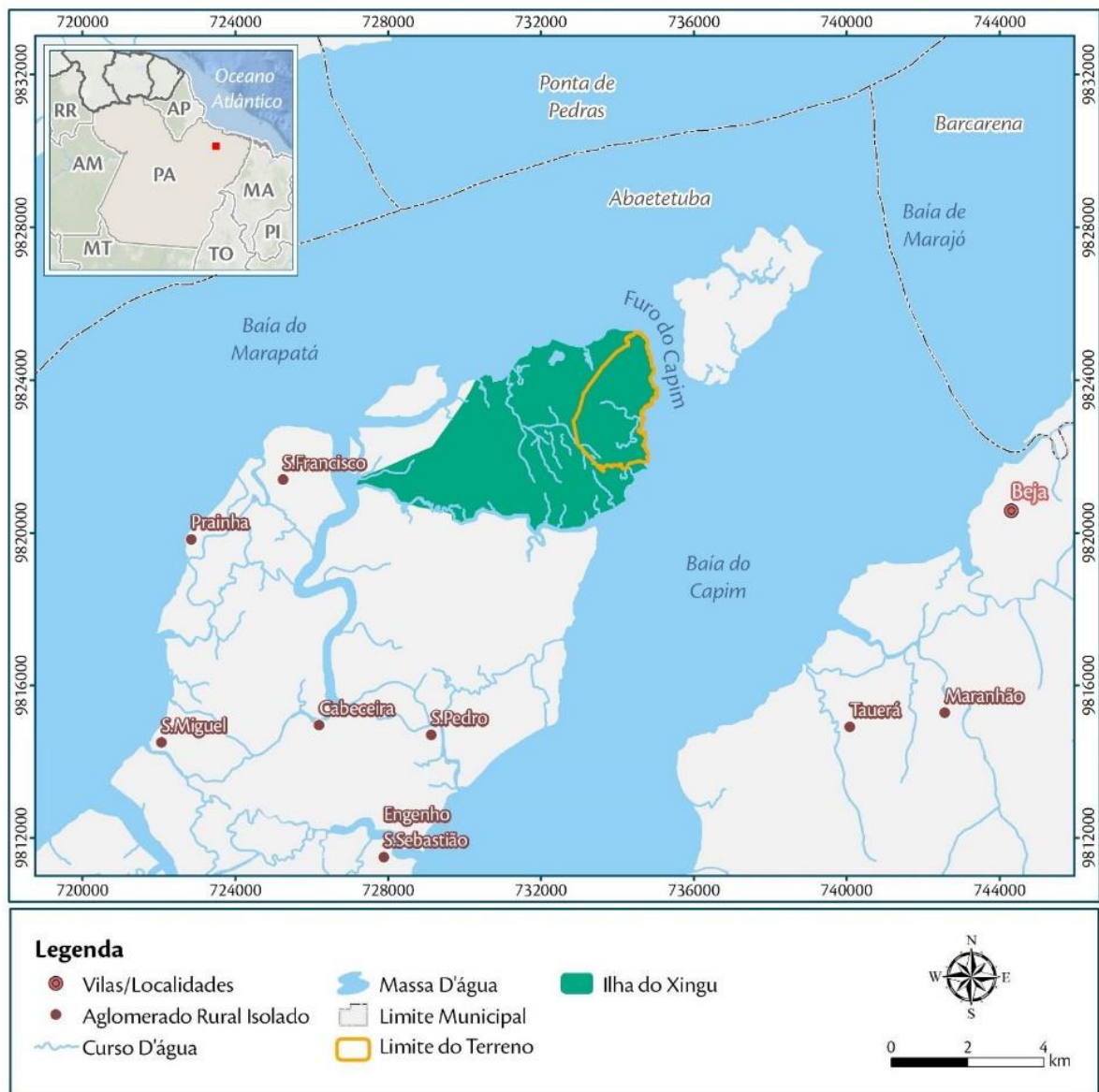
regional por meio de ações impulsionadas por políticas de âmbito nacional como o Plano Amazônia Sustentável, Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Territórios da Cidadania.” E assim justifica-se a implantação do projeto e empreendimento no estado, pois a viabilidade de escoamento se explicava no fato de que “os países compradores de soja brasileira se localizam predominantemente no hemisfério norte” (RIMA, 2010, p. 6).

O objetivo da multinacional no município de Abaetetuba é implantar o TUP, sendo “um empreendimento portuário de acesso total através de rios, que receberá cargas de grãos da região Centro Oeste do país, especialmente dos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso.” (RIMA, 2017); está voltado para exportação da produção de grãos (soja e milho) e que sua construção nas margens de rios é devida as vantagens e que seja possível a na navegação – para transbordo de carga/produtos a serem exportados –, “podendo haver o transporte direto de um meio para outro [terra-firme e/ou por rios], para depois serem levadas do mesmo terminal para outro destino, dentro ou fora do país” (RIMA, 2018).

Tendo a Ilha Xingu como espaço físico para ser instalada a base em terra-firme, o empreendimento afeta não somente essa ilha, mas a região das ilhas no municípios de Abaetetuba/PA, seja de terra-firme, como o território pesqueiro no círculo da Área Diretamente Afetada (ADA) – espaço destinado às intervenções físicas diretas decorrentes das obras e operação do empreendimento TUP-Abaetetuba/PA –; atingindo, por exemplo, a Ilha do Capim, que faz parte da Área de Influência Direta do empreendimento (AID) – área sujeita aos impactos diretos (ou de primeira ordem) da implantação e operação do empreendimento TUP-Abaetetuba/PA, corresponde áreas além das ocupadas pela estrutura física do empreendimento.

Assim como no Terminal Fluvial de Granéis Sólidos de Santarém, com o TUP - Abaetetuba o objetivo é a expansão da atividade de exportação de *commodities* que em função da localização estratégica, permite a utilização do sistema hidroviário do Arco Norte para realização do transbordo – entre barcaças direcionadas para outros empreendimentos portuários – de cargas. Obedecendo o Corredor Norte Hidroviário, pensado para a região Norte do Brasil, com vistas para exportação mais facilitada, de menor custo de transporte/infraestrutura estrategicamente localizada mais próxima dos centros consumidores e mercados de *commodities*. (RIMA, 2018)

Figura 6 Localização do TUP – Abaetetuba/PA.



Fonte: EIA, 2018.

O projeto tem como lócus de instalação do Terminal Portuário de Uso Privado –TUP Abaetetuba no município de Abaetetuba, estado do Pará, às margens do rio Tocantins, na Ilha Xingu, na Baía do Capim (Furo do Capim).

Essa localização condiz exatamente com territórios ribeirinhos, de atores com vivências e costumes que utilizam intimamente o espaço geográfico alvo de construção do empreendimento. Não apenas o território da Ilha Xingu, mas áreas circundantes de direta interferência/influência, como a Ilha do Capim, onde sua área/território pesqueiro será afetado pelas barcaças de grãos e para realização do transbordo dessa carga – com os píeres flutuantes.

Mais especificamente a área de rio, que faz parte da instalação do projeto, denominado Furo do Capim que liga o Rio Tocantins à Baía do Capim. Então sua base e parte da estrutura

está projetada para construção na Ilha Xingu – que inclui no projeto, por exemplo, o Lago Piri, localizado na Ilha Xingu, de acesso livre e reprodução social das comunidades na ilha –, e outra parte das estruturas, para transporte das barcaças e transbordo, no Furo do Capim.

Dessa forma ocorre também na comunidade do Cajueiro – também conhecida como Vila Cajueiro e Sítio Bom Jesus do Cajual –, comunidade no município de São Luís-Maranhão, que enfrenta e convive com a ameaça representada pela disputa territorial frente transnacional chinesa e instalação do TUP - Terminal de Uso Privado Porto São Luís/MA, com infraestrutura gerenciada pela *China Communications Construction Company* (CCCC) e operado com participação da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A, do grupo WTorres.

O terminal, localizado em Cajueiro, integra o Complexo Portuário de São Luís (CPSL) e faz parte do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Desse Complexo já fazem parte o porto público do Itaqui e os Terminais Privados da Vale e da Alumar. Considerando as estratégias locais, essas são justificadas de maneira semelhante ao TUP-Abaetetuba/PA da Cargill S/A que, pela sua posição geográfica, confere à São Luís o potencial, por seus rios, as condições favoráveis economicamente para navegabilidade de cargueiros através da baía de São Marcos, ainda com o propósito de escoar produção de outras regiões do Brasil.

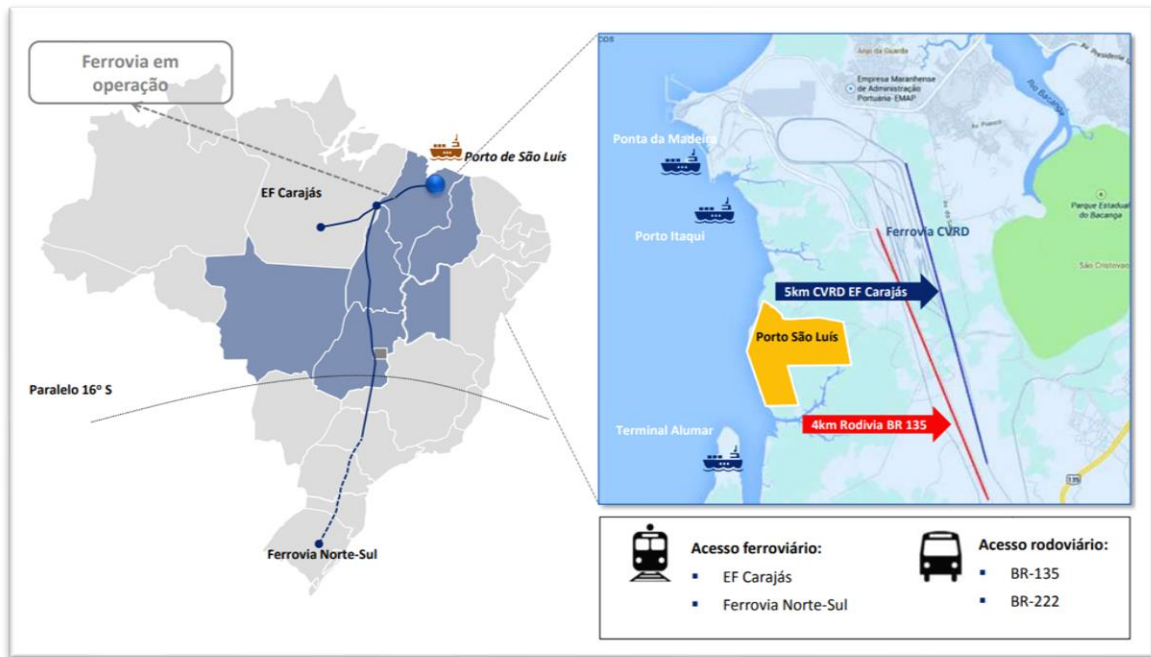
Ainda sobre a entrada de empreendimentos se somando aos já existentes na região – Zona Rural II –, o estado do Maranhão se faz como agentes facilitador dessa inserção também pela alteração e revisão do Plano Diretor de São Luís, assim como também da Lei de Zoneamento, proposta pela prefeitura do município afim de ultrapassar possíveis limites legais ao empreendimento e sua construção, sua viabilidade e legalidade; por isso a ampliação da Zona Industrial de São Luís é necessária do ponto de vista de continuidade do projeto, e também pensada como compromisso do governo do estado (ultrapassando gestões específicas)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “Tudo aconteceu com uma forte intervenção estatal que volta à cena neste momento com a tentativa de uma nova revisão do **Plano Diretor** de São Luís e da **Lei de Zoneamento** proposta pela prefeitura municipal. O objetivo é ampliar a zona industrial da ilha de São Luís e o compromisso do governo do Maranhão com a instalação de um novo porto privado e novos empreendimentos industriais na região.” (ARCANGELI, 2020, p. 43)



Figura 7: Porto Multimodal São Luís - Localização



Fonte: Instituto de Engenharia, Porto Multimodal de São Luís, 2016.

Caracterizada por Arcangeli (2020, pg. 21), Cajueiro é uma comunidade rural centenária, situada na Zona Rural II, habitada aproximadamente por 350 famílias que vivem basicamente do extrativismo, pesca, da agricultura e da criação de pequenos animais. A comunidade está dentro de uma área denominada Itaqui-Bacanga, no município e ilha de São Luís, no Maranhão. Essa área vem sendo alvo de projetos de industrialização, e quando se trata da localidade da comunidade do Cajueiro, atualmente em processo de incursão está o empreendimento da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, mais recentemente denominado TUP Porto São Luís S.A. (Terminal de Uso Privado), a ser instalado na Praia de Parnauçu, para movimentação de grãos, celulose e derivados de petróleo. Essa empresa é uma subsidiária da nacional WTorre – da área da engenharia –, da francesa Lyon Capital e da chinesa China Communications Construction Company (CCCC), que detém a maioria das ações, 51%.

A essa situação de incursão do empreendimento, somam-se outras ações, que não são apartadas entre si, mas que complementam a viabilidade do projeto. Como é o caso da mudança do Plano Diretor da cidade para transformar da área em Zona Industrial e Zona Portuária, planejamento e mudança defendida pela prefeitura de São Luís. (ARCANGELI, 2020, pg. 22)

De conformidade com a iniciativa privada estrangeira no estado, o governo do Maranhão tem ação centralizada na viabilidade do projeto para dessa forma promover o desenvolvimento industrial através da expansão do DISAL; e assim como tais

empreendimentos são presentes na disputa na região a tempos<sup>9</sup>, desde 2014 tem se intensificado com

um processo de desterritorialização por deslocamento compulsório de parte dos moradores pela empresa WPR que busca a construção do porto privado na praia do Parnauçu. Esses fatos foram reafirmados numa audiência pública promovida pela Defensoria Pública Estadual no dia 11 de abril de 2018, na qual vários pescadores, marisqueiros, marisqueiras e pequenos agricultores relataram que muitos deles aceitaram esses deslocamentos sob ameaça da empresa ou por acreditarem nas promessas de indenização e de emprego com o novo empreendimento. (ARCANGELI, 2020, p. 49)

Esse conflito dessa forma e seguindo as mesmas formas assim como mesmos agentes – apesar de por diferentes demandas à primeira vista – dentro de um pretensão novo modelo de desenvolvimento (agronegócio), se caracteriza da mesma forma ao conformar o conflito diferencialmente caracterizado entre as regiões: com um modelo de exploração das terras e territórios que viabiliza o desenvolvimento de estruturas e projeto focados no setor de logística de portos e transporte aquaviário; assim como a função estabelecida entre as regiões dentro do sistema de organização da economia para atender a agricultura capitalista e mercado de exportação de *commodities*.

Pois trata-se de dois empreendimentos na Amazônia Legal (outro ponto demarcado na expansão desse modelo de produção e economia que na região se mantém historicamente na exploração dos ditos recursos naturais) que atendem diretamente esses setores de infraestruturas para outro setor diferente, mas ainda interligados, sobre produção de fato de *commodities* e produção primária.

A força e presença desses empreendimentos e projetos portuários na região são expressos inclusive nos conflitos que se formam sobre a disputa territorial que se dá a partir da chegada e fomento desses.

Tabela 1: Conflitos no Campo - Brasil (2020)

	Brasil	
	<b>Conflitos</b>	<b>Pessoas</b>
Terra	1.608	687.872
Trabalho	96	1.104
Água	350	225.168
Total Brasil	2.054	914.144

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) – CPT, 2021.

<sup>9</sup> Várias comunidades da área Itaqui-Bacanga, em São Luís/MA, sofrem com os projetos de desenvolvimento que se fazem presentes desde o final da década de 1970, com indústrias “minero-metalúrgicas, como Alcoa e Vale, [...] Termelétrica Porto de Itaqui, da Ferrovia Carajás e do complexo portuário de São Luís, que engloba o Porto de Itaqui, administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Porto Ponta da Madeira (pertence à Vale) e o Porto da Alumar.” (ARCANGELI, 2020, p. 115)

No ano de 2020, os conflitos no campo, envolvendo disputas e conflitos pela água, foram de 350 dentro de um total de 2.054 dos conflitos no campo. Que, segundo dados da CPT (2021), pescadores e ribeirinhos foram os mais afetados na série histórica de 2011 a 2020 (TABELA abaixo), onde cada grupo manteve 26% em participação em ocorrências desses conflitos por água nesse período. Mas quando falamos do ano de 2020, apesar da diminuição da ocorrência dos conflitos por água, houve ainda participação considerável desses grupos nessas ocorrências.

Tabela 2: Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2011 - 2020)

Conflitos pela água										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Conflitos</b>	69	78	103	131	151	177	199	279	502	350
<b>Assassinatos</b>		2	2			2	1	1	2	4
<b>Pessoas envolvidas</b>	140.285	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168
Outros*										
<b>Conflitos</b>		36	12							
<b>Assassinatos</b>										
<b>Pessoas envolvidas</b>		26.005	1.350							

\* Conflitos em tempo de seca e garimpo.

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) – CPT, 2021.

Em 2020, ribeirinhos e pescadores se mantêm como grupos mais afetados, com 23% (presentes em 81 ocorrências) e 22% (presentes em 78 ocorrências) respectivamente. Ou seja, próximos na média de participação nos últimos 10 anos (CPT, 2021).

Como se trata de grupos sociais que em seus territórios, além do uso das águas, cursos de rios para trabalho e atividades e sociabilidade entre comunidades, famílias etc. têm seus territórios demarcados pelo uso coletivo e propriedade coletiva nas comunidades dos territórios pesqueiros, assim como da várzea e área de roçado para extrativismo. Quando consideradas as atividades que se somam às realizadas com a pesca e/ou qualquer outra relacionada aos cursos d'água, é possível compreender a presença desses grupos em outros conflitos categorizados nos “conflitos por terras”.

Do total dos conflitos de terra no ano de 2020, ribeirinhos e pescadores foram afetados e participaram, respectivamente, em 24 e 19 ocorrências; sendo distribuídos nos estados do AP,

AM, BA, MS, CE, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PR e SP. Em que MA tem mais casos de participação dos dois grupos (8 participações em ocorrências), seguido de PA e AP (6 participações em ocorrências) e em terceiro MT (5 participações em ocorrências).

Tabela 3: Ocorrência de Conflitos por Terra envolvendo os grupos “pescador” e “ribeirinho” (2020)

UF	Categoria que sofreu ação	Tipos de Violência
MA	Pescador (8 conflitos)	Pescador (Omissão/Convivência)
PA	Ribeirinho (6 conflitos)	Ribeirinho (Omissão/Convivência, Intimidação);
AP	Pescador (1 conflito); Ribeirinho (5 conflitos)	Ribeirinhos (Omissão/Convivência);
MT	Pescador (1 conflito); Ribeirinho (4 conflitos)	Ribeirinho (Ameaça de expropriação, Danos, Omissão/Convivência); Pescador (Danos)
AM	Ribeirinho (3 conflitos)	Ribeirinho (Tentativa de assassinato);
SP	Pescador (3 conflitos)	Pescador (Omissão/Convivência)
MS	Ribeirinho (4 conflitos)	Ribeirinho (Danos);
BA	Pescador (1 conflito); Ribeirinho (1 conflito)	Pescador (Criminalização)
PR	Pescador (2 conflitos)	Pescador (Intimidação)
CE	Pescador (1 conflito)	Pescador (Omissão/Convivência)
MG	Pescador (1 conflito)	Pescador (Impedimento de ir e vir)
PB	Ribeirinho (1 conflito)	Ribeirinho (Ameaça de expropriação);
PE	Pescador (1 conflito)	Pescador (Ameaça de morte)

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) – CPT, 2021.

Organização: Julia Furtado.

A violência contra esses grupos, que são os mais expressivos nos conflitos envolvendo disputa pela água, perpassa tanto o direito de acesso ao recurso (de qualidade e livre acesso) quanto o território da comunidade. Seja no impedimento direto por agentes que disputam determinada área, com ameaça a vida por meio de expropriação, mas também através do papel do estado que, como regulador e mediador dos conflitos fundiários, ao se fazer omissivo se torna conivente aos desdobramentos dos conflitos. Que por vezes recai com violência no campo mais intensamente sobre esses grupos.

É possível então notar que as ferramentas de repressão podem por diversas vias e formas, que no culminam na criminalização e impedimento de continuidade da dinâmica de territórios de ribeirinhos e pescadores. E não somente, mas como esses grupos aparecem nos

conflitos para além das disputas e embates envolvendo os conflitos pela água, mas também na defesa dos territórios que perpassa a disputa pela terra.

Evidentemente que esses grupos aparecem mais expressivamente afetados nos conflitos pela água (seja pela caracterização da atividade laboral de maior expressividade e mobilidade, seja pela forma de moradia, que pode ser diversa para uma mesma identidade e, no caso, grupo social). O ponto que chama atenção é quando analisados os agentes causadores desses conflitos, “provocados pela mineração, por empresários de diversos setores, por hidrelétricas e pela ação ou omissão dos governos federal, estaduais e municipais” (CPT, 2019).

Em 2019, segundo dados da CPT (2019), dos 489 conflitos, 189 dos conflitos pela água foram ocasionados pela mineração (39%)<sup>10</sup>, empresários foram responsáveis por 177 conflitos (36%), 54 ocorrências causadas por hidrelétricas (11%), 33 por governos (7%). E em 2020 as mineradoras se mantêm como as principais causadoras dos conflitos pela água – com 40% das ocorrências, sendo uma das principais causadoras de conflitos pela água especialmente desde 2014. E ainda o Estado brasileiro com 23%, empresários com 15% como causador dos conflitos pela água, hidrelétricas com 13% e fazendeiros com 6% (CPT, 2021).

E dentro dessa mesma lógica de produção e extração de minérios, com esses mesmos agentes e setores como causadores de conflitos no campo, pela terra e por água, somam-se novas formas de exploração dentro desses mesmos setores, sob a retórica do novo e desenvolvimento econômico e industrial. Se a mineração continua como principal causadora de conflitos, e se mantêm potencializada com os empreendimentos e em pela atividade, o mercado de *commodities* vem potencializar o setor exigindo novas formas de participação no mercado e participação na dinâmica econômica internacional. Nesse sentido se inserem as políticas que vem fomentar setores que estruturam e viabilizem esse mercado de exportação dentro da política econômica nacional que se pretende por meio do agronegócio, e toda estrutura argumentativa e organizativa – regionalmente heterogênea e funcional.

---

<sup>10</sup> “Nos conflitos provocados pela mineração, houve 40 casos com uso de violência: agressão (6); contaminação por mercúrio (7); ameaças de morte (4); danos (5); humilhação (3); intimidação (2); mortes em consequência de conflito (8); omissão ou conivência (5).” (CPT, 2019)

## 2. REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Em 2010, com políticas de desenvolvimento ainda seguindo as mesmas diretrizes ditadas desde os governos militares (esses seguindo por meio de instrumentos institucionais “reformados” do governo de Getúlio Vargas), novas políticas, guiadas pela reconfiguração do modo de promover o desenvolvimento, foram engendradas e projetadas diferencialmente para as regiões no Brasil.

Ainda em questão a exportação de bens primários – minérios, produção de energia, ou seja, a expansão setor minero-metalúrgico – no país passa a valer a formação/potencialização do mercado de exportação desses bens, dentro da reconfigurada economia global de industrialização (também diferenciada e funcional entre países/continentes dentro da Divisão Internacional do Trabalho). Ganhando força assim a política de desenvolvimento do agronegócio que inclui à primeira vista a produção de alimentos, *commodities* (graneis, minérios etc.) e outros setores de prestação de serviços relacionados (infraestrutura, transporte, terminais de armazenamento, portos etc.).

Como política de desenvolvimento na industrialização da agricultura – agronegócio –, as diretrizes orientadas e seguidas no Brasil voltam-se para a demanda de mercado internacional de *commodities*, a fim de participar de forma ativa, constante e crescente a níveis possíveis para competição internacionalmente. O país constrói e caminha para uma produção de base cada vez mais primária exportadora, que expressivamente representa suas exportações pela comercialização de produtos básicos, segundo o Ministério da Economia, quando em 2019 as exportações somaram US\$ 224,018 bilhões, e desses US\$ 118,180 bilhões (52,75%) são representados por itens básicos, sem tecnologia de ponta (com baixa ou sem qualquer transformação de processo industrial) envolvida na produção ou acabamento (carnes, setor graneleiro, frutífero e minério), ou seja do setor primário. (MARTELLO, 2020, Economia)

Com expressiva produção para exportação de bens primários numa economia política agrário-exportadora, esses resultados são relacionados e justificados pelo argumento da maior produtividade e industrialização da produção brasileira, sendo a agricultura capitalista o potencial e escopo para esse intento e participação no mercado externo. Seguindo os mercados que têm economia voltada para produção e comercialização de *commodities*, o Brasil insere-se nessa dinâmica através de políticas internas, incentivos estatais e de patrocínio nacional/estrangeiro à empreendimentos voltados a produção primária para exportação e sua implantação para atividade de acordo com essas ferramentas pensadas para setores de industrialização.

A dinâmica do setor de transporte configura-se como um campo de análise importante para entender o processo de globalização, justamente pelo seu papel central na circulação de produtos, pois revela os fluxos (de mercadorias e de pessoas), os lugares conectados pela globalização econômica, o volume e os tipos de produtos transportados de um lugar para outro (matérias-primas, bens transformados etc.) e as lógicas da organização internacional do trabalho e do mercado. O setor conta com empresas transportadoras em diversas modalidades e agrega profissionais que atuam na circulação de mercadorias no seu cotidiano de trabalho, sendo agentes e elos das cadeias produtivas em geral. (CASTRO et al, 2014, p. 17)

Essas conexões entre lugares, que se dá por meio das trocas comerciais entre países e economias, mostra também cada função dentro de setores produção na economia global, do mercado internacional que integra cada região e país de determinada forma historicamente construída e atribuída. Isso, por sua vez, determinado pelo processo histórico de formação socioeconômico de cada Estado (seja na relação internacional entre países/economias, seja nas possibilidades de desenvolvimento resultantes dessas relações no decorrer dos períodos históricos)

Hoje no Brasil percebe-se uma escalada no setor produtivo de *commodities* num nível de representação da economia política no país, que pelo agronegócio compõe um dos carros chefes por uma lógica de competitividade internacional através da forma de participação com alto grau de exportação, assim como importação de insumos para produção (insumos como fertilizantes e matéria-prima para industrialização do campo/agricultura).

Essa forma de seguir direcionando para uma “industrialização da agricultura” revela setores que se configuram como essenciais e de infraestrutura para o empreendimento dessa industrialização nacionalmente, assim como para participação em escala global. Sendo que esses novos setores, ligados a transporte, estocagem, produção e fornecimento de serviços (atendimentos e consultorias financeiras por empresas que, por exemplo, são de transportes também, e outros serviços), são fomentados através de custos e incentivos fiscais estaduais para empreendimentos diversos, privados, públicos, nacionais, internacionais e/ou mistos.

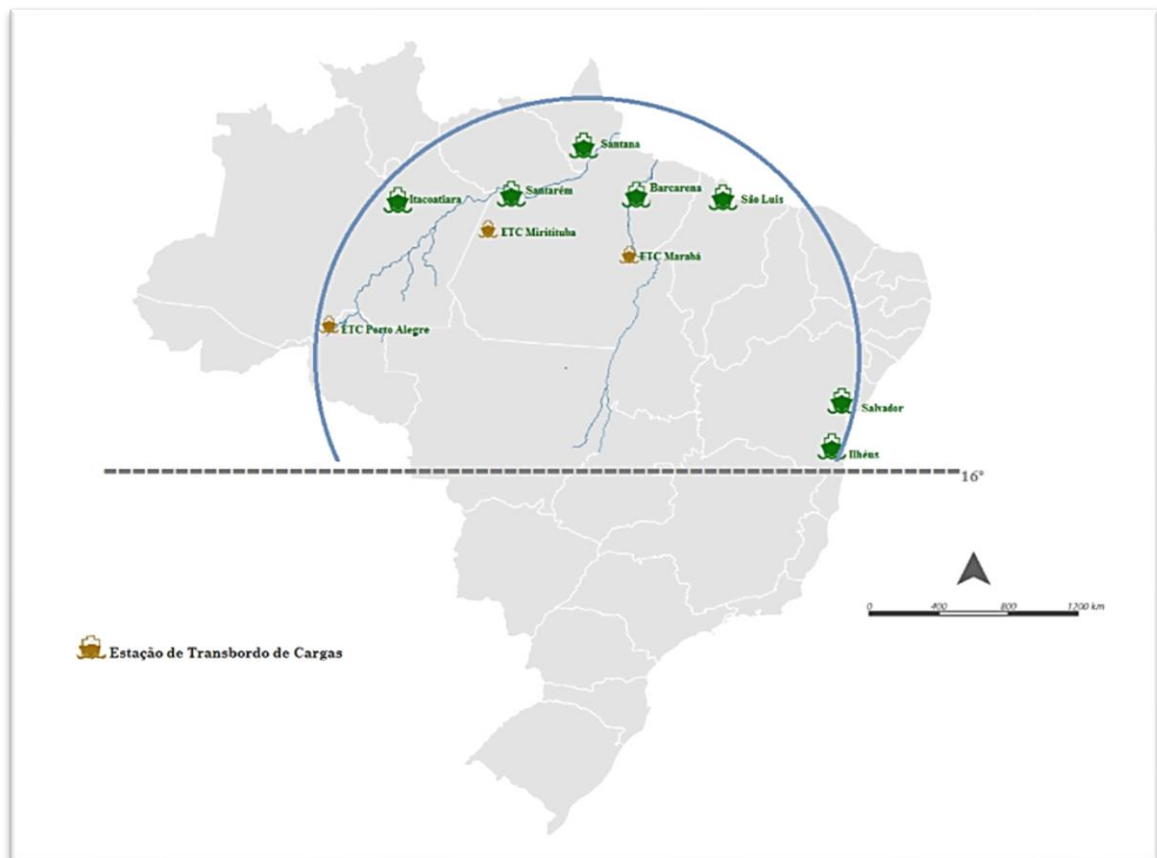
Nesse sentido, o Brasil investe não só no incentivo à produção de *commodities*, mas na sua exportação, na logística de transporte para escoamento de produção, envolvendo também assim construção de infraestrutura que demandam esses setores.

E a região amazônica se mostra, então, estratégica para tal incursão de projeto econômico assim como modelo de produção, mas no que se refere à estrutura e prestação de outros serviços relacionados a expansão desse mercado. É possível perceber isso dentro da lógica dos programas e projetos pensados, e levados à cabo, no Brasil; mas que especialmente

fomentaram a empreendimentos na região nesse sentido de escoamento de produção na dinâmica de exportação.

Com o foco na utilização dos portos já existentes e potencializar a utilização desses (especialmente os da região norte) para escoamento de produção de *commodities* agrícolas, especialmente as vindas da região Centro Oeste, se delimita a logística e ação a partir do Arco Norte, definido por uma linha imaginária no Paralelo 16° Sul, que de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020), passa “próximo as cidades de Ilhéus (BA), Brasília (DF) e Cuiabá (MT)”.

Figura 8: Projeto Arco Norte



Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Arco Norte<sup>11</sup> é uma das iniciativas que já inclui e considera para utilização e especificamente e de modo estratégico os portos localizados na região Norte e Nordeste, com objetivo de fomentar a dinâmica de escoar produção de outros estados e outras regiões. A

<sup>11</sup> De acordo com o documento “Corredor Logístico Multimodal do Arco Norte”, a cronologia do Arco Norte se organiza de tal forma: Primeira fase: ocupação da Amazônia (1970-1980) – Transamazônica; Segunda fase: Corredor Norte-Oeste: HERMASA (1994-1997); Terceira fase: Corredor Norte-Oeste: CARGILL (1999-2003); Quarta fase: Corredor Norte-Central: BUNGE (TERFRON) (2004-2014) – BR 163; Fase atual: Corredor Norte-Central e Norte-Leste: Consolidação do Arco Norte (2014-2020). (SETRAN-PA, 2017)



questão aqui se trata de explorar e viabilizar o uso de hidrovias para intensificação das exportações, “Os portos de principal interesse do agronegócio que compõem esse segmento logístico são os de Itacoatiara (AM), Santarém e Barcarena (PA), Santana (AP), São Luís (MA), Salvador e Ilhéus (BA).” (MAPA, 2020).

É o que ocorre com o estudo que ora se apresenta sobre a logística voltada para o Arco Norte, aqui delimitado como o sistema de transportes, em seus vários modos, responsável pelo escoamento de cargas e insumos com a utilização dos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos Estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhão (ARCO NORTE, 2016, p. 15)

Pensado para utilização de vias e portos já existentes, o objetivo leva a diversas outras estruturas que envolvem o Arco Norte – estruturas pelas rodovias e principalmente ferrovias, reestruturação de portos e hidrovias, que recebe atenção especial como nova modalidade de transporte. Além de também somar à fronteira agrícola que se tem na região do MATOPIBA.

Mas, com o escopo de explorar um potencial portuário e hidroviário já existente, a formação da estrutura necessária para “viabilizar a chegada das cargas até os portos do Arco Norte” inclui outras estruturas que acompanhe e viabilize a utilização desses portos; nesse sentido, segundo o documento “Arco Norte: um desafio logístico”

é necessário concluir a rodovia BR-163/PA, restaurar as rodovias BR-155/PA e BR-158/PA e realizar intervenções de adequação de capacidade na rodovia BR-364/RO. Também é importante viabilizar a chegada da Ferrovia Norte-Sul a Barcarena (PA), construir a ferrovia EF-170 (Ferrogrão), derrocar o Pedral do Lourenço, viabilizar a construção dos terminais privados em Miritituba e Vila do Conde, além de dragar, balizar e sinalizar o Rio Madeira e o Rio Tapajós. Também é preciso retomar um projeto esquecido desde o período militar, a BR-210, que ligará Roraima, Pará e Amapá, viabilizando a integração comercial com as Guianas, o Suriname e a Venezuela. (2016, p. 17)

Essas outras estruturas, quando pensadas para viabilizar a utilização dos portos, servem também para fomentar e incentivar – para além dos outros incentivos fiscais, de crédito, de concessão de terras e arredamentos de áreas portuárias – demais empresas, projetos portuários e empresários, enfim projetos privados, que se somam para usufruir dos benefícios decorrentes da abertura e intensificação de utilização dessas vias na região.

Ou seja, todos esses projetos que viabilizam estruturas físicas, remetem e ligam outros empreendimentos, atraindo novos investidores nos setores de construção e estrutura, quanto de prestação de serviços de transporte, armazenamento, terminais portuários, produção de *commodities* etc.

Nessa perspectiva se inserem os projetos de instalação de terminais portuários na região norte e nordeste, nas construções de novos terminais e arrendamentos de áreas de portos já existentes; onde a Cargill Agrícola S.A. e Porto São Luís se inserem como projetos dentro da área de complexo industrial já formados de Barcarena/PA e Complexo Portuário de Itaqui, no Distrito Industrial de São Luís (DISAL).

Atendendo as demandas de exportação e pretensa intensificação dessas nos setores de produtos agrícolas (*commodities*), os dois empreendimentos se caracterizam como Terminais de Uso Privado (TUP)

Operacionalizado no Porto de Itaqui (São Luís/MA), o Terminal Portuário São Luís (TUP São Luís) é um projeto que, com previsão de conter em sua estrutura “seis berços de atracação com calado natural de 18 metros”, é propriedade da China Communications Construction Company (CCCC)<sup>12</sup> juntamente com os sócios Lyon Capital<sup>13</sup> e WPR<sup>14</sup>; se tratando inteiramente de um terminal portuário de uso privativo. Também, segundo Arcangeli (2020) ao se valer das informações no EIA/RIMA do empreendimento,

[está previsto para capacidade de movimentação] 6 milhões de toneladas de grãos, superando em número de toneladas por ano o Terminal de Grãos do Porto do Itaqui; 2,2 milhões de toneladas de fertilizantes; 1,5 milhão de toneladas de celulose; e 2,4 milhões de metros cúbicos de litros de combustível, que demonstram desejo pelo empreendimento por parte de empresas como a Suzano Papel e Celulose, empresas do agronegócio e Petrobras.” (p. 143)

É, por isso, um empreendimento que se posiciona estrategicamente para além da perspectiva locacional (geográfica), mas entre outras indústrias e empreendimento portuário, certamente relacionando serviços entre esses; mas principalmente no que se refere à serviços de transportes e armazenamento (tanto o é que os dois projetos aqui citados, mesmo que sob a apresentação de projetos para exportação e transporte, têm em suas estruturas áreas de armazenamento de grãos sólidos).

Segue dessa forma o planejamento de organização da estrutura do pretendido porto, segundo a VLI logística (VLI Transporte e Logística): 2 píeres com 280 metros de comprimento e profundidade de 18 metros (de calado autorizado) e 6 berços de atracação; 5 silos e 2 armazéns

<sup>12</sup> “é a maior empresa de infraestrutura da China e a quinta maior do mundo. Entre as obras com a assinatura da empresa estão a maior ponte do mundo, que liga Macau e Zhuhai, com 55 quilômetros de extensão. A CCCC está listada na Bolsa de Hong Kong.” (EMIR, 2018)

<sup>13</sup> “empresa paulista de private equity independente, que prospecta oportunidades de negócios, especialmente na área de infraestrutura em toda a América Latina, tendo Paulo Remy Gillet Neto, Nilton Bertuchi e Roberto Ferrari, como principais acionistas” (EMIR, 2018)

<sup>14</sup> “Empresa paulista de infraestrutura do empresário Walter Torre Júnior” (EMIR, 2018)



Estruturas de Apoio e a Infraestrutura Portuária. Representadas da seguinte maneira (RIMA, 2018):

• ***Estruturas de Apoio***

canteiros de obra, rampa e píer temporário, central de concreto, áreas de empréstimo e bota-fora, refeitório, unidade de saúde, sanitários, sistemas de efluentes sanitários e industriais, oficina de manutenção, área de abastecimento, píer de atracação dos comboios e dos navios, área de silos, área administrativa, entre outros.

• ***Infraestrutura portuária***

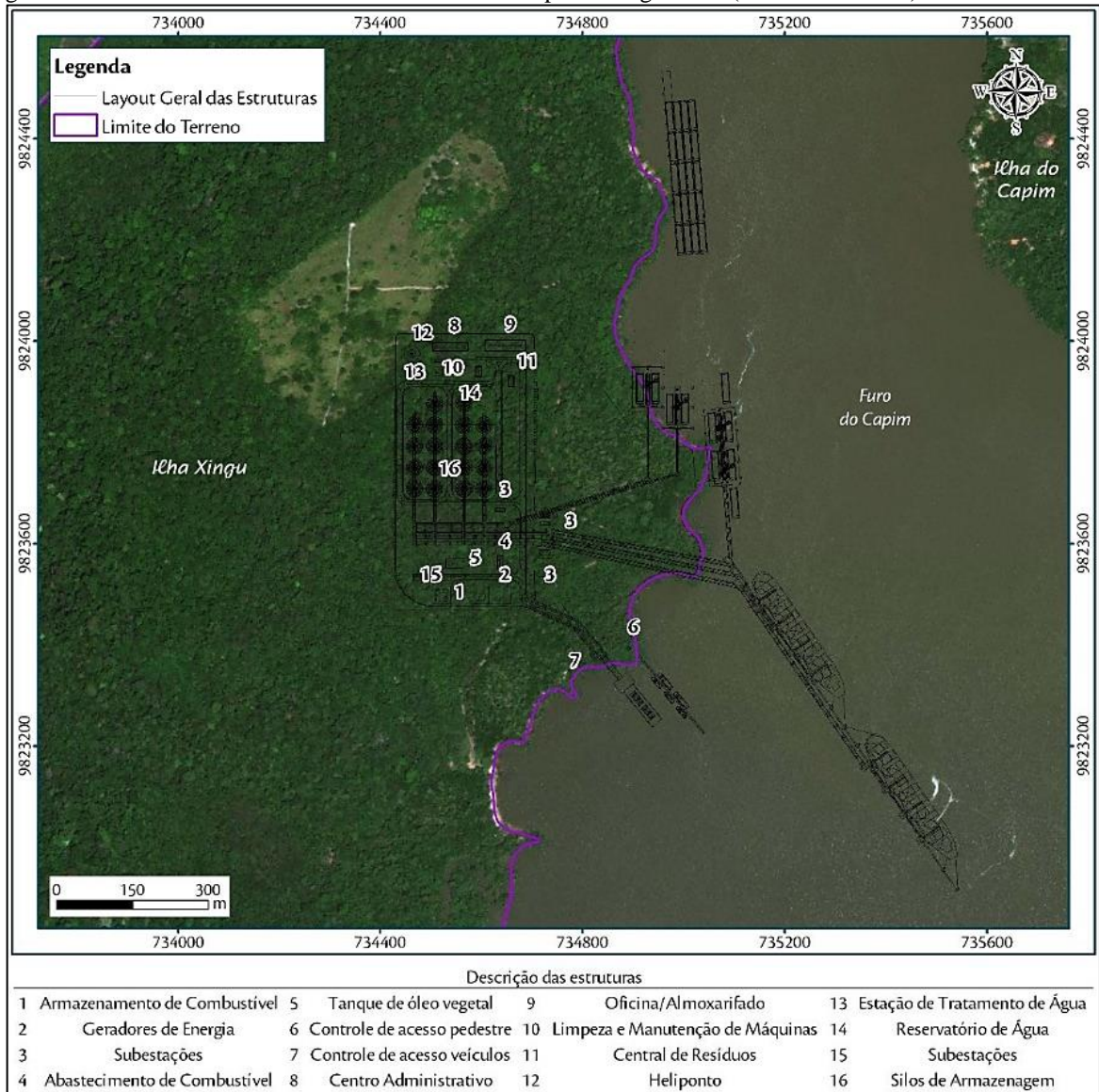
píeres de atracação de navios, os píeres de descarga de barcaças, suas estruturas de ancoragem à terra e as respectivas pontes de acesso. O plano do projeto portuário também inclui uma rampa fluvial para desembarque de veículos em geral. Construção de um pequeno píer, flutuante, para apoio de suprimentos e embarque e desembarque de passageiros, empregados, visitantes e autoridades que acessem as instalações do TUP-Abaetetuba.

A operação logística a qual se tem como escopo para construção do TUP é a ligação e transbordo de graneis sólidos de origem vegetal que chegam para exportação via comboio de barcaças vindos das Estações de Transbordo de Cargas nas “principais hidrovias da região amazônica, abrangendo o rio Amazonas e seus afluentes Tapajós, Tocantins e Madeira, permitindo o transbordo de cargas em todo esse circuito” (EIA, 2018, p. 8)

Dessa forma, o terminal portuário se justifica, segundo estudos de impacto ambiental e obedecendo a finalidade de construção do mesmo, a Cargill apresentaria a necessidade de um “novo terminal em uma área que possa receber os produtos advindos de Miritituba (PA) e de Porto Velho (RO), e que o destino dessa produção é a exportação, [...] que o terminal precisa ser mais próximo do Oceano Atlântico”. Antes de mais nada com vistas à relevância locacional e estratégia de proximidade aos portos já existentes na região e estado do Pará, assim como para transporte/exportação direta;

e que a Ilha do Xingu, dentre outros fatores encontra-se em uma área interior protegida, aumentando a segurança operacional de manobras dos navios e das barcaças, [...], além de estar situada nas proximidades de um complexo já destinado à atividade portuária (Belém e Barcarena), a localização estratégica do município de Abaetetuba foi fator preponderante na análise das alternativas locacionais. (RIMA, 2018)

Figura 10: Estrutura do Terminal de Uso Privado da empresa Cargill S.A. (TUP-Abaetetuba)



Fonte: RIMA, 2018.

Caracterizados dentro da denominação de Terminais de Uso Privado, os dois portos estão voltados para atividade de exportação principalmente, mas também com serviços de estocagem/armazenamento, se inserem nas políticas de potencialização do escoamento por hidrovias e de rodovias – que por sua vez passam a ocupar lugar de destaque nessa tentativa de variar os meios de escoamento, passando então a ocupar papel de novos projetos a nível de aperfeiçoamento de vias já existentes – que já estão contidas no sistema de logística de transportes; assim como se utilizam dos fomentos por incentivos estatais para expansão do agronegócio para a região norte (pelo Arco Norte) com serviços de transporte e logística.

Por isso são projetos e empreendimentos que não se dão de forma isolada, mas sim correlacionados com outros projetos e empreendedores, dentro de um mesmo sistema de

desenvolvimento do setor de transporte, também associado ao agronegócio e mercado de exportações (demandados e geridos por uma política internacional de mercado). Pois, ao mesmo tempo que a Cargill Agrícola S.A., por exemplo, considera vantagem a proximidade do novo TUP na Ilha Xingu, próximo da já existente área industrial de portos e transportes fluviais em Barcarena e Belém, a empresa toma o empreendimento como necessidade de investimento na própria cadeia de serviços já desempenhados pela multinacional, no próprio estado do Pará, quanto com produtos agrícolas transportados de outros estados. Da mesma forma se pretende o TUP São Luís, ao projetar estruturas do empreendimento no DISAL, sob operacionalização do Terminal Portuário de Itaqui.

Nessa perspectiva a fala do Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados em 2016, Tarcísio Freitas (em reunião de audiência pública promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES, em Santarém/PA, no dia 24 de junho de 2016, tendo como tema o “Arco Norte”), contempla bem esse cenário de relação entre empreendimentos e medidas infra estruturais para viabilidade dos projetos portuários privados, em disputa de territórios no chamado Arco Norte.

Nós sabemos que temos de aumentar a capacidade da BR-364, fazer terceiras faixas, duplicar determinados trechos. Sabemos que temos de aumentar, por exemplo, a capacidade da hidrovia do Madeira, entrar com a derrocagem, a dragagem, o balizamento. O mesmo tem que ser feito em termos de balizamento e sinalização na hidrovia do Tapajós. Temos que concluir e fazer a concessão da BR-163<sup>15</sup>; construir a Ferrogrão<sup>16</sup>, que vai ser uma ferrovia importante; recuperar a BR-155 e a BR-158, no Pará, que vai permitir a ligação ao Porto de Marabá, que, com o derrocamento do Pedral do Lourenço, mais a eclusa de Tucuruí, será outra rota importante de escoamento. Precisamos fazer a extensão da Ferrovia Norte-Sul<sup>17</sup>, que o Ministro

<sup>15</sup> BR-163/230/MT/PA - Trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA, “compreende um total de 1.009,5 km de extensão, integrando o Centro-Oeste e Norte do Brasil. Constitui eixo fundamental para escoamento da produção da parte paraense da Região Norte e norte da Região Centro-Oeste, conectando terminais portuários do Arco Norte (Rio Tapajós) e ao município de Sinop (MT). [...] Destaca-se também a previsão de construção dos acessos definitivos aos terminais portuários de Miritituba, Santarenzinho e Itapacurá. [...] O prazo de concessão de 10 (dez) anos, mais curto que o usual, é compatível com a entrada em operação esperada para a ferrovia (Ferrogrão), que também tem como relevante objetivo o escoamento de grãos pelo Arco Norte.” (PPI, 2021)

<sup>16</sup> Ferrovia EF-170 MT/PA, com extensão de 933 km, conecta a região Centro-Oeste ao estado do Pará, com destino ao Porto de Miritituba/PA (PPI, 2020, p. 4), com a finalidade de escoar para exportação produtos agrícolas do Brasil pelo Arco Norte. E por esse motivo, seus principais incentivadores e idealizadores seguem de acordo com as próprias grandes empresas que se beneficiariam com a estruturação da ferrovia, como a Cargill, Bunge, Dreyfus e ADM como principais *tradings*, e Estação da Luz Participações (EDLP).

<sup>17</sup> Ferrovia EF-151 SP/MG/GO/TO, “A proposição qualificada no PPI pressupõe a concessão de trecho com extensão de 1.537 km, ligando o pátio de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, a Estrela d’Oeste, no Estado de São Paulo. [...] O projeto poderá ser beneficiado com a possível interligação de outros trechos ferroviários, o que favorecerá a integração logística do país: o trecho Açailândia/MA – Barcarena/PA, por exemplo, possibilitará a conexão ferroviária ao Porto de Vila de Conde, que tem localização próxima de mercados internacionais e se mostra uma alternativa logística para o comércio exterior pelo Arco Norte do país; o trecho Estrela d’Oeste – Três Lagoas/MS, por sua vez, atravessará região com grande vocação agrícola e industrial, atendendo ao transporte de grãos e celulose; o trecho Campinorte/GO – Água Boa/MT, por fim, permitirá o acesso das áreas produtoras agrícolas da Região Centro-Oeste do país à malha ferroviária existente, sendo mais uma alternativa logística para

Helder Barbalho já destacou, interligando Açailândia-MA ao Complexo Portuário de Vila do Conde, em Barcarena-PA. Temos a luta do Deputado Remídio Monai, recompensada hoje com a assinatura da ordem de serviço para os estudos de viabilidade econômica (o primeiro passo para esse empreendimento se concretizar), que é a extensão da BR-163 até o entroncamento com a BR-210, e a BR-210 do Amapá passando pelo Pará e indo até Roraima. Essa extensão tem um aspecto importante no que se refere à estratégia de logística: a integração regional com os países sul-americanos mais ao norte do nosso país. (ARCO NORTE, 2016, p. 211)

Quer dizer então que todos os esforços, no que se refere à construção de vias e a viabilidade dos projetos portuários estão dispostos a depender das vias de transporte/logística de transportes na região denominada Arco Norte (que têm dentro dessa área portos e vias já existentes e construídas desse governos passados, principalmente governos militares); estão voltados para o setor de produção graneleira, assim como sua exportação, mesmo dentre projetos que se apresentam a primeira análise isoladamente, com concessões isoladas por projeto e desenvolvimentos independentes; mas que na realidade fazem parte do sistema completo e contínuo de desenvolvimento da agricultura capitalista cada vez mais potencializada nas áreas que requer estruturação e expansão da produção inseridas na lógica do agronegócio.

Verifica-se, na prática, a implantação de projetos destinados a vencer os desafios geográficos existentes na fronteira entre os países da bacia amazônica, no passado levado a termo pelo Projeto Calha Norte, que mesmo executando as obras muito aquém do planejado, representou uma intervenção significativa nas áreas de fronteira, assentando inúmeras bases físicas que permanecem ativas, notadamente as militares. (CASTRO et al, 2014, p. 19)

Vencer os desafios geográficos impostos naturalmente nas fronteiras na Amazônia significava romper os obstáculos a entrada do capital na região, pelo menos da forma que se pretendia e era necessário dentro da lógica de industrialização pela agricultura capitalista. Ou seja, observar a viabilidade do projeto desenvolvimentista econômico na região, atendendo ao mesmo tempo demandas de produção nas outras regiões, em sobrecarga de atividade e escoamento insuficiente, ou com elevados custos na logística de transportes.

Mais recentemente, iniciativas governamentais têm criado novos espaços de articulação e de arranjos institucionais entre vários ministérios, para atuar conjuntamente nessa região, embora com prioridades técnicas e políticas dos Ministérios do Exército, da Aeronáutica, da Justiça e da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Particularmente a partir de 2007, o governo vem planejando e executando políticas públicas infraestruturais (logística), em geral calcadas nos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definidos como transporte e energia. Segundo Castro (2012) e Rodrigues e Castro (2013), o governo federal

---

o fluxo de grãos.” (PPI, 2019, p. 4) Essa Ferrovia, por sua vez, com certa atenção no sentido de interligação com outras vias como com a pavimentação da BR-235, que liga Aracaju/SE a Novo Progresso/PA, rodovia que teria acesso rápido a Ferrovia Norte-Sul, segundo Tarcísio Gomes (Ministro da Infraestrutura). (Infraestrutura, 2020)

formula uma nova estratégia nacional voltada à logística de transportes, relacionada a investimentos estratégicos em transporte, portos e no setor energético, com a justificativa da necessidade de superar o chamado *custo-Brasil*, que impediria ganhos de competitividade e eficiência brasileira no mercado globalizado e, conseqüentemente, a retomada do crescimento econômico e a diminuição da desigualdade regional (HADDAD et al., 2010). (CASTRO et al, 2014, p. 20)

A questão é que o Custo Brasil veio com essa proposta de desenvolvimento e ganhos com a potencialização da competitividade brasileira no mercado globalizado<sup>18</sup>. Com o escopo nos custos de produção ou despesas sobre a produção, relacionados a legislação trabalhista, com aspecto legal institucional, tributário (sobre os produtos para exportação ou em concorrência com produtos de outros países), de infraestrutura, corporativas etc.

É a partir dessas políticas que o processo de reprimarização da economia brasileira se promove, pautado no desenvolvimento e modernidade que remetem na organização do espaço para os setores e empreendimentos que atendam os produtos que potencialmente tem se caracterizado como primários e de exportação, priorizando esses produtos sem expressiva presença de tecnologia no processo produtivo e no seu acabamento – quando muito essa tecnologia aparece como importação, produto da industrialização em países do centro capitalista.

## 2.1. Economia e produção Primário-exportadora

As formas de organizar o sistema de logística de transportes associada a logística de portos foi o que encaminhou medidas para transformações no lidar com essas recentes demandas (apesar do Arco Norte ser uma ideia desde os anos de integração econômica nacionalmente, desde 1970/1980); quando o governo brasileiro defende “projeto desenvolvimentista e [testa] nas relações internacionais a sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano, sem perder a primazia das iniciativas de integração.” (CASTRO et al, 2014, p. 19). Como uma forma de participação com produção nacional e fomentada pelos governos brasileiros, podendo ser através de financiamento por infraestrutura, disposição de terras e isenções ou baixas taxas fiscais, incentivo financeiro para produção – créditos – etc.

---

<sup>18</sup> Por muito o Custo Brasil foi utilizado como projeto de desenvolvimento e meio principal de integração nacional, por meio dos projetos de desenvolvimento, e para sanar desigualdades sociais. No município de Santarém-PA, o projeto é citado no RIMA (2010) da empresa Cargill como o que fomentaria e possibilitaria a construção de setores capazes de colocar o Brasil num patamar de concorrência e competitividade internacional no mercado global, principalmente no contexto de mercado de commodities e no agronegócio; sob a justificativa da necessidade de ampliar as exportações assim como os custos que demandavam (logística), e que esse era o objetivo fim do Custo Brasil.



Devido a isso, a implantação de projetos para aproveitamento locacional, geograficamente falando, como estratégica e plano dessa integração nacional foram efetivados. Não apenas por implantação e incentivo de projetos portuários e logísticos, mas através de legislações e regulamentação desses setores.

Nesse sentido, as estratégias que se destacam no que tange a intervenção do Estado direcionadas à estrutura portuária, para o Brasil e especificamente Amazônia, – partindo justamente das políticas desde 2007 com políticas portuárias, planos e programas –, foram “reproduzidas em políticas, programas e projetos, como mostram Castro (2012) e Fearnside (2012), [...] o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e a Iniciativa de Integração Sul-americana (IIRSA).” (CASTRO et al, 2014, p. 20)

A estratégia desenvolvimento regional planejada pelo Estado para a Amazônia brasileira, é possibilitada a partir das normas jurídicas que compõem o Estado de direito. Neste sentido, sucessivos governos passam a formularem, editarem e sancionarem um conjunto de leis hierarquizadas, a partir da década de 1980, de acordo com uma nova ordem ideológica capitalista neoliberal, onde convergem e divergem interesses territoriais, econômicos e políticos. (BASTOS, 2019, p. 170-171)

Desde a idealização do projeto de desenvolvimento pela industrialização da produção no Brasil, as vias de escoamento foram tomando maiores atenções no que se refere a sua modalidade e possibilidade de ampliação dessas modalidades (tipos de escoamento). Em 2012, a Medida Provisória 595/2012, sancionada pelo governo Dilma Roussef em 2013 pela Lei 12.815/2013 – Lei Geral dos Portos ou Marco Regulatório do Setor Portuário –, foi indicativo da movimentação que se fazia em torno, e como parte, das mudanças para viabilidade dos projetos e empreendimentos que viriam a ser encaixados nos setores de produção de *commodities* exportáveis, dentro do mercado internacional de *commodities*, para conformação do mercado nacional direcionado primordialmente a exportação de produtos agrícolas.

Segundo Castro et al (2014, p. 25), desde 2007 as políticas de fomento na área do agronegócio/mercado global de *commodities*/exportação tem sido caracterizada ora pela atuação no setor produtivo no que se refere ao cultivo de culturas (monocultura) e *commodities*, ora pela expansão da infraestrutura para escoamento da produção na agricultura capitalista. É como se a expansão do agronegócio nas regiões tomasse formas próprias e singulares, de acordo com a potencialidade e possibilidades dentro das regiões – no que se refere ao fator de localização geográfica, uso e exploração do solo, florestas e rios etc.

Essas novas políticas públicas portuárias perpassam não somente pela articulação entre políticas integradas de infraestrutura, transporte e logística, mas por aspectos políticos-organizacionais, normativos e estratégicos (TOMASSIAN; SALAS; SÁNCHEZ, 2010), que seriam, em síntese, a dimensão institucional, jurídico e político-econômico do Estado brasileiro. (CASTRO et al, 2014, p. 21)

Igualmente com foco na participação competitiva da economia brasileira dentro da economia e setores do agronegócio, as vias e corredores logísticos são parte de toda cadeia produtiva agrícola e de *commodities* agrícolas, e para isso “Há lacunas importantes a serem fechadas em praticamente todos os setores, o que aumenta o chamado ‘custo Brasil’ e, em consequência, o preço dos produtos produzidos no País, o que prejudica o nível de competitividade” (ARCO NORTE, 2016, p. 15).

Segundo Sorj (1986, p. 83) “A expansão das exportações brasileiras não reflete tão somente uma relação mecânica na determinação de papéis na divisão mundial do trabalho por parte dos países desenvolvidos”. Ao objetivo de participação na concorrência dentro do mercado de *commodities* e exportação dessas, há uma escolha, e essa escolha é feita além da vontade e planejamento menos complexos de uma elite capitalista brasileira, mas se insere enquanto plano de acordo com o contexto global de concorrência em mercado que, até então, se justifica no agronegócio com produtos agrícolas e mercadoria enquanto *commodities*. É “um esforço real por parte do capitalismo brasileiro de intervir e concorrer no mercado mundial” (SORJ, 1986, p. 83).

Houve uma causa histórica, planejamento e contexto capitalista que impõe o mercado através do desenvolvimento da indústria com agricultura, fomentando através também dos Complexos Agroindustriais e agricultura capitalista/agronegócio para potencialização da exportação de bens primários – como essencial e potencializador do desenvolvimento brasileiro e modernização da agricultura – que é o caminho contínuo e fomentado pelo agronegócio no Brasil. Nesse sentido e com essa finalidade de competitividade nesses mercados, certamente o desenvolvimento de infraestruturas capazes de colocar o país nessa posição de participação passa a ser central na premissa de desenvolvimento econômico, com vistas que esse desenvolvimento nos países “tem alta correlação com a qualidade de sua infraestrutura e o Brasil, há muitos anos, apresenta nível de investimentos bastante aquém da necessidade”, de acordo com o relatório Arco Norte - Desafio Logístico (2016, p. 15).

Nessa perspectiva, planos, programas e ações acerca das políticas portuárias foram desenvolvidas pelo governo federal desde 2007, entre essas, as seguintes foram elencadas por CASTRO et al (2014): Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) -Transporte (2007); Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) (2007); Regime Especial de Incentivos para

o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (2007); BNDES Finem; BNDES Finame; Fundo da Marinha Mercante (FMM) (Intensificado a partir de 2007); Criação da Secretaria Especial dos Portos (SEP) (2007); Plano Geral de Outorgas (PGO) (2010); Estudo - subsídios técnicos para identificação de áreas (2010); Livreto - O Livro Verde dos Portos (2010); Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP) (2011); Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes nos Portos Marítimos Brasileiros (PGRS) (2011); Debêntures de Infraestrutura (2011); A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) (2012); Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) (2012); Porto Sem Papel (PSP) (2012); Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALPs) (2012); Plano de Investimento em Logística - Portos (PIL-Portos) (2012); Programa Nacional de Dragagem (PND) (PND I - 2007 e PND II 2012); Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS) (2012); Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (CNAP) (2012); Índice de Desempenho Ambiental (IDA) (2012); Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH) (2013); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) (2013); Capacitação de Gestores e de Trabalhadores Portuários Avulsos (2013); Projeto de Implantação dos Sistemas de Gerenciamento de Tráfego de Navios (VTMIS) (2013); Criação da Lei 12.815/2013 (2013); Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) (2013); Simplificação de procedimentos para transferências de recursos federais para entes federativos (2013); Projeto de Modernização da Gestão Portuária (2014); Projeto de Cargas e Redes Inteligentes das Cadeias Logísticas Portuárias (2014) (p. 22-24).

Chama atenção os planos voltados para investimento como reestruturação da dinâmica e, conseqüentemente, logística de portos no país, com expressivo direcionamento para reestruturação de portos no Arco Norte; especialmente a partir do plano de Investimento e Logística-Portos (PIL-Portos) de 2012, caminhando para efetivação da Lei 12.815/2013. O PIL-Porto em 2012

começa a canalizar aproximadamente R\$ 54,2 bilhões destinados a estimular os arrendamentos de áreas dentro dos portos e a construção e ampliação de Terminais de Uso Privativo, sendo previstos R\$ 31 bilhões no período 2014/2015 e R\$ 23,2 bilhões entre 2016/2017<sup>19</sup>. [...]. Cabe destacar que as políticas públicas portuárias vindas do PAC 1 tiveram uma injeção R\$ 794,2 milhões, de um total de R\$ 2.292,6 milhões,

<sup>19</sup> “Em 2013, o governo federal anunciou os primeiros Terminais de Uso Privado (TUPs), que poderão ser construídos com financiamento do Estado. Do total dos 50 TUPs (BRASIL, 2013): 27 empreendimentos serão instalados na Região Norte, com um investimento de R\$ 1,8 bilhão. O Nordeste será contemplado com três TUPs, num aporte de R\$ 4,5 bilhões. Estão previstos para o Centro-Oeste três novos empreendimentos. Neste caso, os recursos somarão R\$ 43 milhões. O Sudeste receberá R\$ 4,6 bilhões em investimentos para construção de 12 novos terminais. No Sul do país serão instalados cinco empreendimentos, com aporte de R\$ 150 milhões.” (CASTRO et al, 2014, p. 25)

cuja maior parcela foi para o estado do Pará, equivalente a R\$ 735,4 milhões (RODRIGUES; RODRIGUES; CASTRO, 2014). Além disso, segundo Rodrigues (2012), os investimentos infraestruturais nos portos paraenses (no período de 2007-2012), advindos do PAC 1 e da própria receita da Companhia Docas do Pará (CDP) chegaram a quase R\$ 1,2 bilhão (RODRIGUES, 2012), e até 2015 ainda serão canalizados R\$ 551,4 milhões do PAC 2 (BRASIL, 2013). (CASTRO et al, 2014, p. 25)

Por isso a dinamização e a constituição de corredores multimodais estão assentadas também na abertura e incentivo da iniciativa privada para atuação na logística de portos e transporte de *commodities* agrícolas. Mais demarcado a partir das ações do estado para viabilização através de portarias, medidas provisórias e leis, condizente com a política econômica que se intensifica na comoditização da agricultura e economia nacional e incentivos financeiros para expansão desse modelo entre as regiões com potencialidades geográficas específicas – com base em cada setor que se desenvolve inseridos na lógica do agronegócio no Brasil. Portanto “o Estado brasileiro passou a realizar financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do Brasil” (CASTRO et al, 2014, p. 25).

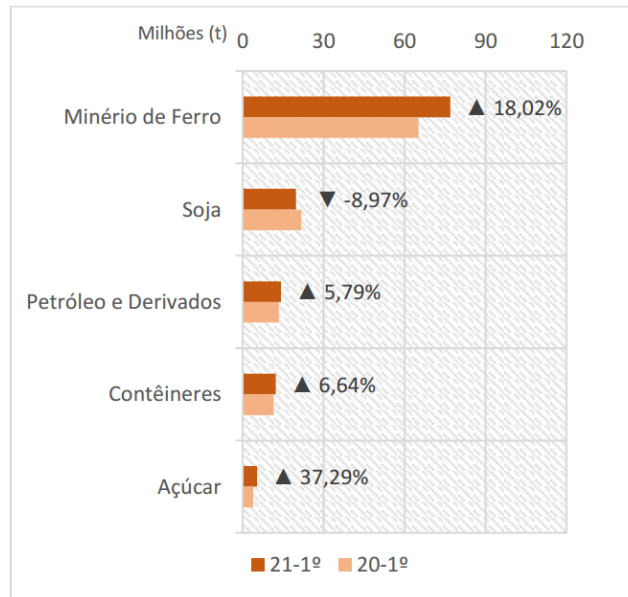
A finalidade está em complementar com rotas para escoar produção, mas apesar de se tratar de potencializar a produção/produtividade de uma *commodity*, por exemplo, certamente também se trata de permitir maior lucratividade sobre o setor caracterizado pela dinâmica e logística de transporte e portos/terminais e sobre *commodities* específicas de notoriedade no mercado global.

Dentre os empreendimentos se enquadram também os terminais e portos, que desde o fomento por meio ações de políticas do estado, mais financiamentos de implementação, se dividem entre os portos públicos e privados. “No 1º trimestre de 2021, por meio da navegação de longo curso<sup>20</sup>, foram exportadas 148,7 milhões de toneladas, correspondendo a um crescimento de 9,7% quando comparado ao 1º trimestre de 2020” (ANTAQ, 2021, p. 23).

---

<sup>20</sup> O transporte na Navegação de Longo Curso é caracterizado pelo transporte de todas as cargas com origem ou destino no exterior, inclusive as cargas que são transportadas por empresas de navegação estrangeiras. (ANTAQ)

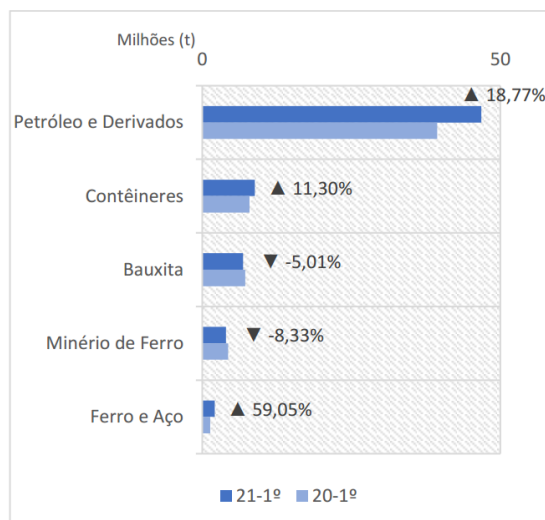
Gráfico 1: Principais Mercadorias Movimentadas na Exportação (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020-2021



Fonte: SDP. Elaboração GEA/SDS/ANTAQ.

Enquanto na modalidade de movimentação em navegação de cabotagem<sup>21</sup>, “as principais mercadorias movimentadas [...] no 1º trimestre de 2021, em participação, foram: petróleo e derivados (65%), contêineres (12,2%) e bauxita (9,5%). [...] incremento nas movimentações de petróleo e derivados (+18,8%), contêineres (+11,3%) e ferro e aço (+59,1%), em relação ao 1º trimestre de 2020” (ANTAQ, 2021, p. 26).

Gráfico 2: Principais Mercadorias movimentadas na Cabotagem (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020/2021

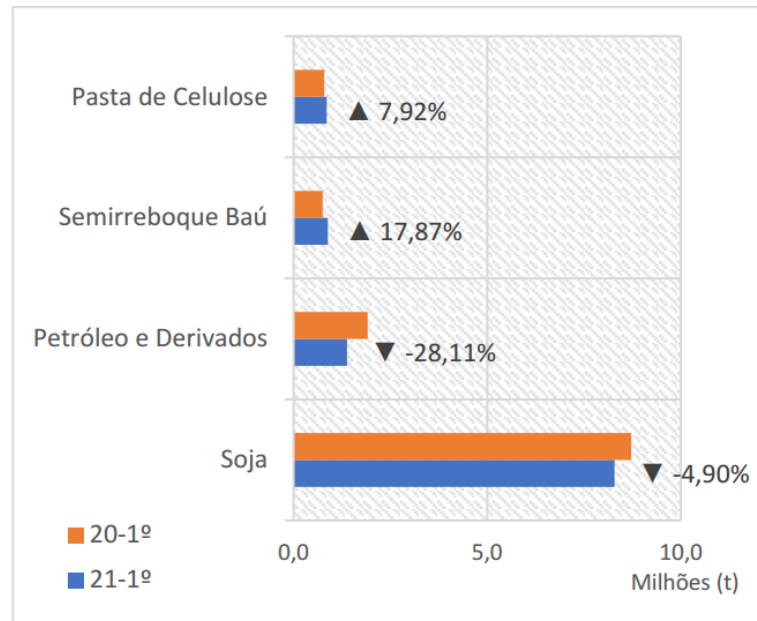


Fonte: SDP. Elaboração GEA/SDS/ANTAQ.

<sup>21</sup> “O transporte cabotagem leva em consideração a origem e o destino da carga, que devem ser portos ou pontos do território brasileiro, inclusive plataformas marítimas. Além disso, o transporte deve utilizar a via marítima ou esta e vias interiores, conforme consta na legislação que dispõe sobre o transporte aquaviário brasileiro (Lei 9.432/97)” (ANTAQ)

No tipo de navegação Interior<sup>22</sup>, a movimentação de mercadorias obteve participação em granel sólido (*commodities*) com 64,4% (10,4 milhões de toneladas), granel líquido com 13,8% (2,2 milhões de toneladas), carga geral com 19,8% (3,2 milhões de toneladas) e o perfil de carga em contêineres com 2% (328,7 mil toneladas) (ANTAQ, 2021, p. 43)

Gráfico 3: Principais Mercadorias movimentadas na Navegação Interior (% de toneladas): Comparativo entre 1º Trimestres: 2020/2021

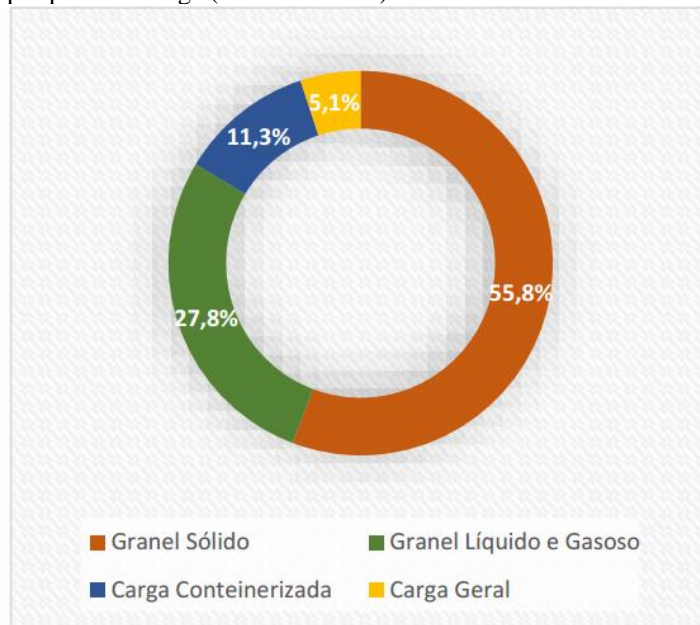


Fonte: SDP. Elaboração GEA/SDS/ANTAQ.

Quando comparado aos perfis de cargas – granel sólido, granel líquido, contêineres e carga geral –, granel sólido se mantém em primeiro no que se refere às movimentações entre os portos “total em peso bruto, com 55,8% (156,1 milhões de toneladas)” (ANTAQ, 2021, p. 44)

<sup>22</sup> “Entende-se por navegação interior para o transporte de cargas aquela realizada longitudinalmente em rios, lagos e canais, de percurso estadual, interestadual ou internacional, entre portos e terminais dos estados da Federação e entre o Brasil e os países vizinhos, quando os portos nacionais e internacionais integrem vias fluviais comuns.” (ANTAQ)

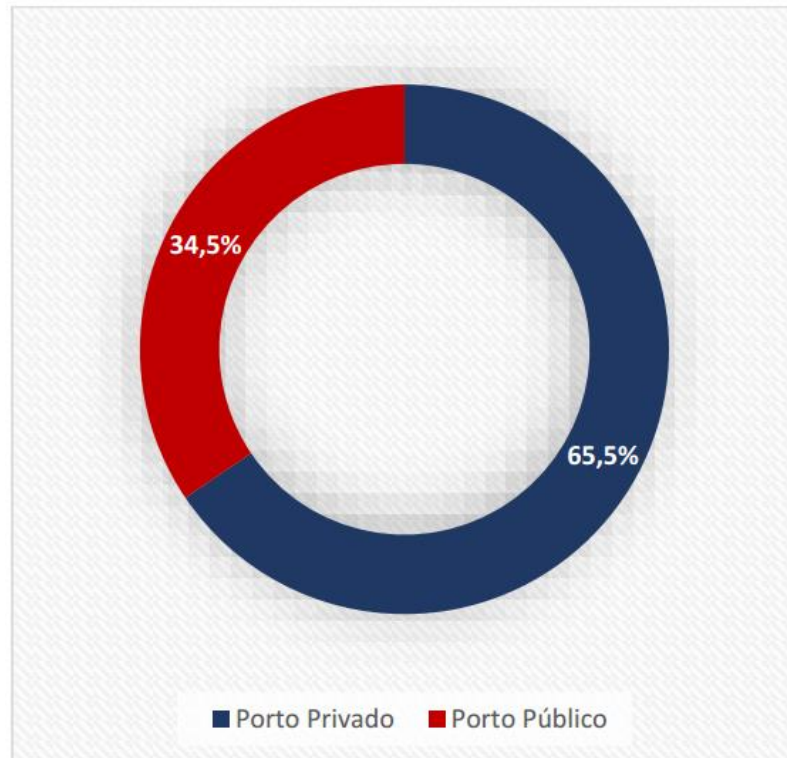
Gráfico 4: Participação por perfil de carga (% de toneladas): 1º trimestre de 2021.



Fonte: SDP. Elaboração GEA/SDS/ANTAQ.

Dentro da categoria de perfis de Graneis Sólidos, o minério de ferro aparece com maior relevância de toda a movimentação deste perfil, com 52,2% de toda a movimentação, que é seguido pela soja, correspondendo 18%, e bauxita que corresponde 5,2%, segundo a ANTAQ (2021). Por sua vez, esse mesmo perfil, de maior relevância na movimentação entre os portos e modalidade de navegação, foram mais expressivos com atividade nas instalações portuárias privadas “sendo responsáveis pela movimentação de quase 2/3 de todo o granel sólido operado no primeiro trimestre de 2021 (65,5%), e os portos públicos participando com 34,5% desse total” (ANTAQ, 2021, p. 46).

Gráfico 5: Granel Sólido – Distribuição da Carga por tipo Instalação Portuária (% de toneladas) – 1º Trimestre de 2021



Fonte: SDP. Elaboração GEA/SDS/ANTAQ.

Nessa direção, com a economia nacional gradativamente mais defendida com seu desenvolvimento pautado no fortalecimento da agricultura capitalista, caracterizando assim uma “economia dependente de *commodities* agrícolas”, mais dependente a economia nacional se torna das iniciativas privatizantes – desenvolvidas pela própria ação e política do estado –, de projetos portuários de uso privado, assim como dos empreendimentos de multinacionais que detém parte do setor de produção do perfil de cargas de maior relevância, o de graneis sólidos.

toda vez que a economia é afeta por uma crise de liquidez internacional o Estado prioriza os setores primários exportadores para gerar saldo comercial. É assim que o agronegócio brasileiro, sobretudo nas últimas duas décadas sempre retoma as prioridades da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. (SILVA; CALAÇA; MACHADO, 2018, p. 4)

“Essa possibilidade, por sua vez, está mediada pela própria expansão do complexo agroindustrial, desenvolvido sob a liderança do capital estrangeiro”, e atualmente com os projetos e empreendimento nesses setores de produção de grãos e *commodities* agrícolas em crescimento de produção no Brasil; principalmente quando nesse setor se vê grande participação de multinacionais e/ou empreendimentos de capital misto entre estrangeiro e nacional. Destacando a contraditoriedade na relação entre os Estado Unidos com relação “a



expansão das exportações brasileiras de soja: ao mesmo tempo que concorre com a produção norte-americana, sua produção é controlada por empresas transnacionais geralmente de origem estadunidense” (SORJ, 1986, p. 83), principalmente destacado desde a formação dos Complexos Agroindustriais, como necessidade e com demanda de infraestruturas para tal industrialização da agricultura, quando “a ameaça à economia dos Estados Unidos fica minimizada pela participação ativa das multinacionais norte-americanas na industrialização, comercialização e fixação de preços – nos lucros enfim – da soja brasileira”, segundo secretário da Agricultura norte-americano, em 1975 em visita ao Brasil. (Jornal do Brasil, *apud* SORJ, 1986, 83).

A formação do complexo industrial aprofundou o papel do Brasil como país fornecedor de matérias primas agrícolas, a partir de uma demanda externa. Este modelo acarretou uma dependência crescente de acesso a créditos para cobrir custos de produção com maquinário e insumo químicos, controlados por empresas multinacionais. (MENDONÇA, 2018, p. 147)

Além de gradativamente conceder porções de terras, extensas áreas para o capital estrangeiro, por meio de projetos e multinacionais. Desde cada setor que se desenvolve e desempenha atividades centrais no mercado de *commodities* – produção agrícola e mineral (mas principalmente a primeira dentro do agronegócio), escoamento que inclui planejamento logístico de corredores multimodais (reestruturação de ferrovias, hidrovias e rodovias), terminais e portos para armazenagem e exportação e importação etc.

Assim está na forma de organização pelo agronegócio a concentração e exploração. “O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra” (FERNANDES, s/d), por isso manter como desenvolvimento e industrialização da economia nacional como um projeto realmente de emancipação e competitividade nacional; quando na verdade o que se tem é a estrangeirização de terras e consequente fragilidade da soberania nacional.

no Brasil a indústria é parte da concentração da terra e o agronegócio uniu tudo, portanto, tanto à estagnação industrial, quanto a sórdida postura do Estado em relação ao tema questão agrária, devem-se a opção deste em investir na estruturação de uma política agrícola e financeira de comércio exterior orientada a fortalecer a especialização primária exportadora de commodities agrícolas e minerais (SILVA; CALAÇA; MACHADO, 2018, p. 3)

Dessa forma, quando observados os projetos desenvolvidos, multinacionais são as que desempenham propriedade sobre os mais expressivos empreendimentos na exploração e

comercialização de *commodities*, que recebem incentivos para instalação de terminais e portos, como prestadoras de serviços de transporte, transbordo, armazenamento e escoar para o mercado externo; serviços que se entende como escasso e insuficiente dentro da infraestrutura já disposta e disponível.

Está em curso uma nova divisão internacional da produção e do trabalho que condena a maior parte dos países do hemisfério Sul a tornarem-se meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais. Essa divisão faz parte de um movimento de primarização da economia brasileira, centrada nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, com o objetivo de gerar saldos comerciais para a remuneração dos capitais estrangeiros. (SILVA; CALAÇA; MACHADO, 2018, p. 13)

A política econômica no Brasil se constrói, através de incentivos e créditos, e através de setores diversos, a centralização das ações e setores dentro da industrialização da agricultura como expressão do agronegócio no país. E converge no agronegócio todas as práticas contínuas e históricas de mercantilização e comoditização de terras, águas e soberania nacional – o mercado de terras, os créditos rurais centralizados e cada vez mais concentrados em processos bancários, a presença forte de empresários e empresas nas decisões político-econômicas de esfera pública e, conseqüentemente, a captura do Estado por empresas/empresários e bancos sob política da economia externa/internacional.

se trata de uma logística voltada ao sistema de produção de *commodities*, para o agronegócio e, como enfatiza Castro (2007a), não é superar ou diminuir as desigualdades regionais e sociais, como expressas no PAC (PAC 1 e II), mas potencializar a produção e extração de mercadorias e o seu escoamento (de grãos, especialmente) para os principais mercados internacionais, acessados via oceanos Atlântico e/ou Pacífico. (CASTRO et al, 2014, p. 27)

Potencializar a produção e exportação dessas mercadorias através do compartilhamento desses bens às iniciativas privadas, cada vez mais. E isso é visível principalmente com o incentivo à construção dos Terminais de Uso Privado, a concessão de terras e as demais legislações propostas que, à primeira vista, parecem separadas, mas se encontram geograficamente (nos territórios) e nos seus possíveis desdobramentos.

## 2.2. Subalternidade de Comunidades Tradicionais como Condição no Agronegócio

Com o debate a partir dos conflitos entre os territórios camponeses e a produção de *commodities* e territorialização de empreendimentos multinacionais do agronegócio, a dinâmica de portos e hidrovias, impacta diretamente as comunidades ribeirinhas na Ilha do Xingu em

Abaetetuba/PA e comunidades tradicionais e pescadores na Resex Tauá-Mirim, especificamente moradores da Comunidade Cajueiro em São Luís/MA, territórios ambivalentes da pesca e do extrativismo. Assim como esses empreendimentos estão assentados e com sua base nas políticas de incentivo que representam o caminho da subalternidade/marginalização desses ribeirinhos e pescadores, como parte desse desenvolvimento pelo agronegócio.

Por entre os rios, nas ilhas e em comunidades ribeirinhas e de pescadores, o regime de produção/transporte/transbordo do produto agrícola graneleiro, em expressividade da soja, por exemplo, em larga escala e no nível de produtividade pretendida no agronegócio se tornaria num custo e atividade inviável a médio e longo prazo quando o objetivo em tese é o desenvolvimento industrial e inserção do Brasil num nível de competitividade em escala global; o que não significa a ausência de produção da cultura de grãos nas regiões onde sobretudo se pensa na mobilidade, que se dá primordialmente por transporte hidroviário (inquestionável quando se vê o discurso de potencialidade do Arco Norte).

Nesse contexto os territórios camponeses, de produção familiar e povos tradicionais se apresentam como obstáculos a esses pretendidos espaços de produção primária (minério, agrícola, etc.), pois além de expressarem territórios e dinâmicas de produção divergentes, formadas internamente nessas comunidades e entre sujeitos, esses conferem responsabilidade social – a mesma a ser considerada como preocupação da imagem do modelo de industrialização da agricultura capitalista – aos empreendimentos e divide as ações e políticas estatais, onde assegurar o direito ao território e sua reprodução, tanto dos sujeitos em que a unidade de produção é familiar, quanto para a incursão dos empreendimentos (representantes e receptáculos da industrialização da agricultura).

Certamente a tarefa de mediação dos governos, representada e decidida na prática a partir de uma elite nacional e burguesia nacional/estrangeira que expropria e detém os meios de produção, é se apresentar como intermediários e aliados na reprodução do capital no campo brasileiro, mas sem transparecer a violação em curso sobre territórios tradicionais e de trabalhadores rurais. Com propósito de manter a premissa do desenvolvimento econômico e industrialização da agricultura camponesa, ainda sob a contradição de produtividade para industrialização internacional caminhar para um processo de retrocesso da economia para sua reprimarização.

Em virtude dessa premissa e da falsa mediação de interesses entre territórios e lógicas por certo divergentes, o que se vê é a crescente entrega de terras e porções do território nacional à multinacionais (por vezes famílias, onde o empreendimento se dá por capital fechado como no caso da Cargill Agrícola S.A.) e à projetos dentro de setores do agronegócio que,

crecientemente, se mantém na exportação de produtos primários. Também, ao desconstruir aos poucos certa soberania já fragilizada sobre porções do território nacional, fomenta a destruição de territórios tradicionais e trabalhadores rurais.

Só o número de empresas estrangeiras em atuação no Brasil ultrapassa a quantitativamente o país, mesmo seguido do Brasil (que segue em segundo e com uma disparidade considerável entre os Estados Unidos, em primeiro) que compõe empresas de capital também internacional. Então, de fato, em quantidade, a economia nacional já se representa pela indústria/empresa/empreendimento brasileiro, nem sequer pelas empresas de capital misto, entre capital nacional e internacional.

Em função disso, inegavelmente a economia nacional se desenvolve sob entrega dos setores em empreendimentos estrangeiros e, não somente os setores, como as terras e territórios tradicionais que se encontram na rota desses empreendimentos.

Em um contexto em que tantas estradas e ferrovias são projetadas para escoar soja – em especial do Cerrado brasileiro rumo aos portos do Norte cruzando diversas regiões para estabelecer caminhos mais rápidos rumo à China –, os destinos de tantos territórios estão sendo traçados para a viabilização e expansão de um modelo econômico monocultural. (AGUIAR, 2021, p. 36)

Pois não convergem em sentido de existência e lógica de território. Segundo Aguiar (2021, p. 35) “Há uma violação sistemática de direitos pelo Estado e pelas empresas e, muitas vezes, não se cumprem sequer requisitos mínimos, como por exemplo o porto da Cargill em Santarém, que se instalou sem que a empresa tivesse licença ambiental”. E esses empreendimentos seguem seu curso de atividades como continuação de um projeto que já teve seu início atropelando etapas que até então são critérios de aprovação para efetivação, critério de licenciamento (até para licença prévia). A Cargill Agrícola S.A. com o TUP-Abetetuba na Ilha Xingu tem, como um dos objetivos, escoar produtos agrícolas de outros estados, mas também produção graneleira própria no terminal/porto presente em Santarém/PA desde 2003. Terminal esse que passa por processo de renovação da licença, mesmo ainda sem informações relevantes no EIA/RIMA elaborado inicialmente, e ainda sem apresentação do mesmo e consulta prévia à comunidade<sup>23</sup>.

São irregularidades que colocam o estado como agente causador diversas vezes dos conflitos e violências decorrentes da disputa que se forma quando da entrada desses agentes externos aos territórios tradicionais de ribeirinhos e pescadores. O conflito se dá especialmente

---

<sup>23</sup> Sobre a questão, ver <https://semlicencaparacargill.org.br/santarem.html>

pelo contato do outro, e da denominação do outro que pode ser rejeitado em prol de uma falsa coletividade; pelo contrário, se submete uma coletividade tradicional, originária e de trabalhadores rurais em favor de uma falsa coletividade que representa, na verdade, concentração de capital e de terras, por meio da violência, expropriação e estrangeirização de terras.

A questão que se mantém dentre essas violações – que comumente se repetem em situações de incursão do capital por meio da expansão do agronegócio em variadas localidades e territórios – é que a situação entre o outro determinado entre agentes que representam territórios tradicionais e o outro território do capital/agronegócio é desigual; além do choque entre sujeitos (que passam a se identificar na diferença que se estabelece mais fortemente no contato) há o desdobramento que sem dúvida recai violentamente com a destruição de um território com menos aparatos de ação concreta e ao nível de força da incursão sobre os territórios ribeirinhos e de pescadores.

Além disso, essa problemática/situação é contínua pois se desdobra sobre momentos de diversas atuações de diversas empresas e empreendimentos, seja pelo nome do agronegócio/de fomento de uma agricultura capitalista, seja na época de governos anteriores com o desenvolvimento da indústria no Brasil e expansão dessa nas regiões.

O início da exportação do minério pela Estrada de Ferro Carajás foi realizado pelo Porto do Itaqui [São Luís/MA], que funcionava desde 1974, e depois foi complementado pelo Terminal Marítimo da Ponta da Madeira, construído em 1986, pertencente à Vale do Rio Doce. Ao longo das ferrovias, surgiram várias siderurgias. Em 2014 a função do Porto do Itaqui foi ampliada com a implantação do Terminal de Grãos do Estado do Maranhão (TEGRAM). (ARCANGELI, 2020, p. 121)

E é justamente a partir de 2014 que a regulamentação de portos privados passa a valer com a possibilidade de atividades com serviços de transporte, armazenagem, transbordo e exportação de cargas de outros empreendimentos, não mais apenas cargas do próprio porto. Demarcando a relevância crescente da logística de portos para o Arco Norte, assim como dos portos já existentes. (AGUIAR, 2021, p. 28). Por isso a reestruturação dos portos, complexos industriais e terminais passam a ser cruciais no plano econômico de governo que prioriza o fortalecimento de setores ligados a produção e comercialização de *commodities* agrícolas (além das minerais, que se mantém), pois dentro da reestruturação por medidas provisórias e leis abrindo margem para empreendimentos estrangeiros dentro de estruturas já estabelecidas, a entrada desse capital estrangeiro se concretiza dentro das próprias multinacionais e insumos que passam a ser tratados e trazidos por essas mesmas empresas.

Atualmente, está em fase de conclusão a duplicação da ferrovia que permitirá que o escoamento da Ferrovia Norte-Sul seja direcionado para o Porto do Itaqui e ampliará o escoamento da produção para o mercado exterior, como a movimentação do TEGRAM, processo que tem levado a um conjunto de violações de direitos conforme acusa a organização Justiça nos Trilhos<sup>24</sup> (ARCANGELI, 2020, p. 121)

Segundo Arcangeli (2020) o processo de desapropriação e violação de direitos das comunidades do Cajueiro se iniciaram em 2014, durante último mandato da governadora Rosana Sarney. Depois de várias tentativas sem êxito de realizar a audiência na Comunidade – pois os trabalhadores da comunidade, organizados, já não se posicionavam a favor do empreendimento e expressaram isso barrando a audiência –, em outubro de 2014 a audiência aconteceu no quartel da PM do Maranhão, sem a participação dos trabalhadores residentes na comunidade Cajueiro e outras comunidades da Zona Rural. (p. 135)

Essa é uma prática bem comum e sintomática no que se refere ao real objetivo das audiências públicas nas comunidades (ARCANGELI, 2020), se o objetivo é a audiência acontecer para consultar as trabalhadoras e trabalhadores do Cajueiro/MA, esse objetivo não se cumpre quando se força a “escuta”. A audiência aconteceu fora da Comunidade, sem os moradores da comunidade, e num lugar estratégico para repressão de qualquer manifestação desses trabalhadores.

No fim, se concretiza o que o autor afirma logo após sobre a audiência ser de “fachada”, pois essa foi apenas para constar a existência de uma “consulta”, quando na verdade sua finalidade foi legitimar a instalação do porto e ação da WPR na Comunidade. É um sobreaviso, não uma consulta.

Em dezembro de 2014 foi editado o decreto nº 30.610, do ex-governador Arnaldo Melo (que ficou no cargo de 10 de dezembro de 2014 a 1º de janeiro de 2015, ocupando o cargo no lugar de Rosana Sarney, que havia renunciado). Esse decreto coloca a área da Comunidade do Cajueiro como de interesse público para utilização pela WPR, com desapropriação pelo Estado do Maranhão da área, por via administrativa ou judicial. (ARCANGELI, 2020, p. 135-136)

O ato foi revogado pelo atual governador Flávio Dino, que manteve a postura de que era necessário estudos para a ver a viabilidade do empreendimento, e resultando na suspensão temporária da Licença Prévia, pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (SEMA). (ARCANGELI, 2020, p. 136)

---

<sup>24</sup> “A Rede Justiça nos Trilhos é uma articulação de organizações não governamentais e movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos socioambientais”

Depois de diversas reuniões com representantes das comunidades (Cajueiro), movimentos sociais e as secretarias estaduais, Secretaria de Segurança e Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular, e com a falta de acolhimento das reivindicações feitas pelos trabalhadores da Comunidade – o cancelamento em definitivo da Licença Prévia, e a aprovação da criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim –, “em 6 de janeiro de 2016 foi aprovada pela Secretaria de Portos do governo federal a construção do porto da WTorre/WPR na área” da comunidade. (ARCANGELI, 2020, p. 137)

Seguido pela liberação da Licença Prévia, suspensa temporariamente, pela SEMA, em 20 de janeiro do mesmo ano [2016], seguindo para aprovação da Licença de Instalação do porto privado pela Sema, em 2 de outubro do mesmo ano [2016]. (ARCANGELI, 2020)

Esses tempos relativamente longos para aprovação ou dar respostas sobre um processo ou reivindicação são próximos e diferentes entre os requerentes. Próximos no tempo que a burocracia da situação prevê para realização de reuniões com representantes da comunidade, e para dar resposta aos processos da empresa. Porém desiguais nos resultados e seriedade dada a cada processo/movimento em andamento.

O tempo resulta favoravelmente para o empreendimento, seja com o não cancelamento da Licença (apenas suspensão temporária, sobrando mais tempo para resposta), seja no esforço de mudar políticas e direitos garantidos em lei, para favorecimento do projeto de industrialização capitalista na ilha de São Luís, como um todo. Todo o aparato de poder constitucional e repressor está na defesa do projeto de industrialização da área, inclusive passando por cima de direitos conquistados e garantidos da Comunidade (enquanto comunidade tradicional).

Enquanto o tempo é desigual de forma desfavorável para os trabalhadores da Comunidade quando se veem em reuniões com as secretarias, e dessas não têm suas demandas atendidas. É como se o tempo e a burocracia fosse um modo “de deixar desmobilizar os moradores, e inclusive assediar moralmente – cooptar individualmente cada morador –, e criar a falsa ideia de diálogo e conciliação.” (ARCANGELI, 2020, p. 136). “Conforme o próprio site do governo do Estado notícia, a empresa CCCC assinou acordo de investimento para a construção de um Terminal de Uso Privativo (TUP) em São Luís com a WPR, braço do Grupo WTorre”. (ARCANGELI, 2020, p. 137)

Sua construção, às margens do rio Tocantins, na Ilha Xingu – Baía do Capim - Furo do Capim –, no município de Abaetetuba/PA, vai além da área direta de construção e estruturas físicas do empreendimento no que se refere a influência que causará na região. Sendo que, segundo o RIMA apresentado pela empresa, sua construção é estratégica nas margens de rios,

e isso se dá pelas condições e possibilidades para navegação – transbordo de carga –, “podendo haver o transporte direto de um meio para outro [de terra-firme para rio], para depois serem levadas do mesmo terminal para outro destino, dentro ou fora do país” (RIMA, 2018).

Com a construção do empreendimento em determinada área, há o encontro de duas formas de gerir e organizar esse espaço – as comunidades na Ilha Xingu, ribeirinhos e quilombolas que têm suas vidas e trabalhos relacionados com o uso da terra e dos rios e lagos que são componentes de seus territórios na ilha; e de outro, grandes projetos e o planejamento do Terminal Portuário, que toma porção desse território ribeirinho na ilha. São forma de viver e usar o território que se desencontram, em momento se anulam, e num geral e constante se sobrepõem. E, constatando as políticas e incentivos – seja por discurso e propaganda, seja por incursão efetiva – a empreendimento historicamente levados a cabo na região amazônica, levam a travar constantes e longas disputas por territórios, seja para permanência e existência de um modo de vida tradicional e originário, seja para efetivação de um território do e para o capital.

O Terminal Portuário de Uso Privado em Abaetetuba é uma das representações existentes na região das ilhas que se inserem no discurso de desenvolvimento, que partem desse mesmo ponto junto a outros empreendimentos como por exemplo o Complexo industrial de Barcarena-Abaetetuba. São empreendimentos e projetos em andamento que encontram com territórios e comunidades tradicionais na Ilha Xingu, divergindo totalmente do uso e gerenciamento territorial – em conflito.

Diversos projetos são pensados a partir do discurso de desenvolvimento, onde a Cargill Agrícola S/A pode ser destacada, devido sua crescente participação no setor e cadeia produtiva de grãos. A empresa abrange serviços de armazenamento, transporte e prestação de serviços para outras empresas que participam no mercado mundial de *commodities* (com todas as cadeias e setores que fazem parte do agronegócio).

Segundo Castro et al.

As vias fluviais da Amazônia, cada vez mais, têm sido pensadas como corredores de exportação. Ao longo dos séculos, sempre foram as principais vias de comunicação, de trocas econômicas, de escoamento da produção e de bens materiais e simbólicos, visto que os espaços portuários tiveram proeminência na estrutura de comércio e de circulação de pessoas. Hoje, a diferença reside na institucionalização dos processos de intervenção por parte dos Estados e da iniciativa privada, que tem a ver com a criação de outra regionalização supranacional, de novas concepções de tempo e de espaço que reconfiguram as redes técnicas e econômicas nos circuitos globais. (2014, p. 20)

São novas formas de manter a dinâmica de mobilidade por hidrovias, ainda direcionadas para escoamento, comunicação e trocas econômicas, mas agora pautadas pela lógica da política



econômica que prioriza a exportação e industrialização do agro extrativismo. Mesma lógica que se alinha aos interesses de países capitalistas centrais, como vem a se intensificar desde os projetos voltados para o complexo agroindustrial, mais expressivamente na segunda metade do século XX, sobre produção alimentícia e de produção primária exportadora, demanda de um mercado internacional (SORJ, 1986); e a esses projetos anteriores, mas atuais e que movimentam relações de comércio internacionais do Brasil, soma-se a industrialização da agricultura, seguindo evidentemente como resultado de incentivo e imposição de função da Divisão Internacional do país como produtor de bens primários, como participação e poder de competitividade internacional.

No Pará, mesmo com o monocultivo extensivo de grãos (soja e milho) e armazenamento no município de Santarém-PA, projetos e vias rodoviárias e hidrovias (em processo de consolidação em Abaetetuba, no caso da Cargill S.A.), a presença da empresa e suas atividades estão inseridas num contexto de programas e políticas que incentivam a incursão na região para desenvolvimento industrial<sup>25</sup>.

Empreendimento pensados para a Amazônia de uma realidade externa, divergem de heterogeneidades já existentes entre regiões, territórios e entre comunidades na própria região em Abaetetuba; têm lógica de produção, desenvolvimento e interpretação do território diferentes das desenvolvidas no regime de tempo e espaço do e para o capital.

De modo estratégico do ponto de vista de escoamento e comércio internacional, pois “[...] os países compradores de soja brasileira localizam-se predominantemente no hemisfério norte [...]” (RIMA, 2010, p. 6), devido à proximidade geográfica o Terminal Portuário, e as demandas de escoamento/comércio, estrategicamente visam condições favoráveis que requer a estrutura e a finalidade do projeto/empreendimento, possibilitando rotas/meios/instrumentos, que não mais exclusivamente ou cada vez menos dependentes apenas das logísticas das estradas e ferrovias.

O que se tem foco é a valorização de rotas subutilizadas institucionalmente, que correspondam aos propósitos de comércio internacional e planos de desenvolvimento e industrialização nacionais; para fomentar setores ativos e com prestação de serviços no

---

<sup>25</sup> “[...]. Particularmente a partir de 2007, o governo vem planejando e executando políticas públicas infraestruturais (logística), em geral calcadas nos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definidos como transporte e energia. [...]” Esse Programa foi pensado e planejado com execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, com incentivo de empreendimentos para desenvolvimento acelerado e em expansão. “[...] destacam-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e a Iniciativa de Integração Sul-americana (IIRSA).” (CASTRO et al, p. 20, 2014).

comércio e setor agroexportador – escoamento de produção de grãos sólidos (soja, milho, farelo de milho).

Mas há de saber que a expansão e projetos de participação no mercado e comércio internacional a partir do setor de exportação de *commodities* – aqui minerais por rios, para atender às demandas crescentes no mercado internacional e agronegócio, já é realidade em Abaetetuba – a exemplo o Complexo industrial Barcarena-Abaetetuba já citado –, com os portos para carregamento, transbordo e posterior escoamento com barcaças em comboios e empurradores da empresa Transportes Bertolini Ltda (TBL) (prestando serviços de Mato Grosso para transporte de grãos em direção ao Porto da Vila do Conde, Barcarena), fixos numa porção do território pesqueiro na Ilha do Capim, em frente à Comunidade Santo Antônio II, com interferência direta na mobilidade e trabalho ribeirinho na área, segundo alguns moradores da comunidade.

Realidade que indica como a “dinâmica do setor de transporte configura-se como um campo de análise importante para entender o processo de globalização” (CASTRO et al, p. 17, 2014) uma vez que a atividade no setor implica na construção e transformação para comportar tal atividade, em favor do desempenho e produtividade,

justamente pelo seu papel central na circulação de produtos, pois revela os fluxos (de mercadorias e de pessoas), os lugares conectados pela globalização econômica, o volume e os tipos de produtos transportados de um lugar para outro (matérias-primas, bens transformados etc.) e as lógicas da organização internacional do trabalho e do mercado. (CASTRO et al, p. 17, 2014)

O Estado ao incentivar a iniciativa privada, como a Cargill Agrícola S.A., através de mecanismos e meios criados pelo mesmo, utiliza de sua supremacia para fazer a manutenção da gestão político-econômica sob as práticas de produção capitalistas de acumulação de capital. Além disso, sua ineficiência diante das questões fundiárias expressa a ausência de uma definição apenas para posse de terra e caracterização como produtores rurais<sup>26</sup>.

Ao exercer seu poder normatizador através das leis, o Estado se apresenta como mediador dos conflitos que emergem com a perda de direitos, especialmente no que tange aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Que fazem da apropriação simbólica do espaço um território socialmente construído, como é o caso dos agentes sociais territorializados na Ilha Xingu, tanto no PAE Santo Afonso quanto no território quilombola Nossa senhora do Bom Remédio, sobrepostos pelo território da empresa Brick na Ilha (BASTOS, 2019, p. 160).

---

<sup>26</sup> Conflitos de poder entre instituições que vem a público quando da “[...] briga violenta sobre essa questão fundiária nas ilhas por que um lado o estado diz que é dele através do ITERPA (Instituto de Terras do Pará) do outro lado a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) diz que é dela que é área federal.” (Seu Ró, trabalho de campo, 2016).

Certamente a ineficiência representa já uma funcionalidade no que se refere a viabilizar um projeto/organização em detrimento de outro. Pois, fragiliza a propriedade e territórios que são coletivos no caso dos ribeirinhos em Abaetetuba/PA – coletivos quando sua utilização e construção implicam na vida e trabalho relacionado a cada elemento e a qualidade de uso desse elemento, uso contínuo e coletivo como os rios, para mobilidade e pesca, sua influência na várzea e, por sua vez, influência na plantação de açaí e outras culturas de subsistência, e outras atividades que envolvam a memória social e identidade ribeirinha.

Estrategicamente, esses grandes projetos têm sido pensados para o Norte do Brasil, sendo que estão planejados mais 96 portos graneleiros para região. Deste total, Itaituba soma mais de 30 (RODRIGUES, 2018) e o complexo de Barcarena-Abaetetuba, mais de 16 (RODRIGUES; RODRIGUES; LIMA, 2019). Projetos que não têm levado em consideração os povos que ali vivem, assim como seus modos tradicionais e suas territorialidades. Violam direitos humanos desses povos, os quais, muitas vezes, sequer são consultados, conforme determina a Convenção 169. Via de regra, são projetos movidos pelo intenso processo de financeirização promovido pela consolidação e expansão da razão neoliberal, da qual vem encontrando apoio, legitimação, financiamento, subsídios e concessões de terras de governos. (GONÇALVES, RODRIGUES, SOBREIRO FILHO, 2019, p. 91)

A finalidade central é incentivar, a partir do fomento e presença da iniciativa privada na região, o desenvolvimento industrial em curso e pretendido mais intensamente desde o período dos governos militares, com a mecanização dos processos produtivos, dependência da indústria e insumos produzidos em países centrais na lógica capitalista, e industrialização da agricultura, tomando formas de uma agricultura capitalista que prioriza monocultivo em detrimento da diversificação de culturas, a concentração fundiária, mercado de terras e latifúndio; e assim resultando nas formas diversas e violentas que conflito agrário se expressa, principalmente sobre trabalhadores e povos tradicionais.

### Segundo Cruz

a concepção da Amazônia como fronteira revela as particularidades e especificidades de uma formação socioespacial marcada por incomensuráveis contradições resultantes dos (des)encontros de uma multiplicidade de temporalidades históricas que são, ao mesmo tempo, diferentes e desiguais e que coexistem na contemporaneidade num intenso diálogo e conflito. Esse processo resulta de diferenças radicais de sensibilidades políticas e subjetividades culturais materializadas em distintos projetos históricos dos diferentes grupos sociais que buscam afirmar suas territorialidades e identidades negando e/ou negociando a diferença. (2006, p. 67)

E essa concepção de fronteira se constitui justamente no decorrer dessa “integração” da região às iniciativas industriais, sendo desenhada a partir da sobreposição de variadas atividades diferentes. A Amazônia se apresenta como uma grande região de fronteira que foi “objeto de

diferentes movimentos de penetração: na caça e escravização do índio, na busca e coleta das plantas conhecidas como ‘drogas do sertão’, na coleta do látex e da castanha.” (MARTINS, 1996).

O conflito social expresso pela disputa territorial na região das ilhas em Abaetetuba, mais especificamente na ilha Xingu e suas comunidades, é o repertório que conforma tanto o próprio conflito – o reestruturando no próprio território – quanto a luta e resistência de ribeirinhos e ribeirinhas na ilha. Se o que define “a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social” (MARTINS, 1996, p. 27), mas não somente, mas também a intensidade e característica desses conflitos, o que acontece no território ribeirinho em questão é um exemplo de como a fronteira é constantemente o lugar de encontro e desencontro de tempos, e esses vindo inscritos nos modos de vida e territórios tradicionais, que em sentidos opostos, se encontram com projetos de territórios com outros tempos e modos de organização.

nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. (MARTINS, 1996, p. 27)

O encontro traz em questão a identificação do outro, não necessariamente fechado na concepção do desconhecido, mas do outro tempo, da outra forma de observar, pensar, memória e subjetividade. Outra maneira de viver trabalhar. A diferença é percebida no encontro da diferença, que por vezes recai no que Farias Jr. (2008, p. 12) afirma que “o que vai determinar a identidade étnica de uma pessoa, é a auto-atribuição e a atribuição por outros.”. Não é um processo passivo, é construído na interação e na autodeterminação a partir dessa interação.

Por isso conflito surge dessa diferença explícita, antes não presente em questão; e que passa a ser questionada com o encontro, e mais com a participação, trazendo o mesmo sentido quando se refere a agentes externos citados anteriormente. Que, de forma invasiva, ou a submeter regras e organizações “outras” que não a já estabelecida, direcionam o conflito iniciado pela constatação do que difere, que é externo.

É nesse jogo relacional de classificação/distinção/identificação que a identidade é construída e configurada ao mesmo tempo como inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (membros do grupo que são idênticos) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob um certo ponto de vista). (CRUZ, 2006, p. 33)

Ocorrendo uma reestruturação espacial, esse conflito passa a configurar a disputa territorial para sobrevivência e permanência do território ribeirinho, no caso dos ribeirinhos afetados por formas de produção e reprodução social que encaminhem para a subalternização, e a expulsão, de comunidades. A ameaça de novas funções (projetos portuários) mantém o conflito na medida que se forma uma resposta contrária, como resistência às novas funcionalidades e usos.

Da mesma forma os direitos adquiridos historicamente por esses sujeitos vão sendo solapados e ultrapassados por meios ilegais e até com não cumprimento de obrigações requeridas de empreendimentos nas áreas que se pretendem – ainda mais quando se trata de formas e legislações específicas por se tratar de áreas em terra-firme e meio aquático (empresas com estruturas *offshore* e *onshore*)

As formas de violações perpassam as dimensões possíveis dentro do que afirma Fernandes (2008; 2009) sobre a disputa territorial dentro da tipologia dos territórios. Ou seja, da mesma forma que os territórios podem ser construídos, interpretados e conceituados dentro de dimensões que representam a complexidade desses, as formas de espoliação desses e sua destruição ou construção também se dá dentro de dimensões bem representadas na materialização do conflito que nasce do choque entre os territórios de ribeirinhos em Abaetetuba/PA e pescadores em São Luís/MA.

Momentos em que foram desrespeitados direitos adquiridos pela Comunidade do Cajueiro, em São Luís/MA:

- Sobreposição de território quando da suposta posse de imóvel adquirida pela WPR em compra da BC3-Multimodal, supostamente proprietária anterior da mesma área que era garantida pela escritura pública de condomínio (com um total de 610,0172 (seiscentos e dez hectares, um are e setenta e dois centiares)) com a propriedade da Comunidade e concedida pelo Estado do Maranhão em 1998 para criação de projeto de assentamento, por meio do ITERMA, “área aforada pela União Federal ao Estado do Maranhão, nos termos do decreto nº 78.129/76” (ARCANGELI, 2020, p. 61)<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> “O MPMA [Ministério Público do Estado do Maranhão], inclusive, por meio da sua promotoria agrária, vê forte indício de participação de crime e falsificação de documentos públicos no processo. [...]. Segundo o promotor [Haroldo Paiva], ‘o atual proprietário, a WPR, não comprovou a propriedade da área’. Referindo-se à BC3-Multimodal que vendeu 200 hectares daquelas terras para a WPR, disse: ‘Como você tem uma propriedade com escritura pública e depois vem um particular que se diz dono da área e vende para a empresa?’. Essa venda é o principal objeto das duas ações propostas pelo MP nas esferas cível e criminal, com a participação do GAECO [Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas], que investiga falsificação de documento público, corrupção ativa e passiva, extorsão, lavagem de dinheiro e esbulho possessório” (ARCANGELI, 2020, p. 70)

- Outro ponto válido para defesa dos territórios é partindo do reconhecimento e defesa dos sítios arqueológicos, num total de 6, constatados em laudo preliminar desenvolvido pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão – manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural (IPHAN) –, vinculado à Secretaria Estadual de Turismo. Desses sítios 3 estão na Área de Influência Direta do empreendimento (área delimitada e que consta no EIA/RIMA da WPR) (ARCANGELI, 2020, p. 57)<sup>28</sup>

- A defensoria pública do Estado questiona a locação/local do empreendimento com base na vedação contida na Lei de Zoneamento vigente nº 3.253/92. No que se refere a novos empreendimentos portuários na área (ARCANGELI, 2020, p. 62)<sup>29</sup>

- Mas também se baseia na irregularidade do EIA no que se refere a expor os impactos sobre a atividade pesqueira e remoção de manguezais. (ARCANGELI, 2020, pg. 62)

- Uma questão de também grande importância foi a validade (irregularidade) duvidosa da audiência pública realizada no Comando Geral da PM, o que vai contra o regulamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), que diz que a audiência pública deve ser realizada no interior da área diretamente afetada pelo empreendimento (ARCANGELI, 2020, pg. 62)

Com uma atenção maior sobre a questão de alteração do Plano Diretor para beneficiar e expandir o perímetro da Zona Portuária de São Luís/MA

Dentre os pontos da proposta do plano diretor aprovada pelo Concid e que tornarão mais difícil a vida dos trabalhadores da cidade de São Luís, destacamos: a redução em 41% da área rural (de 20.820 hectares para 12.177 hectares), transformando-a em zona urbana, impactando os moradores das comunidades rurais que poderão ser deslocados de forma compulsória a partir da instalação de novos grandes projetos na região e passarão a ter cobrança de IPTU, e emperrará a perspectiva de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, afetando toda a ilha, desde os impactos ambientais até a produção de alimentos para a cidade; a redução da área de dunas do município em 11,5 hectares, inclusive regularizando edificações irregulares nas áreas de dunas reconhecidas pela lei atual do plano diretor (nº 4.669/2006) [...]; a transformação de parcela significativa do Sítio Santa Eulália em zona urbana (aproximadamente 50% da área), o que conflita também com a Lei Orgânica do município [...]; a redução da área de recarga de aquíferos em 162 hectares [...]; a transformação de parte significativa da Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã em zona urbana [...];

<sup>28</sup> “Essa situação foi reforçada numa audiência pública realizada na Comunidade do Cajueiro no dia 10 de fevereiro de 2016. Na ocasião, o próprio presidente do Iphan, Alfredo Costa, afirmou que outro entrave para o processo de compra do terreno pela empresa são os patrimônios culturais e sítios arqueológicos presentes na região do Cajueiro. Segundo ele, essas áreas precisam ser identificadas e registradas. Caso seja confirmado, ‘estes patrimônios culturais e sítios arqueológicos serão impeditivos para qualquer processo de transferência de terras.’” (ARCANGELI, 2020, p. 58)

<sup>29</sup> “Na proposta [...] existe uma tentativa da prefeitura [...] de converter uma grande parte da zona rural de São Luís (41%) em zona portuária, de logística e industrial. Caso se concretize essa alteração, a reivindicação pela oficialização da Resex será atingida, já que parte do perímetro da reserva extrativista deixaria de ser zona rural. No ano de 2015, a prefeitura de São Luís tentou legitimar essas alterações em audiências públicas convocadas com procedimentos totalmente irregulares” (ARCANGELI, 2020, p.191-192)

tentativa de regularizar a construção de lago de resíduos da produção de bauxita da Alumar (ocorrida em meados de 2004) em uma área da zona rural do município de São Luís (proibido pela lei atual do plano diretor) (ARCANGELI, 2020, p. 201-202)

São irregularidades que se valem da sobreposição de poderes entre os poderes do município de São Luís, estado do Maranhão e poder federal. Essa soberania dúbia que mais se manifesta ao manter em curso a entrada de empreendimentos estrangeiros, assim como os voltados para essa nova dinâmica de portos (quando se trata da regularização do Terminal Porto São Luís) como vias para exportação. Essa conflitualidade entre esses poderes que representam o agente estado, certamente beneficia diretamente o TUP São Luís e TUP-Abaetetuba, na Ilha Xingu/PA, quando da morosidade do processo – permitindo casos de aliciamento individualmente de moradores. Semelhantemente às violações na Comunidade do Cajueiro, em São Luís/MA, ações em que foram desconsiderados os direitos adquiridos coletivamente pelas comunidades na Ilha Xingu representam tanto a ação do Estado quando da sua omissão ou atropelamento de poderes sobrepondo-os, quanto da irregularidade de propriedade de terreno pela empresa e com base em informações de impacto ambiental e cultural descritos no próprio EIA/RIMA do empreendimento:

- Desconsideração dos títulos de domínio coletivo, com gestão territorial no uso comum dos recursos naturais concedidos pelo estado brasileiro e reconhecido pelo Governo do Estado do Pará em 2002 e Instituto de Terras do Pará (ITERPA), demarcação administrativa 2001/274.554. “Posteriormente as portarias da Fundação Cultural Palmares, de número 98/2007 e 63/05/2014, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID, reconhece a comunidade quilombola do Bom Remédio nas margens do rio Tocantins”<sup>30</sup> (BASTOS, 2019, p. 160)

- Novo ordenamento territorial que define a Ilha do Xingu como área adequada para a construção de porto e retroporto, através da lei 486/2016, que reordena o espaço nos assentamentos agroextrativistas da região das ilhas em Abaetetuba/PA, que passaram a ser consideradas como zonas de desenvolvimento. A finalidade foi especificar áreas nessas ilhas que sejam destinadas à implantação de projetos portuários, passando por cima inclusive de áreas de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como o PAE Santo Afonso na ilha Xingu.<sup>31</sup> (BASTOS, 2019, p. 172)

<sup>30</sup> “A institucionalização da ilha Xingu no Município de Abaetetuba, Estado do Pará, foi através da portaria de nº 37 de novembro de 2005 pelo INCRA, com área de 3.000 hectares, em nome da Associação do Projeto Agroextrativista – PAE Santo Afonso, que inclui a comunidade quilombola do Igarapé Vilar, titulada como área coletiva de uso comum dos recursos naturais” (Bastos, 2019, p. 165)

<sup>31</sup> “De acordo com a Lei nº 486/2016, de 21 de dezembro de 2016, que alterou a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006, que Instituiu o Plano Diretor do Município de Abaetetuba. Em seu capítulo II, que trata do

- A individualização da terra, dentro da área compreendida como coletiva, através da lei 13.465/2017, referente à regularização fundiária rural e urbana (REURB). Essa lei trata também sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.<sup>32</sup> (BASTOS, 2019, p. 175)

- Consulta aos povos e comunidades tradicionais sem Abaetetuba, e especificamente da ilha do Xingu acerca de construção do porto da Cargill; insistência de um processo de regularização fundiária em nome da Cargill Agrícola S.A.; áreas reivindicadas por essa empresa e o que isso representa em termos de intrusão às áreas do projeto de assentamento agroextrativista PAE Santo Afonso

- Assim como também o impacto resultante da movimentação que se dará com as embarcações e ancoragem de navios previstos para atuação diária, nesse sentido alterando de maneira direta as rotas e vias fluviais de acesso às comunidades da região das ilhas no município, especialmente o Furo do Capim (onde o empreendimento projeta infraestruturas do Terminal)<sup>33</sup> (RIMA, 2018)

Os impactos identificados e possíveis com a instalação do TUP-Abaetetuba são divididos no Estudo de Impacto Ambiental (2018) entre os meios físico (6 impactos), biótico (10 impactos) e socioeconômico (14 impactos); entre os 26 impactos negativos, 3 são classificados como “Emergencial (Risco/Acidente)”, que são “risco de acidentes de espécimes da fauna terrestre” e “risco de acidentes ou perda de espécimes da fauna aquática” dentro do meio biótico; e “aumento do risco de acidentes de trabalho” dentro do meio socioeconômico (RIMA, 2018, p. 20-21)

O que chama atenção no elencar dos impactos é a gravidade atribuída à três impactos que, referentes a esses dois meios, parecem tomar distanciamento da realidade direta das comunidades presentes na Ilha, e na região das ilhas em geral (em vista que os impactos se dão

---

macrozoneamento, define em seu artigo 32 como Zona Urbana Consolidada, espaços urbanizados ou em processos de urbanização aferindo média ou baixa densidade populacional, para fins de promover a infraestrutura e a oferta de empregos, se adequando assim aos artigos 34 e 35 desse capítulo, que trata da Zona de Expansão e Qualificação. Essas normas jurídicas desconsidera a vocação laboral dos ribeirinhos que habitam no PAE Santo Afonso na ilha Xingu, que têm seus modos de vida baseados no extrativismo, coleta de açaí, agricultura, caça e pesca.” (BASTOS, 2019, p. 173)

<sup>32</sup> “pode ser interpretada a partir das consequências negativas para os trabalhadores rurais e suas unidades de agricultura familiar de subsistência, sendo que facilita a grilagem e a regularização fundiária de terras adquiridas ilegalmente, como por exemplo as terras anunciadas pela Cargill para construção do TUP-ABAETETUBA na ilha Xingu.” (BASTOS, 2019, p. 175)

<sup>33</sup> “No total, foram identificados 30 impactos previstos para as fases de planejamento, implantação e operação do Terminal Uso Privado – TUP Abaetetuba, sendo 4 (quatro) positivos e 26 (vinte e seis) negativos.” (Ambiantare, EIA, 2018, p. 20)



pela movimentação no Furo do Capim e hidrovias da região, utilizadas por moradores e moradoras como vias acesso à cidade e entre comunidades e ilhas).

Os impactos “Risco de acidentes de espécimes da fauna terrestre”<sup>34</sup> e “Risco de acidentes ou perda de espécimes da fauna aquática”<sup>35</sup> são expostos como problemas e impactos única e diretamente relacionados ao meio biótico, e como distantes dos impactos socioeconômicos às comunidades. Quando, na verdade, já se apresenta como impacto decorrente de outros empreendimentos (advindos, por exemplo, do Complexo Portuário Vila do Conde, em Barcarena/PA).

Certamente é uma tentativa de distanciamento do pertencimento construído com o que se tem de entendimento do território tradicional na região, especialmente na Ilha do Xingu e suas comunidades tradicionais. E nessa disputa de narrativa, a imagem de comprometimento com estudo, análise e exposição dos impactos se torna mera formalidade, pois cumpre com o papel de requisitos para licenciamento dos empreendimentos, mas também máscara, em cada afirmação, a realidade dos territórios consolidados na área, assim como seus usos e consequências de ameaça à permanência e no lugar.

Por analogia a esse distanciamento pela exposição dos impactos, há também a negligência e o apagamento da existência dos riscos aos moradores e moradoras dessas comunidades quando com base no impacto “Aumento do risco de acidentes de trabalho”<sup>36</sup> (também categorizado como de elevada gravidade e permanente). Os mesmos riscos aos futuros trabalhadores do Terminal são riscos tão permanentes quanto de certo seriam para as comunidades.

Ou melhor, esses três impactos de alta gravidade são especificados e diferenciados dos demais em detrimento de outros impactos que violam os territórios, os sujeitos individualmente. Isto é, impactos como “Geração de expectativas adversas e conflitos sociais decorrentes da instalação do Terminal de Uso Privado - TUP Abaetetuba”<sup>37</sup>, “Interferência no cotidiano da

---

<sup>34</sup> Ocorrem logo imediatamente ao início das atividades geradoras<sup>34</sup>, com a “supressão da vegetação, abertura e operação das vias internas”. Esses impactos são permanentes pois seguiriam o tempo de atividades no Terminal “no que diz respeito ao risco de acidentes em função da movimentação de veículos durante a fase de operação”. (Ambientare, EIA, 2018, p. 63)

<sup>35</sup> Da mesma forma o impacto se dá imediatamente após o início das “atividades geradoras<sup>35</sup> como o processo de dragagem, disposição do material dragado e movimentação de embarcações graneleiras”; ameaça à espécimes da fauna aquática, afetando a fauna local e propiciando a redução “de indivíduos das populações naturais”. Esse risco ultrapassa a área delimitada e pretendida para construção do Terminal, desde o processo de instalação com a movimentação de embarcações pelas hidrovias da região das ilhas. (Ambientare, EIA, 2018, p. 66)

<sup>36</sup> No estudo são considerados os impactos negativos no trabalho aqueles relacionados aos trabalhadores com vínculo empregatício no Terminal, desde o início de instalação até no processo de operação efetivamente. (Ambientare, EIA, 2028, p. 88)

<sup>37</sup> “situações adversas decorrentes de uma provável convivência comunitária com pessoas estranhas, ao aumento do tráfego de embarcações, entre outras mencionadas anteriormente. Sua abrangência será regional por impactar

população do município de Abaetetuba”<sup>38</sup>, “Aumento do tráfego náutico e risco de acidentes com embarcações”<sup>39</sup> e “Interferência na atividade pesqueira decorrente de alterações nas rotas de pesca”<sup>40</sup> apesar de considerados “negativos”, não são considerados “Emergencial” (de alta gravidade), como elencado em tabela no EIA (AMBIENTARE, 2018).

Por outro lado, violam também o critério de direito e propriedade sobre a área, sendo esse o propósito de toda a forma e caminho traçado na retórica exposta no EIA/RIMA do empreendimento, na forma de ou minimizar os impactos, ou distanciar impactos que repercutem diretamente na vida, atividades e no próprio território de ribeirinhos e quilombolas em suas comunidades na Ilha.

Segundo exposto por Girolamo Treccani em seminário online “Povos e Comunidades Tradicionais afetados pelas ilegalidades da Cargill em Abaetetuba”<sup>41</sup>, ilhas de várzea sempre foram consideradas da União e, sendo a Ilha do Xingu caracterizada como uma ilha onde se faz sentir influência da maré, banhada por rio federal (aquele ou vem do exterior, como o rio

---

a população residente na AII do empreendimento. [...] o impacto se inicia quando da movimentação de trabalhadores exógenas à região. A duração do impacto será permanente, pois se estende no decorrer da vida útil do empreendimento até o ato de seu encerramento. Dessa maneira, atribui-se a magnitude alta ao impacto” (Ambientare, EIA, 2018, p. 84)

<sup>38</sup> “aumento do fluxo de embarcações em áreas utilizadas para navegação e pesca pelos ribeirinhos; geração de poeiras (materiais particulados e gases); ruídos e resíduos decorrentes das atividades construtivas e do embarque e desembarque de pessoas, equipamentos e materiais necessários à implantação do empreendimento. [...] movimentação de pessoas estranhas ao convívio da população residente no entorno direto do empreendimento e nos demais PAEs [...]. A chegada de um contingente externo de trabalhadores poderá gerar situações associadas ao aumento do consumo e venda de álcool e eventualmente de consumo de drogas ilícitas, gerando [...] um possível incremento nos níveis de violência e criminalidade nessas áreas. [...], podendo representar um aumento da prostituição e da exploração sexual de mulheres e menores. Tal cenário poderá implicar no eventual aumento de fatores de morbidades por DSTs/ AIDS e gravidez precoce. [...] localização geográfica também é determinante no que diz respeito à interferência nas áreas das comunidades inseridas na porção continental da AEL, em especial aquelas que possuem como principal vetor de ocupação as margens dos rios e igarapés inseridos em seus territórios.” (Ambientare, EIA, 2018, p. 91-92)

<sup>39</sup> “O impacto é regional, pois ocorre com a população trabalhadora envolvida diretamente nas atividades e com a população usuária dos rios, igarapés e baías da região. Ele poderá ocorrer em curto prazo, pois pode ocorrer logo no início dos primeiros movimentos para a implantação do empreendimento. Ele é permanente, pois compreende toda a vida útil do empreendimento. Consequentemente, a magnitude do impacto é tida como Alta” (Ambientare, EIA, 2018, p. 109)

<sup>40</sup> “a partir da análise das rotas prioritária das embarcações envolvidas na implantação e operação do empreendimento, somado às áreas de intervenção direta e inserção de elementos físicos, próprios da construção da infraestrutura portuária, que imporá obstáculos físicos à rota utilizada pelos ribeirinhos para execução da atividade pesqueira durante a fase de obras. [...], eventuais alterações na qualidade da água e geração de ruído e vibrações na água, em função do aumento da movimentação de embarcações, podem interferir com a distribuição da Ictiofauna na ADA do empreendimento. [...], o aumento do tráfego de embarcações na hidrovia e as atividades de carregamento hidroviário dos navios, o fundeio das barcas e o impacto direto do funcionamento dessas embarcações (ruído e vibração), poderão eventualmente, gerar interferências nas atividades pesqueiras, modificando as rotas pesqueiras atualmente utilizadas pelos pescadores locais e produzindo efeitos nas condições da fauna aquática (afugentamento, procura por outros habitats)” (Ambientare, EIA, 2018, p. 114)

<sup>41</sup> Evento transmitido via Youtube no dia 1 de abril de 2021, às 10h, com debate sobre os impactos causados pela instalação da TUP da multinacional Cargill agrícola S.A. na Ilha Xingu, no município de Abaetetuba/PA, também discutindo sobre a apropriação irregular de terras que são tradicionalmente ocupadas por quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assentados e pescadores a região. o Seminário foi uma realização do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Naea.

Amazonas, ou de outros estados como o rio Tocantins etc.), “onde está o PAE Santo Afonso [na Ilha Xingu], à luz da Constituição Federal, artigo 20 inciso (§) 4, trata-se de um bem público federal, bens da União”.

Na Portaria SPU 89, de 15 de abril de 2010 tem-se o seguinte discorrido por Treccani (NAEA, 2021):

Art. 2º. O Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS poderá ser outorgado a comunidades tradicionais que ocupem ou utilizem as seguintes áreas da União:

- I- Áreas de várzeas e mangues enquanto leito de corpos de água federais;
- II- Mar territorial;
- III- Áreas de praia marítima ou fluvial federais;
- IV- Ilhas situadas em faixa de fronteira;
- V- Acrescidos de marinha e marginais de rio federais;
- VI- Terrenos de marinha e marginais presumidos.

§1º. As áreas da União elencadas nos incisos I e V deste artigo são consideradas indubitavelmente da União, por força constitucional, e sobre elas qualquer título privado é nulo (grifos do autor)

Sendo por isso, desde o estabelecimento dos TAUS até às características da área pretendida pela empresa, e correspondente a ilha, o obstáculo primordialmente anteposto para qualquer reivindicação e posse privada/individual da porção que a empresa até então já delimitou como propriedade.

Também, por isso, a Cargill Agrícola S.A. se compromete a provar quando afirma que “fez aquisição do terreno de maneira regular, com atos jurídicos perfeitos e concluídos com manifestações e aprovações de todas as autoridades competentes para tal”, com base no que diz matrícula nº 2.675 – registrada no Cartório do 1º Ofício de Abaetetuba. Livro nº 2, Ficha 001, de 3 de junho de 2003 – que diz que a propriedade adquirida era, anteriormente, de posse particular, e que essa propriedade foi repassada como particular por concessão da Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Enfim, a propriedade adquirida pela empresa se localiza no Furo do Capim, que está na Ilha do Xingu, assim como parte da Ilha do Capim. “Em 2003 a propriedade da área adquirida pela Cargill era de propriedade individual segundo a matrícula nº 2.675, concedida pela prefeitura municipal de Abaetetuba/PA, quando a prefeitura não era proprietária da ilha” (TRECCANI, NAEA, 2021)

Na medida em que a área não era nem propriedade da Prefeitura, e menos era uma propriedade particular – pois a prefeitura não detinha poderes de posse para repassar as terras/ a área para terceiros –, a propriedade adquirida pela empresa para construção do porto se mostra

irregular, e por isso a matrícula nº 2.675 foi encerrada pois, não gera efeito jurídico, devido sua titularidade ser da União, não do município, ou do estado. Assim, segundo a matrícula nº 6.409 – registrada no cartório do 1º ofício de Abaetetuba, livro nº 2, ficha 001, em 17 de abril de 2020 – designa que uma porção da Ilha Xingu onde está o PAE Santo Afonso é propriedade da União, em que o

terreno dentro do perímetro da Ilha de Santo Afonso, sem sede municipal e localizado em zona onde se faz sentir a influência de marés, sendo, por força constitucional (inciso IV do Art. 20 da CF/88 c/c; art. 1º, incisos “c”, do Decreto-Lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946), de domínio inequívoco da União, em obediência ao Art. 2º, inciso III, IN 02/2018, onde reza “III - Áreas de domínio indubitável da União: são aquelas cujas características físico-ambientais e identidade espacial, por si, são suficientes para vincula-las ao domínio patrimonial da União Estabelecido no Art. 20 da Constituição Federal de 1988. Por tais características inerentes, decorre a prescindibilidade do processo de demarcação”, por força do art. 20, da Constituição Federal C/C Art. 1, c, Decreto de Lei 9.760/46, a União detém a dominialidade e é senhora e legítima possuidora do terreno, tendo em vista se tratar de ilha fluvial sob influência das marés [...] (grifo nosso) (TRECCANI, NAEA, 2021)

Sendo a Ilha do Xingu patrimônio da União (como seu patrimônio), e sendo também destinada às comunidades tradicionais que ali vivem segundo sua condição de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Treccani (2021) afirmam então que o direito da Cargill não é válido, quando o documento que comprovaria a propriedade sobre a área foi concedido pela prefeitura de Abaetetuba/PA, que nunca foi proprietária da área; logo nunca poderia ter recebido ou teve direito de receber o documento da prefeitura que, por sua vez, nunca poderia ter emitido o documento.

População tradicional tem direito de ser consultada para qualquer coisa que lhe diga respeito: querem alterar o PAE, tem que consultar; a prefeitura quer dizer como disse no processo que está de acordo para realização de atividades e empreendimentos na área, tem que consultar. os moradores da ilha são os únicos e legítimos donos da área. (TRECCANI, NAEA, 2021)

E, de acordo com documento e ação de cooperação entre SPU e INCRA (Acordo de Cooperação Técnica SPU/INCRA – 2005), esse direito se vê garantido dentro das “ações de regularização fundiária, ou a criação de projetos de assentamentos agroextrativistas, ou outras modalidades adequadas ao ecossistema amazônico, destinados às comunidades tradicionais locais” (TRECCANI, NAEA, 2021). Já que estas ilhas são da União, a SPU mantém sua obrigação de gestão sobre essas.

Nessa perspectiva, o PAE, criado em 30 de julho de 1987 pelo INCRA – portaria INCRA/P/Nº 627 –, designa essas ilhas com as características citadas como

I - Destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas  
 II - Estabelecer que a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista.

A norma em vigor hoje:

PAE “é um projeto ambientalmente diferenciado, com direito às populações que tradicionalmente ocupam a área.”

A partir do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, são inseridos entre os projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados:

Art. 10. Nos projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados, o processo de seleção será restrito às famílias que já residam na área, observadas as vedações constantes do art. 7º Parágrafo único. Serão consideradas ambientalmente diferenciadas as seguintes modalidades de projetos: I - Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) - projeto destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, mediante atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem tradicionalmente a respectiva área; (TRECCANI, NAEA, 2021)

Afinal, a subalternização desses territórios de comunidades tradicionais, de ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu em Abaetetuba/PA, e pescadores na Comunidade do Cajueiro, em São Luís/MA não se apresenta como resultado indesejável ou aleatório quase como elemento surpresa que não foi imaginado e considerado de ocorrer (tanto o é que no EIA/RIMA da Cargill Agrícola S.A. considera-se como impacto positivo a presença do TUP). Mas é como condição necessária e comum na expansão do agronegócio no campo brasileiro e suas regiões; assim como dentro da relação de interação da sociedade tanto no rural quanto no urbano, entre trabalhadores do campo e assalariados na cidade.

Da mesma forma é condição não apenas para expansão do agronegócio, mas para sua permanência, em vistas que a subalternização se dá de diversas formas, podendo ser violência física direta, contra a pessoa, contra o território, contra o modo de vida e trabalho no território tradicional, pelo distanciamento dos centros de poder (hierarquizados dentro dos estados, municípios etc.), onde se fazem presentes os aparatos de manutenção de poder e comercialização etc. Certamente para manter a alternativa de organização da sociedade – e denúncia – distante dos centros de poder decisório político-econômico, a fim de preservar os territórios do capital, agronegócio e hegemonia capitalista.

Sendo o Estado, um instrumento para a adequação das leis de acordo com os interesses distintos do capital, expropriando terras tradicionalmente ocupadas e condicionando os povos tradicionais a uma vida indigna de sua existência no mundo social da várzea. Essa desestrutura territorial é formulada, externamente de maneira intencional e é, sobretudo uma estratégia do capitalismo global para assegurar o abastecimento das principais metrópoles do mundo, com alimentos e minérios. Por isso ter o controle

sobre o conjunto do Estado-nacional torna-se imprescindível, pois essa relação de poder simbólico vai adequando seus interesses as políticas e planos governamentais, através de mecanismos da ordem jurídica estatal, inclusive na sobreposição dessa ordem (BASTOS, 2019, p. 180)

Como essa reprimarização, pretendida para um desenvolvimento e inserção à dinâmica econômica dos centros hegemônicos, promove e mantém a subalternização, a partir da supressão do território camponês, de territórios camponeses e mantém o país na condição de periferia capitalista, sendo assim contraditório ao seu intento e com participação da elite nacional na manutenção dessa condição e função na divisão internacional.

Pensar as possibilidades de potencializar a produção em larga escala de *commodities* em porções do território, sendo produção primária, seria inviável. Nesse sentido pode-se inferir ao que Mendonça (2018) afirma sobre a ação do agronegócio a partir também da Renda Diferencial da Terra I e II.

Quando a renda da terra pressupõe a apropriação, o monopólio de “uma porção do globo terrestre, como propriedade privada. Essa propriedade fundiária se concretiza em valor quando acontece a transformação da apropriação do trabalho abstrato em lucro ou renda da terra. A renda fundiária então é formada pela apropriação da parte do lucro ou do preço da mercadoria pelo proprietário. (MENDONÇA, 2018, p. 96) A renda diferencial vem a ser elementos que permitem condições mais favoráveis aos capitalistas de aumentar a taxa de lucro ou sobrelucro; este que vem “do emprego de uma força natural monopolizável e monopolizada pelo capital.” (MARX, Livro III Tomo II, 1985 *apud* MENDONÇA, 2018, p. 96). Em que essa força natural é a “base natural” para elevação da produtividade do trabalho, para formação de valor a partir da forma-mercadoria e a relação dialética entre valor de uso e valor de troca. (MENDONÇA, 2018, p. 97)

Porém com a monopolização desses territórios é quando já reside o problema e conflito por essa porção do globo, para produção capitalista, que é o território construído e a ser disputado entre comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais da região. A propriedade privada da terra no capitalismo adquire papel de *produto* na agricultura capitalista através da busca de realização do valor na relação capital-trabalho, através do solo-mercadoria (VERGOPOULOS, 1977, p. 45), onde a exploração da renda na agricultura traz consigo a instalação de um dispositivo que possibilite recuperar o máximo de sobretrabalho camponês, por processos próximos da acumulação primitiva. (VERGOPOULOS, 1977, p. 45 *apud* MENDONÇA, 2018)

Podendo ser essa exploração do trabalho camponês a partir do seu território, ocorre a valorização da porção da terra como para potencializar a produção exploração do trabalho/território num conjunto de territórios. Ou seja, vários territórios, não necessariamente mesma comunidade/grupo – ribeirinhos, quilombolas, indígenas etc. –, são explorados e não necessariamente da mesma forma – com mesmo instrumental de ação ou objetivo direto –, mas para o mesmo fim de exploração e expansão do modo capitalista de produção, que “depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção.” (MARTINS, 1986, p. 158)

E essa exploração se dá tanto pela precarização do trabalho familiar realizado, quanto pela concentração de terras, expropriação dessas comunidades e/ou precarização do próprio território no que se refere às condições de vida que se tornam insustentáveis.

A forma de propriedade ou a forma-mercadoria como totalidade definem o modo de produção agrícola; mas esse tem particularidades no modo de produção capitalista, o monopólio da terra assume certas particularidades no modo capitalista de produção, que segundo Kostas Vergopoulos decorre da *raridade relativa do fator terra*, que “é entendido como força produtiva que não provem do trabalho humano, mas que possui a capacidade de aumentar a produtividade do trabalho” (MENDONÇA, 2018, p. 98-99)

Segundo Martins (1986)

O capitalista precisará, ainda, empregar ferramentas, adubos, inseticidas, combinados com força de trabalho e os objetos de trabalho, além da própria força de trabalho, é que são o verdadeiro capital, capaz de fazer a terra produzir sob o seu controle e domínio. O pagamento da renda da terra representa, pois, uma irracionalidade para o capital. Isso não quer dizer, entretanto, que a apropriação da terra pelo capital impeça a sua utilização segundo critérios capitalistas. A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. (MARTINS, 1986, p. 162)

Ao monopolizar a terra, ter a propriedade de uma porção do solo/globo, o capital pode potencializar ou direcionar o trabalho e produção que se dá nessa porção. Potencializar quando se relaciona a atividades não territorializadas e presentes diretamente na porção específica, mas potencializando outras atividades que de alguma forma se utilizam de serviços presentes ou prestados por atividades nessa nova porção do globo monopolizada – essas atividades podem ou não estar territorializadas com estruturas físicas de empreendimentos/projetos/atividades.

E nesse sentido especificamente, tanto a Cargill Agrícola S.A. como o Porto São Luís, como exposto no EIA/RIMA e pesquisas realizadas sobre os empreendimentos respectivamente, visam potencializar suas atividades com a expansão de sua área de atuação,

seja pela possibilidade da continuidade do transporte direto para exportação centralizadas nas atividades da Cargill (desde os portos de Porto Seguro/RO e Santarém/PA), ou seja de uso do corredor logístico para transportar e escoar produtos agrícolas, dentro da nova dinâmica do Arco Norte e mercado de produtos agrícolas (desde transporte de outros estados pelas rodovias incentivadas pela multinacional).

O emprego de instrumentos (ferramentas, adubos, inseticidas, força de trabalho, objetos de trabalho etc.) para potencializar a produção/trabalho numa propriedade são determinantes para a produção e determinados com a potencialidade que a terra pode fornecer a essa produção. Se estrategicamente é viável a implementação de capital na terra para potencializar a produtividade.

Assim funcionam “as forças produtivas como fertilidade do solo, fontes de água e outros elementos da renda diferencial da terra; funcionam como fatores que podem servir de *compensatórios* ou *contrariantes* para minimizar a contraditoriedade/contradição na composição orgânica do capital ou na relação entre capital constante ou variável”. (MENDONÇA, 2018, p. 99). A essas condições estratégicas a serem analisadas são relacionadas a Renda Diferencial da Terra I e II.

Marx, para a renda da terra, determina dois tipos de Renda Diferencial da Terra, onde a Renda Diferencial da Terra I está para a fertilidade e localização da terra, e considerando mesma extensão de terras para as propriedades e com mesmo investimento de capital; e a Renda Diferencial da Terra II, que tem os mesmos fatores que a primeira renda, somando o fator de um valor diferenciado de investimento de capital afim de aumentar a produtividade do trabalho. Sendo que as duas rendas diferenciais são interligadas, pois a proporção de capital investido vai ser de acordo com a aplicação nos melhores solos, de acordo com a lógica de produção na agricultura capitalista. “Isso significa que a Renda Diferencial I pressupõe diferenças na distribuição de capital (e na capacidade de crédito); ao mesmo tempo em que, acrescentando-se a Renda Diferencial II, o resultado faz com capitais investidos no solo deem resultados ou produtos desiguais” (MARX, Livro III, Tomo II, 1985, p. 167 *apud* MENDONÇA, 2018, p. 99-100)

Estes elementos (Renda Diferencial da Terra) explicam as determinações sobre e para a apropriação da renda da terra como uma parte da contradição capitalista de crise-acumulação. Com a expansão do agronegócio como modelo de agricultura extensiva, maiores são os investimentos industriais para as propriedades de maior potencial de produtividade, o que acarreta a queda/diminuição da renda da terra, já que as propriedades menos férteis/de menor



capacidade de potencializar a produtividade são retirados do “mercado regulador da taxa de lucro”, que por sua vez diminui a produtividade das mais produtivas. (MENDONÇA, 2018)

Nessa política inerente ao modelo de industrialização da agricultura capitalista, os territórios e comunidade/grupos tradicionais inserem-se como sujeitos que disputam com os empreendimentos e projetos de produção/desenvolvimento econômico pensado nacionalmente e engendrado regionalmente em territórios que, inseridos de forma desigual nessa disputa, ou são destruídos em sua organização ou levados gradativamente a incorporação na produção para o agronegócio – como projeto de expansão e consolidação capitalista no campo e agricultura.

### 3. TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Formas de encontro pela identificação são formas características na fronteira, principalmente quando ocorre risco e ameaça à vida e existência. Ou melhor, é quando resistir é o elemento que unifica dentro de um contexto de ameaça que se dá no cotidiano dessas comunidades, no trabalho, mobilidade, memória coletiva. São “voltadas a mitigar ou rejeitar demandas feitas pelas classes superiores ou a levar adiante reivindicações com relação a tais classes”, que representam ameaça e negam a heterogeneidades na região de fronteira, assim como negam a existência das comunidades, e sua autonomia enquanto moradores.

Também o imediatismo, geralmente pautado pela urgência da situação em permanecer no território e ver suas demandas atendidas e vidas consideradas, não finaliza em si a ação cotidiana de resistência. A preocupação com base em experiências de ação por empreendimento nos territórios é presente e base para mobilização em muitas comunidades além da Ilha Xingu e Comunidade Cajueiro. O que mobiliza tanto comunitários ribeirinhos e pescadores, mobiliza movimentos sociais locais, como o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA), com ativa presença da igreja católica pela Cáritas Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, colônia dos pescadores, movimentos através do “Grito das Águas” (manifestação contra os grandes projetos nas ilhas), assim como organização de trabalhadores e estudantes ribeirinhos, pescadores das ilhas, e outros.

Por isso, o caráter de urgência é existente, mas não restringe a ação, seja pela mobilização nas próprias ilhas e comunidades, com assembleias, reuniões e ações na região circundante, seja com mobilização e participação desses sujeitos em instituições de pesquisa, igrejas, ONGs e universidades. Que caracteriza, também, a “história do recente deslocamento da fronteira [que] é uma história de destruição”, com os territórios saqueados e modos de vida tradicionais e originários ameaçados e violentados, “Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança.” (MARTINS, 1996, p. 26)

O conflito e a conflitualidade, expressas contraditoriamente e paradoxalmente na lógica capitalista – seja na organização e produção do espaço, na gestão de territórios, nas políticas públicas e sociedade –, são expressões dessa disputa entre tempos diferentes e divergentes; que apesar da diferença e hierarquia social determinada na possibilidade de exercício de poder, ao lado das instituições de manutenção desse poder de decisão e ação, não impede a existência desses sujeitos e de sua organização, mesmo que marginalizados – e certamente até por isso se mobilizem na reivindicação como modo de resistência aos empreendimentos, multinacionais

Por isso esses movimentos mantêm em sua agenda de luta e resistência a imprescindibilidade do território autodeterminado para a reprodução da vida desses sujeitos. Construindo então uma noção e conceito de território a partir das abordagens desses sujeitos, da leitura desses mesmos sobre si. Enquanto produtores rurais que produzem num regime familiar, caracterizado na literatura como unidade camponesa de produção, como produção não-capitalista. Um território que não é dissociado do trabalho e vida, e conformado e transformado constantemente na luta de resistência, que faz parte do que passa a ser o território do campesinato no Brasil, e inserido na continuidade de expansão e industrialização da economia perpassada pela agricultura capitalista (repercutindo na produção camponesa).

Sobretudo um território que contém em si, em sua formação, a identidade de um grupo/comunidade assim como o meio que permite acesso a outros direitos relacionado à saúde e educação, por exemplo. O território camponês se apresenta como produto da luta e formação de um grupo/comunidade camponesa, assim como o que produz e possibilita a existência desses sujeitos, em seu modo de vida e de produção de subsistência, seja pela terra-firme, pelos rios e/ou várzea.

Como todo processo de disputa por um território, os momentos exatos e explícitos de confronto podem ser expressos na mesma medida de complexidade que o conflito se apresenta. Ainda mais quando os instrumentos tendem a beneficiar mais um lado de um dos agentes envolvidos; sejam instrumentos jurídicos, econômicos, políticos e entre classes sociais, legislativos e referentes a soberania, por isso, nas várias dimensões da luta político-social segundo já elencou Fernandes (2009).

Certamente esses instrumentos se dão pela força e violência que ameaça a vida e os territórios. Esse instrumento se organiza sem dúvida dentro das dimensões sociais: através da incursão de empreendimentos condizentes com a política econômica do agronegócio no país; do aparato jurídico e legislativo em prol de licenciamentos e/ou supressão de direitos conquistados por movimentos sociais; como expressão da diferenciação entre classes (que por sua vez é a que representa comumente os ganhos de causas substanciais e historicamente desiguais); para montar ou operacionalizar enfim a favor de uma soberania da elite nacional mais representada por uma elite internacional (com poder de ação e posse sobre os aparatos de repressão).

Nesse sentido, entender o território requer uma análise sobre as relações que se dão no território e que esse pode formar/construir. Relações sociais e classes sociais não são alheias aos territórios, pois essas os constroem e pelos territórios são construídas/moldadas, por isso, considerando as relações que se dão entre classes sociais, nas relações de trabalho que, por sua

vez, são diferentes regionalmente também entre diferentes sociedades, correto é afirmar que os territórios também são diversos e múltiplos.

Por isso não é só importante falar sobre o território, mas delimitar de que território se trata a análise, e a relação entre territórios; que se sobrepõem em diferentes escalas, com usos distintos de acordo com o papel/função/relações sociais na qual foram construídos, formando multiterritorialidade – mostrando que tipologia de territórios e multiterritorialidade são objetos diferentes, em que o último parte do primeiro. (FERNANDES, 2009)

Essa multiterritorialidade parte de princípios básicos da funcionalidade do tipo de território, e por vezes ela conforma novamente o tipo do território. Ou seja, a funcionalidade conferida e presente pela multiterritorialidade, apesar de partir de um tipo de território, ela é capaz, depois de formada, moldar e relativizar o tipo de território que, posteriormente, pode vir a mudar novamente a funcionalidade pela multiterritorialidade.

Certamente essa condição e processo fica evidente nas formações dos territórios para empreendimentos e projetos portuários e terminais, que são na verdade territórios construídos para essa função, através dos complexos industriais que ocupam extensões para além de limites estatais, abarcando comunidades tradicionais. Ainda mais quando se compara o uso de territórios através da ocupação de áreas de comunidades tradicionais como nas comunidades na Ilha Xingu e Comunidade do Cajueiro, em que a transformação do território pelo capital se dá pela monopolização desses territórios para industrialização e setor de produto agrícolas (assim como minero-metalúrgico, hidrelétricas etc.); na potencialização da participação no mercado global de *commodities*, com escoamento de produção no setor do agronegócio.

Na afirmação de que o capitalismo produz modos não-capitalistas de produção/relações, a ideia é que os territórios na lógica capitalista passem a dar continuidade na formação de territórios não-capitalistas (FERNANDES, 2008). Isso pode ser explicado ao levar em consideração as noções da relação capital-trabalho em Marx, onde o trabalho exercido e que produz valor é parte da relação social de produção em si, que pode ser voltada para produção de valor na forma-mercadoria, e que isso pode ocorrer com o *desenvolvimento das forças produtivas*, que assim expõe a finalidade da relação de produção: expansão capitalista e acumulação de capital; e isso, por sua vez, caracteriza o território voltado para o capital, um território capitalista, mesmo que por meio da exploração da mão de obra não-capitalista (não mediada pelo assalariamento), mas através da acumulação primitiva do capital.

Conferindo e expressando o caráter contraditório que é a necessidade da lógica capitalista, que gera consigo a conflitualidade expressa pela disputa por territórios, e, de forma desigual e devido ao caráter multidimensional do território, perpassa além do âmbito

econômico, mas político, teórico e ideológico. Por isso podemos concordar que “O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.” (FERNANDES, 2009, p. 201)

Semelhantemente ao que se percebe com as iniciativas de empreendimentos portuários em territórios que são tradicionais, mas que de acordo com determinada essência do conceito de território é projetado para fomento de empreendimentos que por sua vez podem aproveitar vantagens locacionais inerentes a esses territórios – que dessa vez não são mais vistos como territórios tradicionais, mas como porções de terras que são uteis num critério de expansão da política econômica no agronegócio.

Enquanto as “propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas formam o segundo território” (FERNANDES, 2009, p. 208) representam os territórios caracterizados como *segundo território*:

O território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, o que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais. (FERNANDES, 2009, p. 209)

E se os sujeitos, uma classe/grupo social, entre as relações sociais constroem seus territórios, a desapropriação/destruição desses territórios acarreta o fim da existência desses primeiros, pois suas relações foram construídas e moldadas simultaneamente a partir e internamente a esses territórios consolidados nas relações entre indivíduos e entre classes (dentre os conflitos, como no caso estudado). Por isso a luta pelo território é uma luta pelo direito de existir, de trabalho, de produção, logo, subsistência.

O *terceiro território* “nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano”. Se apropria da ideia jurídica presente no segundo território, porém sem tornar o jurídico imprescindível para a construção e concepção de território, pois esse está intimamente relacionado ao seu uso:

O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se

apropriada dessa condição, mas não está subordinada a ela. [...]. O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro territórios com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios. (FERNANDES, 2009, p. 210)

Por isso na luta pela defesa dos territórios tradicionais de ribeirinhos e quilombolas em Abaetetuba/PA e na Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA perpassa o direito adquirido de posse sobre a área e enquanto território delimitado de propriedade coletiva; mas não se resume ou se limita a esse marco, mas tem histórico de sua formação pautada inclusive pela coletividade na luta e compartilhamento de ações entre comunitários (que se veem sob ameaça constante de agentes diferentes e em momentos diferentes na história das comunidades).

Quer dizer, a mobilização nas comunidades e sua organização para ação/reivindicação está guiada pelos marcos jurídicos de comprovação do território, justamente pelo seu caráter de autenticidade e validade de direito adquirido. Mas igualmente relacionados ao saber da comunidade, ao trabalho e sociabilidade entre os moradores das comunidades que entre gerações e moradores, constroem seus territórios no contexto da convivência e até disputa ao se entender esse mesmo território.

O território imaterial é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão. [...] Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think tanks*. É impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios. (FERNANDES, 2009, p. 211-212)

Em contraste, se tem os empreendimentos projetados pensando e formando territórios sem a presença dessas pessoas que, ocupando tradicionalmente e historicamente a área, são negligenciadas no que tange a decisão sobre o uso e finalidade do espaço e, conseqüentemente, ao tipo de território que se consolida ou permanece. A disputa, que passa do campo de ideias e pensamentos, se concretiza materialmente na violação de direitos e violência sobre corpos e territórios.

Nesse sentido, e em contraposição também, essas pessoas que são levadas a ser negligenciadas na parte decisória sobre a área, se organizam e reivindicam tanto juridicamente – principalmente quando a incursão desses empreendimentos se dá arbitrariamente e sob diversas formas ilegais como já explicitado sobre os empreendimentos portuários – quanto através de trazer à tona a condição de seus territórios como tradicionais e condizente com

normas do estado inclusive. Que quando violadas denunciam o caráter ilegal dos próprios empreendimentos e agentes externos que entram na área.

### 3.1 Luta e Resistência na Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA.

Caracterizada como comunidade tradicional, a Comunidade do Cajueiro está inserida no projeto de Reserva Extrativista Tauá-Mirim. Assim como também é uma das 12 comunidades tradicionais dentro da Zona Rural II em São Luís/MA; com atividades voltadas para o extrativismo, pesca e criação de animais a comunidade está majoritariamente organizada em núcleo familiar e de cooperação entre essas famílias, assim como no exercício da agricultura em pequenos roçados.

Muitas atividades são realizadas em comum, como a pesca e os mutirões para os roçados. Parte dos grupos tem sua origem social ligada às comunidades negras de Alcântara, Bequeimão, Anajatuba. Dentre outros municípios da Baixada Maranhense e ao processo de escravidão no Maranhão” (ALMEIDA *apud* ARCANGELI, 2020, p. 55)

De acordo com o Boletim Cartografia da Cartografia Social (2018, p. 3), essa comunidade possui núcleos dentro do “território do Cajueiro: Morro do Egito, Cajueiro, Guarimanduba, Andirobal e Parnauçu”, esse último caracterizado como a área onde está prevista para aquisição pela empresa WPR e construção do Terminal Porto São Luís. Caracterizado assim “através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Portanto, o desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade” (GEDMMA, *apud* SANTOS, 2018, p. 103).

Em área geral, a Comunidade do Cajueiro é um território com um total de 610,0172 ha (seiscentos e dez hectares, um are e setenta e dois centiares) com áreas na Área do Itaqui-Bacanga e dentro da Gleba Tibiri-Pedrinhas, aforado pela União do estado do Maranhão (Decreto n° 78.129/76), segundo Arcangeli (2020); sendo esse o documento de comprovação para reconhecimento do território da comunidade como um assentamento rural do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA).

No Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT há registros de conflitos com a Comunidade do Cajueiro desde o ano 1998. Inicialmente, na época, o estado do Maranhão, por intermédio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), transferiu o domínio útil das referidas terras, em regime condominial para os moradores do Cajueiro, numa dimensão de cerca de 610 mil hectares, conforme as disposições da lei estadual n.º 3.840/77, para fins de implantação de um projeto de

assentamento. O território incidia na Gleba Tibiri-Pedrinhas, de propriedade da União Federal e aforado ao Estado do Maranhão. (CPT, 2019)





Com aproximadamente 350 famílias vivendo na comunidade do Cajueiro, as atividades exercidas giram em torno principalmente da pesca, forte agricultura familiar e criações de animais, assim como a coleta de mariscos. Atividades que são desenvolvidas na Zona Rural da ilha por outras comunidades também que integram a área que são: Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, Vila Cajueiro, Portinho, Ilha Pequena, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim. E são justamente essas comunidades que, conjuntamente e frente às incursões dos empreendimentos na área, reivindicam desde 2003 a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim – requerendo seu reconhecimento há mais de uma década, segundo o Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências (2018, p. 3)

Como é possível observar no mapa do território da Comunidade do Cajueiro, há duas propostas de criação da Resex, uma delimitada e requerida pelas comunidades Vila Maranhão, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Anandiba, São Benedito, Vila Conceição, Parnauçu (Cajueiro), Madureira e Camboa dos Frades, e outra negociada após laudo desenvolvido pelo ICMBio, em 2007. Em contraste, a formação da Resex está pautada justamente na proteção e asseguramento dos territórios dessas comunidades, entre elas a Comunidade do Cajueiro, há a discordância acerca da delimitação da reserva por parte das comunidades (contrárias à delimitação realizada após o laudo).

Inserida no grupo referente a Unidades de Uso Sustentável – objetivo particular de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais –, sua utilização é direcionada à exploração por populações extrativistas tradicionais, em que as atividades de exploração da área sejam referentes a sua subsistência pelo extrativismo, de modo complementar pela criação de animais de pequeno porte e a agricultura, segundo Arcangeli (2020, p. 176-177), sobre a caracterização da Unidade seguindo o artigo 18 da Lei Federal 9.985/00 (que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Meio Ambiente - SNUC)

O processo de construção da Resex passou por impasses que, ora burocratizaram a constituição da reserva, ora não foi aceito pelas comunidades em questão por não atenderem todas as suas principais reivindicações. O processo nº 02012.001265/2003-73, de 22 de agosto de 2003 foi referente à construção da Reserva (ARCANGELI, 2020), e a partir de então várias foram as medidas e ações para viabilização da Resex.

A formação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim foi uma articulação inicial da Associação de Moradores das comunidades Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro e Cajueiro, com solicitação ao IBAMA em 2003 – solicitação realizada diretamente ao Centro Nacional de

Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/IBAMA) (ARCANGELI, 2020, p. 184)

Sobretudo laudos e audiências com os moradores da área pretendida para a Resex foram realizados – vocação ecológica da área, assim como a vocação social para a finalidade de reserva extrativista. Ficou então definido no ano de 2006 pelo IBAMA, segundo Arcangeli (2020, p. 185), uma área total de 16.663,55 hectares “ao sudoeste da Ilha da São Luís, que incluía as comunidades: Cajueiro, Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão, Amapá, Embaubal, Portinho, Jacamim, Ilha Pequena e Tauá-Mirim”.

Logo depois, em outro momento, durante assembleia pública final para decidir sobre a aprovação da RESEX, outras comunidades reivindicaram participação/serem incluídas na área da RESEX, inclusão que foi acatada após ser deliberada. Essa solicitação foi realizada após a conclusão dos laudos e visitas técnicas, e durante a última audiência pública de aprovação da Resex; quando as comunidades da Ilha de Tauá-Mirim – as comunidades Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Embaubau, Amapá e Tauá-Mirim – requereram participação a serem incluídas na Reserva, dentro das normas e diretrizes que justificavam tanto a criação da reserva quanto da presença das comunidades já integradas e em questão. “A partir da deliberação da assembleia, a proposta de inclusão foi acatada. Decidiu-se, então, consultar os moradores dessas comunidades e ampliar os estudos já realizados.” (ARCANGELI, 2020, p. 187)

O que certamente sobrepõe áreas de interesse para a Zona Industrial de São Luís, com vistas que a Resex de Tauá-Mirim inclui porção da Baía de São Marcos que, utilizada como rota no Complexo Portuário de Itaqui, é de grande estratégia para os novos empreendimentos portuários, terminais e vias de exportação; mas também de interligação de entre vias projetadas para a região do Arco Norte (lembrando das conexões que se fazem e/ou são projetadas para cada via de acesso e entre projetos portuário, complexos portuários/industriais etc.).

Em 2012 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresenta proposta de desfazer sobreposições entre principalmente a área da RESEX Tauá-Mirim e a área do Porto de Itaqui, que ficou acordado na ICP nº 1.19.000.000719/2008-09, instaurado pelo Ministério Público Federal, onde ficou no acordo 3 pontos assinalados:

- 1) Exclusão da Comunidade do Cajueiro da Resex (a depender da consulta às comunidades envolvidas);
- 2) incorporação de novas áreas de manguezais, ao sul, em uma faixa que margeia o canal;
- 3) as áreas dos portos da Alumar e do Itaqui seriam completamente excluídas, bem assim aquelas onde verificada a extração mineral para a construção civil na região do Porto Grande. (ARCANGELI, 2020, p. 188)

O que por sua vez não foi aceito pelas famílias que vivem no Parnauçu, localizada na Comunidade do Cajueiro, em que a necessidade de a comunidade permanecer dentro do projeto da Reserva acima de tudo pela sua necessidade de preservação da praia para pesca e outras atividades (ARCANGELI, 2020, p. 188). Pois o que está em questão são tanto a continuidade da comunidade em sua totalidade (com as atividades e meios de trabalho em condições de uso, dentro da atividade nos roçados até ao trabalho de pesca, nos rios); e também o direito à própria comunidade como propriedade coletiva de seus moradores – principalmente frente aos agentes externos anteriores, aos representados pelos projetos portuários e os que porventura venham a se estabelecer na área, com novas formas de exploração e incursão no território, mas ainda na tentativa de sobrepor-se às comunidades tradicionais na Ilha de São Luís.

Portanto, diante das possibilidades de novas propostas de delimitação da Reserva Tauá-Mirim e com o histórico de violação dos direitos e reivindicações dos moradores, em 2015, no dia 17 de maio, foi decidida a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, como ação e deliberação em assembleia popular ocorrida na Comunidade Taim. Como iniciativa das comunidades juntamente de suas lideranças e com apoio e participação de outros movimentos sociais. “No dia 17 de maio de 2015, numa assembleia popular ocorrida no Taim, as lideranças das comunidades, com o apoio dos movimentos sociais presentes, decidiram, diante da indefinição do governo estadual, criar, de fato, a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.”<sup>42</sup> (ARCANGELI, 2020, p. 190)

Segundo Alves (2016), o “ato de criação da Resex se constituiu num marco político importante [...] de mobilização das organizações e lideranças locais que iniciou nos anos de 1990, retomado em 2004 com a ameaça de deslocamento pela instalação do polo siderúrgico”, seguiu na pauta de defesa dos territórios na área e se mostrou como crucial para defesa de possíveis avanços futuros sobre a Comunidade do Cajueiro. Como de fato foi previsto e se concretizou em 2014 com o projeto do Porto e “com a mobilização do Cajueiro em 2015.”

O caráter de urgência na constituição da Resex de Tauá-Mirim se dá pela noção de que o território não é a parte da própria comunidade e seus moradores. Mas sim o conjunto das existências em coletividade, no lugar circunscrito e de moradia e trabalho com memórias

---

<sup>42</sup> “Naquela oportunidade, elegeram o Conselho Gestor da Resex, composto por representantes das comunidades e dos movimentos, na perspectiva de realizar uma permanente mobilização para que a reserva seja criada de forma oficial. A partir de então, várias assembleias do conselho gestor estão sendo realizadas nas comunidades que compõem a Resex com o objetivo de formar e conscientizar os trabalhadores sobre a importância da reserva extrativista e mobilizar para o seu reconhecimento oficial. [...] ampliaram-se as discussões sobre novos elementos da identidade local, como é o caso de alguns grupos que se reivindicam remanescentes de quilombos. De forma paralela, as lideranças também têm discutido um Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro para a área das comunidades.” (ARCANGELI, 2020, p. 190-191)

afetivas – ou seja, a localidade que se estabelece a comunidade em si, mais seus moradores –, se expressa como o próprio território do Cajueiro (assim como das demais comunidades).

Em função da constante ameaça aos territórios na Zona Rural da Ilha de São Luís, defender as comunidades através da Reserva foi um caminho adotado a longo prazo, e considerando direitos já existentes e adquiridos certamente devido ameaças constantes e já presentes a tempos na região.

Desde final da década de 1980, aproximadamente, o Cajueiro vem sofrendo ameaças de deslocamento compulsório em decorrência da instalação de um pólo siderúrgico na área, que instaurou sentimento de insegurança nos agentes sociais tanto do Cajueiro como das outras comunidades que compõem o território. A partir de 2014, o direito de permanência dos agentes sociais em seus territórios passou a ser ameaçado mais intensamente pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. (Boletim Cartografia da Cartografia Social: Uma Síntese Das Experiências, 2018, p. 4)

Da mesma forma que o Porto São Luís ameaça a Comunidade do Cajueiro, o polo siderúrgico se mostrou ameaça à existência e permanência dos territórios tradicionais na Ilha. A semelhança se mantém para além da incursão de projetos que requer expansão da zona industrial/portuária da Ilha, mas também se apresenta na forma de defender esses territórios. Somando-se a RESEX desde 2003, nasce em 2004, segundo destaca Arcangeli (2020, p. 180) o movimento “Reage São Luís” de “resistência direta ao projeto com participação das comunidades envolvidas [Vila Maranhão, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Anandiba, São Benedito, Vila Conceição, Parnauçu (Cajueiro), Madureira e Camboa dos Frades], entidades de classe, profissionais liberais, estudantes e professores universitários”.

Com uma coordenação qualificada com profissionais de diferentes áreas e engajados em movimentos sociais, o Reage São Luís acionou diferentes campos de ação política, como o campo de conhecimento técnico-científico e jurídico desarmando criticamente os argumentos apresentados pelo governo e pela Companhia Vale nos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMA). Conforme as informações obtidas nos arquivos do Reage São Luís, aproximadamente 16.000 pessoas foram mobilizadas entre dezembro de 2004 e julho de 2006, nas comunidades e nos bairros da cidade. (ALVES, 2016)

A luta e a resistência contra o empreendimento do Porto São Luís se dão sob o mesmo ponto de vista de ação e organização coletiva e em rede/associação, no dia a dia e modo de vida nas comunidades, em especial na comunidade do Cajueiro (considerando a criminalização indireta da construção dos roçados e o acesso à praia de Parnauçu); pela via de reconhecimento jurídico, seja na forma de formação da Resex de Tauá-Mirim, ou pelo reconhecimento do

título/escritura condominial concedida pelo ITERMA. Ou ainda por se fazer conhecer sítio arqueológico Terreiro do Egito. (ARCANGELI, 2020, p. 54)

Igualmente então a luta e resistência está disposta em várias dimensões possíveis no conflito, desde 2003 pela solicitação da RESEX, e no decorrer das ações externas na área (entre outros movimentos e ações também organizadas coletivamente); pois considera-se e é exposto que a violência contra a comunidade infringe para além dos territórios, mas que com a destruição do território há todo um ataque contra a ação e segurança do próprio Estado (devido as contradições com as políticas públicas)

A luta pela garantia do território, entretanto, tem sido diversificada considerando as mudanças do cenário desenvolvimentista. Além da pauta da Resex, o Conselho Gestor tem discutido novos elementos da identidade local, como é o caso de alguns grupos que se reivindicam remanescentes de quilombos, sem, no entanto, mudar o foco da luta política pela instalação da unidade de conservação na modalidade de Reserva Extrativista. (ALVES, 2016)

Nesse sentido, também enquanto comunidade tradicional, a reivindicação que se dá pela Convenção 169 da OIT, que confere à comunidade autonomia de decisão sobre seus territórios e terras, é precipuamente foco de demarcação de autonomia constituída como direito à Comunidade do Cajueiro assim como das comunidades tradicionais na área; com a devida consulta prévia sobre toda e qualquer ação sobre seus territórios e comunidades. Segundo Arcangeli (2020, p. 57), é também através do Decreto Presidencial nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007 que se define esses direitos e através da “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e [das próprias] comunidades tradicionais.”

Antes de mais nada, enquanto comunidade tradicional, seus direitos são assegurados como definido na Parte I sobre a Política Geral da Convenção 169, que diz sobre a aplicação da convenção aos povos “cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais” (artigo 1º, § 1, A, Convenção 169). Em associação com o direito de posse condominial e enquanto assentamento rural definido pela ITERMA, a Comunidade do Cajueiro, junto das demais na área, se enquadram nos direitos definidos tanto pela Convenção, quanto pelo direito de propriedade da área. No que se refere ao seu uso através e assegurado pela Convenção, e referente à posse e direito de moradia e uso através do título de propriedade concedido pelo ITERMA. E por ambas as diretrizes de direito, a Comunidade possui o direito de uso e de

realização de atividades e exploração da área da Comunidade, circundante e na Zona Rural da Ilha de São Luís. E dentro desse direito, as comunidades se articulam acima de tudo em reafirmar esses direitos, coletivamente e conjuntamente com demais agentes e instituições e movimentos sociais. Pois

§ 1. Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente. (artigo 7º, § 1, Convenção 169).

Na parte II da Convenção 169, que aborda sobre a terra, especificamente no artigo 13º, fica determinado:

§ 1. Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

§ 2. O uso do termo terras nos artigos 15 e 16 incluirá o conceito de territórios, que abrange todo o ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins. (Artigo 13º, § 1 e § 2)

A luta em âmbito judicial se mostra desigual e caminha a passos lentos e parciais. Se por um lado se tem oposição argumentativa entre juízes – e assim estagna os processos em andamentos das Ações –, por outro o empreendimento pela WPR seguiu em prática por outros setores/instituições, como com a aprovação da Licença Prévia (LP), concedida pelo governo de Flávio Dino (ARCANGELI, 2020). Ainda que hoje o Porto São Luís não tenha se concretizado – e muitos caminhos de irregularidades e possibilidades de fraudes em documentos de comprovação de propriedade por parte da empresa WPR –, muito foi sentido pelos moradores de Cajueiro e comunidades num geral; os casos de reintegração de posse sem aviso prévio (teria de haver sinalização a Defensoria, conforme Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) nº 10/2018), ocasionando em desapropriações violentas e destruição de casas e impedimento de formação e atividades nos roçados etc.

Com o nível de burocratização (muitas vezes guiado e componente da ação de incursão desse plano econômico desenvolvimentista), o desencontro de informações resultava em ganhos para a empresa e seu empreendimento, com utilização dessa confusão e burocratização para ameaçar moradores da comunidade, assim como atrasar processos de reivindicação da Comunidade do Cajueiro.

Por isso, para além da ação que se mostra primordial para defesa da Comunidade do Cajueiro através da criação da RESEX Tauá-Mirim, as comunidades atuam de diferentes formas; e isso é o que confere o potencial de articulação das comunidades, pois não há centralidade numa única ação e mobilização. Ação na rua também se faz constante e como essencial para denúncia e divulgação de reivindicações (o que por vezes chama atenção e aliados); mantendo assim a diversidade de ação e meios para tal, sem permitir que a resistência se feche numa só forma e via.

Algumas das datas importantes que sinalizam essas ações diretas e de rua, ainda coletivamente, são destacadas desde a entrada do empreendimento portuário Porto São Luís na Comunidade do Cajueiro:

Quadro 3 Mobilizações da Comunidade do Cajueiro

<b>Algumas datas importantes de mobilização de moradores da Comunidade do Cajueiro mais aliados/instituições e demais comunidades da Zona Rural de São Luís</b>		
<b>Outubro de 2014</b>	Ação/protesto com interdição da Rodovia Federal BR 135 por moradores do Cajueiro, contra a ação de segurança contratados pela WPR.	“O primeiro enfrentamento dos trabalhadores da Comunidade do Cajueiro no território ocorreu no mês de outubro de 2014, quando revoltados com a contratação da empresa de segurança denominada Leões Dourado pela WPR” (ARCANGELI, 2020, p. 148)
<b>16 de outubro de 2014</b>	Reação de 200 moradores em frente a Unidade de Educação Básica Gomes de Souza (Vila Maranhão), contra realização de audiência pública para aprovação do EIA/RIMA do Porto; sem consultar as comunidades.	“A WPR e a SEMA, porém, não esperavam a reação firme de aproximadamente 200 moradores que, desde cedo, encontravam-se em frente à escola e impediram a realização de audiência diante de tantas irregularidades constatadas. A empresa e a secretaria tiveram de recuar e recolheram.” (ARCANGELI, 2020, p. 149)
<b>29 de outubro de 2014<sup>43</sup></b>	Realização de audiência pública popular em contraposição à audiência pública no dia 29 de outubro no Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão.	“No mesmo dia e horário da audiência convocada pela Sema, a comunidade realizou também uma audiência pública popular que contou com cerca de 180 pessoas que acompanharam as discussões sobre os estudos ambientais.” (ARCANGELI, 2020, p. 149)
<b>23 de dezembro de 2014</b>	Ocupação da BR 135 como denúncia das derrubadas de casas na Comunidade do Cajueiro.	“derrubada de 19 casas no dia 18 de dezembro, a mando da empresa WPR, [quando então] os moradores realizaram uma ampla reunião e resolveram ocupar a BR 135 mais uma vez para exigir a prisão dos jagunços.” (ARCANGELI, 2020, p. 150)
<b>18 e 21 de dezembro de 2017</b>	Interdição da avenida de acesso à Comunidade do Cajueiro no dia 18; e mobilização em frente ao Palácio dos Leões no dia 21.	“A situação piorou no final de dezembro de 2017 com mais uma investida da WPR sobre o território e os trabalhadores da Comunidade do Cajueiro. A empresa patrocinou um imenso desmatamento, em

<sup>43</sup> Devido a não realização da audiência pública no dia 16 de outubro, outra audiência foi planejada para o dia 29 do mesmo mês, ainda para aprovação do EIA/RIMA do Porto São Luís. O que não foi aceito pelas comunidades, principalmente pela irregularidade da realização em lugar fora da área de qualquer das comunidades interessadas e envolvidas no conflito (visto que as audiências públicas devem atender e ser realizadas dentro do lugar pleiteado do empreendimento, e dos sujeitos diretamente afetados na ocasião).



		tomo de 100 hectares.” (ARCANGELI, 2020, p. 156)
<b>26 de dezembro de 2017<sup>44</sup></b>	Ocupação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).	“Como parte da mobilização, a Sema foi ocupada pelos trabalhadores e movimentos sociais no dia 26 de dezembro para cobrar uma posição estatal sobre o laudo prometido pela secretaria.” (ARCANGELI, 2020, p. 157)

Fonte: Arcangeli, 2020. Elaboração: Julia Furtado.

Ainda como ação e mobilização coletiva da Comunidade do Cajueiro frente ao Porto, nasce novas formas de se organizar e resistir que se representam pela urgência de defesa dos territórios das comunidades, mais imediatamente do Cajueiro (lôcus do projeto do empreendimento). Segundo Alves (2014 *apud* ALVES, 2016), o Movimento de Defesa da Ilha (MDI) nasce nesse contexto e “remonta à memória da luta de resistência dos anos de 1980 do Comitê de Defesa da Ilha contra a instalação de indústrias poluentes na ilha, na época, apelidadas de ‘Besta Fera’”.

O MDI surgiu no processo de discussão sobre a situação das comunidades rurais, especificamente, a partir de coletivos que se formaram na resistência do Cajueiro articulada com o debate mais amplo sobre o Plano Diretor de São Luís e as políticas de planejamento e zoneamento urbano da cidade previsto no Estatuto da Cidade. [...] o MDI questiona a atual proposta de zoneamento urbano, uma vez que teria como uma das prioridades a permissão para aumentar a altura dos prédios e, conseqüentemente, o número de andares em detrimento de outras questões de interesse coletivo, tais como, a mobilidade urbana. O MDI tem denunciado também a atuação empresarial no Conselho da Cidade, o CONCID, quanto às pressões que este setor faz para alterar a Lei Municipal em favor de seus interesses privados. Recorrentemente o MDI aponta que a discussão sobre a cidade e o destino das áreas rurais que têm sido objeto de disputa, não pode ser isolada da discussão sobre o processo de expansão dos grandes projetos de desenvolvimento. (ALVES, 2016)

A diversificação da luta e resistência adotadas pelas comunidades e em associação com movimentos sociais, universidade, igreja católica, Comissão Pastoral da Terra e sindicatos, certamente conferem maior capacidade de inserção do debate em diversos setores da sociedade, assim como possibilidades de atuação. Impedindo assim uma forma específica e engessamento da resistência, e é o que torna a estratégia válida quando não se permite que seja única; reflete a maneira que os debates ocorrem dentro “do movimento de resistência, reflete as diferentes estratégias de enfrentamento não somente das comunidades às forças de agentes econômicos

<sup>44</sup> “O secretário Marcelo Coelho, porém, comunicou aos presentes que o laudo deveria ficar pronto somente no mês de janeiro de 2018 e seria apresentado para a comunidade antes da decisão final sobre a manutenção ou não da licença para que a WPR retomasse os serviços e que, por ora, a suspensão da licença ambiental estaria mantida.” (ARCANGELI, 2020, p. 157)

politicamente mais fortes, mas também, pelo interesse de se discutir qual o projeto de cidade que está em questão” (ALVES, 2016)

### 3.2 Luta e Resistência na Ilha Xingu, Abaetetuba/PA.

A Ilha Xingu, em Abaetetuba/PA, caracterizada como Projeto de Assentamento Agroextrativista, é também um território tradicional incluído no projeto de assentamento justamente para sua permanência e seguridade para os povos tradicionais que na ilha convivem; igualmente aos moradores da Comunidade do Cajueiro e da Resex. Ribeirinhos e quilombolas ocupam e tem uso coletivo da terra com base nos direitos assegurados tanto pelo direito de assentados quanto pela Convenção 169.

A demarcação da área de várzea que compõe o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso na Ilha Xingu, compreende um território de uso coletivo onde estão assentadas atualmente 180 famílias, reconhecido pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (DOU, 30/11/2005, p. 110), com Título de Autorização de Uso – TAUS, pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, além de um recorte territorial com Relatório de Titulação e Identificação – RTID, pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA e Fundação Cultural Palmares (FCP) delimitando e reconhecendo a comunidades Nossa Senhora do Bom Remédio como quilombola. (BASTOS, 2019, p. 38)

Segundo Coutinho (2019, p. 85), a mobilidade nas comunidades na região das ilhas em Abaetetuba/PA tem forte relação com a maré, onde as “cheias e vazantes garantem a fertilidade do solo e a recomposição da vegetação nas margens dos cursos d’água, o que se constitui em componente indispensável para a produção de açaí, composição florística e de outros produtos florestais.” Nesse sentido, são comunidades que têm na área os meios de trabalho e vida, com produção de subsistência; e por isso dependem diretamente da qualidade desses meios para suas sobrevivências e atividades de sociabilidade. Pois assim como o uso desses espaços e rios, extrativismo etc. são essenciais para a vida e fazem parte da história de formação do território, são também meios de acesso e identificação enquanto grupo e comunidades tradicionais, com saberes compartilhados a partir do uso e trabalho nesse território.

a mobilidade dos ribeirinhos é condicionada pelas marés e por outros fatores que a elas se somam, como a correnteza e a intensidade dos ventos. Portanto, as características ambientais em Abaetetuba influenciam não somente as condições do solo que favorecem o plantio de espécies que ao longo do tempo foram exploradas economicamente, mas também interfere na mobilidade e interação dos grupos entre si e com outras porções do município. (COUTINHO, 2019, p. 85)

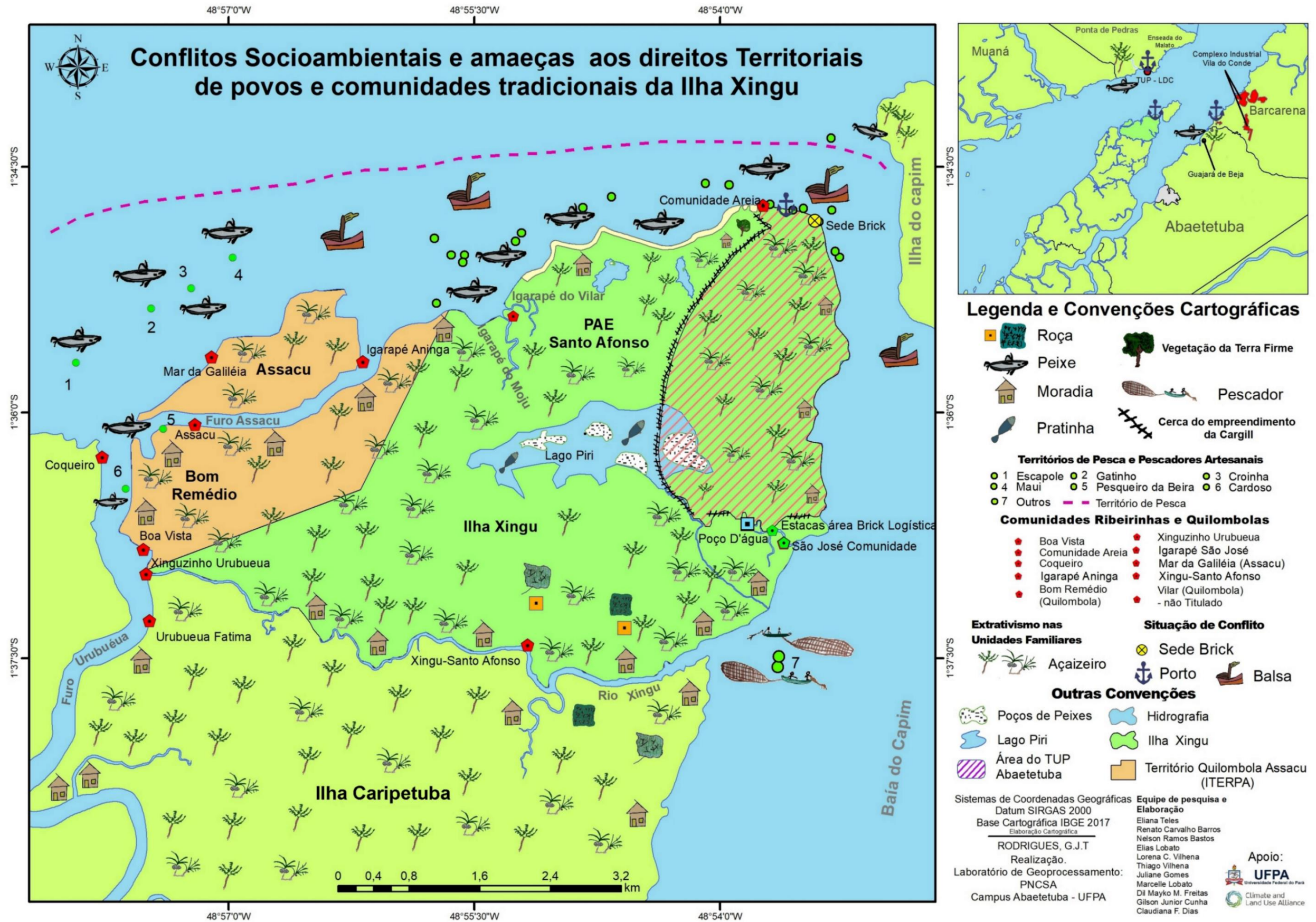
Das comunidades tradicionais que convivem na região das ilhas em Abaetetuba/PA podem ser de ribeirinhos e pescadores, assim como territórios quilombolas, que “se manifesta [...] com nove comunidades remanescentes de quilombo dentre os 24 PAE instalados no município”. Representados desde 2001 pela Associação de Remanescentes de Quilombo (ARQUIA), enquanto pessoa jurídica para titulação das comunidades, segundo Coutinho (2016, p. 79)

Dentro das contradições entre as comunidades tradicionais e os projetos portuários ou demais empreendimentos que se pensam para a região, o que se tem são conflitos de territórios que ora desrespeitam os direitos dos povos e comunidades tradicionais na Ilha Xingu, ora cria retórica de baixo impacto socioambiental negativo, e relevante impacto social positivo para ribeirinhos, pescadores e quilombolas na ilha e comunidades e ilhas próximas na região das ilhas.

Os territórios tradicionais estão no caminho de empreendimentos e agentes externos capitalistas a tempos, seja para *commodities* minerais, seja com a potencialização das *commodities* agrícolas (que se configura no caso e conflito representado com a incursão da Cargill na Ilha). Vivendo então, segundo Bastos (2019, p. 39), “ameaçados pela construção de grandes empreendimentos logísticos, tanto na Ilha Xingu no PAE Santo Afonso, pela norte americana Cargill, quanto nas proximidades, como na enseada do Malato na baía de Marajó, pela francesa Louis Dreyfus Company (LDC).”

A dinâmica territorial vigente, inseriu os ribeirinhos da Ilha Xingu assentados no PAE Santo Afonso e o território quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio, áreas tituladas e ordenadas territorialmente. [...]. De acordo com o Plano de Utilização (PU) dos recursos naturais, o território é para uso coletivo de ribeirinhos, pescadores e quilombolas, sendo que é vedada a venda de qualquer espaço da várzea para construção de grandes empreendimentos de qualquer ordem, pois a várzea é um ecossistema que possa por constantes mudanças hidrofísicas (BASTOS, 2019, p. 39)

Figura 12: Conflitos socioambientais e ameaças aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais da ilha do Xingu.



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2020.

As atividades realizadas nas comunidades e na Ilha são acordadas entre os moradores, sempre em vistas da coletividade dos espaços de trabalho como pesca e extrativismo, coleta do açai e outras culturas.

Quadro 4 Acordos, utensílios e locais de pesca na comunidade.

ACORDOS, UTENSÍLIOS E LOCAIS DE PESCA NA COMUNIDADE							
Pesca com rede de lancear	Pesca com tarrafa	Pesca com matapi	Pesca com caniço	Pesca com malhadeira	Pesca com linha de mão	Pesca com espinhel	Pesca de cacuri <sup>45</sup>
Proibida, através de acordo entre os pescadores	Proibida, através de acordo entre os pescadores	Igarapé e beira da baía	Igarapé e lago Piri	Beira da baía	Beira da baía	Beira da baía	No centro do igarapé.

Fonte: Boletim PAE Santo Afonso, Ilha Xingu-Abaetetuba/PA.

Os saberes socialmente construídos, a roça, os pesqueiros, as áreas de caça, a casa de farinha, os lagos do Piri grande, médio e pequeno, os rios, os igarapés, os poços de gapúia, as campinas, savanas, as florestas, os barcos de pesca, a igreja, os rituais, o mutirão, as águas, as plantas medicinais, o sítio e o açazal são para os povos ribeirinhos e quilombolas, riquezas estruturantes do território de vida e dos princípios simbólicos, sociais e políticos na várzea da Ilha Xingu (BASTOS, 2019, p. 52)

Dessa forma, defender esses territórios diz respeito à vida e existência desses sujeitos. E nesse sentido, os projetos e incursão de empreendimentos se dão por argumentos que não são os de relação de trabalho e vivência comunitária e tradicional; mas pela viabilização de um desenvolvimento pautado na expansão do agronegócio com setores dinâmicos e diversos, caracterizados pelos corredores logísticos multimodais.

Na medida em que o terminal da Cargill Agrícola S.A. viabilizava sua presença na Ilha Xingu, outras narrativas foram sendo fomentadas em função de tornar estratégica e viável a presença do terminal na região; a ideia de que “a área teria petróleo, no caso estocaria combustível” é uma forma de dar funcionalidade e também como necessidade do empreendimento se estabelecer devido ao que se propõe enquanto terminal portuário para escoamento e armazenamento de *commodities*; mas também uma argumentação que poderia blindar o empreendimento sob a defesa de desenvolvimento econômico nacional.

E segundo Gonçalves, Rodrigues, Sobreiro Filho (2019), foi o momento de incentivo e atenção que levou à organização das comunidades, pautadas numa defesa dos territórios e comunidades expressando esses na construção da cartografia social.

<sup>45</sup> Dificilmente se pesca hoje em dia, pois está sendo substituída por malhadeira.

Essa foi uma maneira que a comunidade encontrou para resistir, estabelecendo sua própria cartografia, apontando os limites e os modos de organizações vividas. Porém, mesmo antes da Cargill, a Ilha do Capim já despertava o interesse do capital, como sendo uma área para possíveis projetos, mediante o processo da instalação da Hydro. (GONÇALVES, RODRIGUES, SOBREIRO FILHO, 2019, p. 92)

A resistência interna, entre comunidades e ilhas, é o elemento crucial para entendimento da ameaça que se enfrenta com a incursão de projetos e agentes externos capitalistas; na unidade é quando também “a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo” (LITTLE, 2002, p. 4).

Com a sobreposição da área pretendida para o TUP-Abaetetuba e os territórios tradicionais ribeirinhos, esses últimos têm seu território e identidade sob comum ameaças, e de forma contínua com que se intensifica a cada novo projeto. Da mesma forma reforçaria com a construção do terminal na ilha – assim como o discurso de exploração e extração de petróleo na ilha acarretaria demais projetos disputando a área, certamente incentivados pelo estado. “Trata-se de uma maneira de persuadir os povos que ali vivem e uma forma de flexibilizar a entrada do capital nesses territórios” (GONÇALVES, RODRIGUES, SOBREIRO FILHO, 2019, p. 92). Assim como repercutindo em comunidades para além das comunidades na Ilha Xingu, mas em territórios e áreas pesqueiras de outras mais comunidades na região das ilhas em Abaetetuba.

Com as pressões “exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante [que] moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais” (LITTLE, 2002, p. 4), a mobilização entre comunidades e seus moradores se desenvolve de formas distintas com agentes sociais aliados, tanto na denúncia como na participação direta nas organizações nas ilhas.

Nesse sentido, as formas de mobilização organizadas entre as comunidades se configuram diversas e constantes, associadas à defesa do território em si, como também de conscientização da população moradora das ilhas; e são destacadas da seguinte forma:

Quadro 5 Principais ações políticas de enfrentamento ao Projeto TUP-Abaetetuba da Cargill, realizadas ou apoiadas pela Paróquia das Ilhas.

Atividades	Período de realização
1) Curso sobre a Convenção 169	28 e 29 de novembro de 2017
2) Reprodução do curso sobre a Convenção 169, nas comunidades de risco	13 a 21 de dezembro de 2017
3) Preparação e envios de ofícios solicitando o acompanhamento do NDDH – Defensoria Pública	Janeiro de 2018

4) Criação da Comissão Diocesana de enfrentamento aos grandes projetos e da Comissão ribeirinha de enfrentamento aos grandes projetos.	Fevereiro de 2018
5) Manifestação “Grito das Águas”	22 de março de 2018
6) Pré-Grito e Grito dos/as Excluídos e Excluídas	06 e 07 de setembro de 2018
7) Audiência pública na Câmara Municipal de Abaetetuba	16 de outubro de 2018

Fonte: Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro Filho, 2019.

Assim como as ações organizadas em atos/mobilizações, as comunidades mantêm também ações nas ilhas e comunidades determinadas em reuniões e deliberadas em ações específicas com moradores de diversas comunidades da região das ilhas no município. Sobretudo com a defesa do direito constitucional à Consulta Prévia, Livre e Informada, garantindo o direito de consultar as comunidades e moradores das ilhas sobre a deliberação de aceitar ou não a presença do empreendimento na Ilha Xingu – apesar de que a Consulta Prévia representar um direito contínuo sobre esses territórios enquanto tradicionais e sobre os meios além da delimitação física da própria ilha. Essas reivindicações se valem e são urgentes diante das ações arbitrárias e imprevistamente, como quando da ação do “Tribunal de Contas do Estado do Pará no dia 09 de maio de 2019, determinou a realização da consulta antes do processo de licenciamento ambiental” (Cata Amazon, 2019)

Neste domingo (16) [16 de junho de 2019], a comunidade ribeirinha do Caripetuba, uma das ilhas do município de Abaetetuba, região nordeste do Pará, realizaram um grande “trancaço” para impedir a entrada dos representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e da empresa Cargill, multinacional americana que pretende implantar um terminal portuário de uso privado na região. (Cata Amazon, 2019)

Na ação em questão, moradores das comunidades ribeirinhas realizaram “trancaço” para impedir passagem dos representantes do empreendimento portuário; como uma forma de resposta à iniciativa tanto do estado quanto da multinacional ao não considerar as reivindicações do movimento ribeirinho contrário à instalação do terminal e projeto graneleiro. Dessa forma, moradores das ilhas e comunidades posicionaram-se em forma de barreira, representando tanto a negativa a efetividade do TUP, quanto resistência de ribeirinhos à maneira de incursão e desenvolvimento pensado para a região.

As ações são estratégicas por se manterem fixas numa forma de ação. As formas de respostas e posicionamento se dão em ações momentâneas de ocupação ou “trancaço”, como em cartas públicas para a sociedade e a multinacional. São maneiras de se fazer ouvir

publicamente, pois na possibilidade de negligenciar reivindicações e posicionamentos, faz-se ouvir tanto moradores da cidade no município, quanto grupos e instituições solidárias à luta e resistência nas ilhas.

Em carta aberta ao governo do Estado do Pará e ao público, os movimentos sociais de Abaetetuba denunciam fraude fundiária praticada pela empresa multinacional norte-americana Cargill Agrícola S.A., com participação direta do ex-secretário de Transportes, Kleber Menezes, para expulsar de suas terras as populações tradicionais assentadas naquele município da região do Baixo Tocantins. (Ver-o-fato, 2021)

As diversas maneiras, ações, meios e aliados na luta e resistência atribuídas e desenvolvidas pelas comunidades tradicionais na Ilha Xingu são associadas tanto por uma discussão que aborda o direito aos territórios como necessidade à existências e moradias desses sujeitos; assim como está associada aos movimentos sociais, universidade, à igreja católica, Comissão Pastoral da Terra, movimento de ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras como defesa de um modo de pensar os territórios e das formas de pensar o trabalho coletivo e comunitário, não fixado e reduzido a expansão do capital destruindo e anulando territórios tradicionais, de camponeses e trabalhadores rurais. Dessa forma, o debate certamente adquire possibilidades de ingressar em setores da sociedade até então distantes, mas ainda sob formas de opressão comuns, de exploração do trabalho e vida, conferindo assim violações diretas aos territórios, por vezes já expropriados. Por certo, a dinâmica de organização dentro das comunidades na Zona Rural de São Luís/MA como na região das Ilhas em Abaetetuba/PA, que se configura como diversa quando analisado os caminhos nas quais ela se desempenha e se apresenta, não permite a finalização e exclusividade da resistência por uma única via; alcançando maior extensão do debate e denuncia quanto a divergência na constituição de territórios na região.



## CONCLUSÃO

Diante da expansão de setores graneleiros na região amazônica e comunidades, compreende-se que, devido ao caráter heterogêneo, a expansão do agronegócio se dá assimilando as singularidades territoriais para agir conforme essas, refinando seus instrumentos sob a mesma lógica capitalista, através dos empreendimentos portuários. Permitindo assim a manutenção da disputa territorial sobre territórios camponeses de ribeirinhos/pescadores.

A fronteira é um lugar de articulação, possibilidades, justamente pela sua permanência no encontro de tempos de modo de vida, tempos históricos, realidades, condições, classes e, conseqüentemente, conflito. Ao considerar as dimensões e desdobramentos na fronteira, certamente não se deve excluir as possibilidades de articulação que se constroem diariamente, internamente e como projetos amplos de repercussão externamente.

É o que se propõe ao estudar os territórios de comunidades tradicionais na região das Ilhas em Abaetetuba/PA e da Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA, pois a partir da ação diária e de urgência a nível imediato, frente às ameaças, é possível destacar posições, oportunidades e pretensões de mudanças estruturais na sociedade. Sem a pretensão de localismos, mas na resistência cotidiana, na existência e negação à subalternidade imposta dentro da luta de classes - e todas as dimensões e desdobramentos que dela partem, em diversas escalas -, é possível identificar e viabilizar encontros, em ponto convergentes, transformando em síntese as divergências e, dessa forma, articulando dentro da fronteira formas de existir, sobreviver e superação das formas de violência e sobreposição de territórios a favor dos territórios de lógica capitalista.

Entender o território tradicional de ribeirinhos e pescadores, sob a perspectiva da Geografia, permite-nos abarcar tanto no campo de construção de conhecimento sobre esse grupo social na/para a academia, como na denúncia dos conflitos territoriais na região, acerca das estratégias que as políticas econômicas de desenvolvimento e industrialização que são desenvolvidas para os diversos tipos de territórios, além da possibilidade de ação e resistência a partir desses, construindo uma abordagem a partir dos movimentos de resistência pelo território e em sua defesa, quando a disputa é caracterizada também pela ação de reivindicação e defesa dos territórios camponeses e grupos sociais marginalizados como condição de existência e ação política.

Sem a pretensão de delegar autoridade em definir aspectos característicos de um grupo social na construção da pesquisa, faz-se presente a importância e preocupação da possibilidade

de somar na construção do reconhecimento desses territórios camponeses ribeirinhos, perpassando o acesso, soberania e existência com e nos rios.

Além disso, dentro da disputa de conceituar o próprio conflito, tem-se a formação de novas formas de determinar um território e/ou continuidade dele; sem dúvida direcionando tanto a divulgação – ou não – da situação, quanto limitando-a a um espaço, assim, interferindo e criando obstáculos para possíveis alianças e participação de aliados à causa das comunidades em questão. Por isso, dentro dessa disputa certamente se faz necessária a batalha de ideias existentes sobre concepção do próprio território com esses sujeitos, ribeirinhos e pescadores, nos ambientes de debate e disputa conceitual (universidades, enquanto centros de pesquisa e estudo, setores como associações de moradores, igrejas, organizações não governamentais, partidos, centrais sindicais etc.).

Nessa relação de disputa se caracteriza o *território imaterial*, sempre presente nos territórios, pois são relacionados com o controle e domínio sobre a formação dos conceitos sobre esses mesmos territórios e suas interpretações - que não são despropositadas e direcionam a própria materialidade e efetividade de territórios, com fins diferentes e divergentes, no caso dos territórios tradicionais e os requeridos para fomento da lógica capitalista através dos empreendimentos.

Igualmente, trata-se de disputa política acerca dos interesses da formação desse território, sua continuidade ou destruição para constituição de um novo que comporte os terminais portuários, que atendem finalidades que não só são diferentes das que constituem o território tradicional da Ilha Xingu em Abaetetuba/PA e da Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA, mas que nega suas existências e atividades. Negando a importância desses territórios tradicionais inclusive ao passar por cima dos direitos estabelecidos historicamente e a partir da mobilização coletiva no interior e externamente a essas comunidades. Antes de mais nada, a existência desses territórios tradicionais e sua interpretação por seus moradores são formas de disputa dentro desses debates, inseridos na luta dentro de um projeto político pautado pela expansão do modo de produção e lógica capitalista, que, por sua vez, também tem seus defensores teóricos.

Caracterizando, assim, a disputa pela terra entre esses agentes que têm concepções de territórios que se sobrepõem - de forma violenta e agressiva - partindo de um dos lados do conflito sobre o outro: mantendo os territórios das comunidades tradicionais em constante ameaça e alerta frente aos empreendimentos/projetos e políticas que têm amparo e incentivo de incurso vindos de agentes diversos, desde ações governamentais e Estado até empresários e

multinacionais de setor de alimentos, transporte e comercialização de produtos agrícolas – dentro da dinâmica de comércio primário-exportador.

Os territórios do agronegócio, geridos/organizados sob o neoliberalismo, dão-se a partir da negação e subalternização do território tradicional, que têm na sua existência o obstáculo a ser superado para efetivação da expansão de lógica capitalista na Ilha Xingu e Comunidade do Cajueiro; a partir de novos sujeitos presentes na mesma conflitualidade inerente ao sistema e lógica capitalista de produção e organização da sociedade – por novos sujeitos entende-se novas demandas de mercado, capital financeiro, ainda a especulação fundiária, o mercado e comércio de *commodities* e toda estrutura e empreendimentos que esses mercados demandam, como projetos e logística portuária, hidrovias, rodovias etc.

Nessa relação de dominação e apagamento que se dá pela territorialização do capital através dos portos e terminais (assim como a formações de vias de escoamento de produtos agrícolas e outras *commodities*) mais a resistência dessas comunidades é o que expressa as classes opostas que, ao disputar seus territórios, representam - também - modos distintos de relações sociais; quando dentro de um território ou outro, alterando-se no tempo e organização do trabalho, relações entre moradores, e o que passaria a ser relação entre assalariados (quando do direcionamento para assalariamento de parte desses moradores das ilhas e comunidades nos empreendimentos propostos).

Por isso, sob o argumento de integração, como renovação e alternativas de escoamento de produção e *commodities* no Brasil, rotas de escoamento, vias de ligação para exportação são direcionadas como potencialização de vias e portos/terminais já existentes no que é denominado Arco Norte com a reestruturação desses e dinamização dos corredores logísticos, visando, principalmente, suprir as demandas com o crescimento de produção de grãos e exportação desses grãos sólidos – setor predominantemente de multinacionais no país.

A multinacional Cargill Agrícola S.A. na Ilha Xingu e o Porto São Luís na praia de Parnauçu, Comunidade do Cajueiro, são projetos dentro das diretrizes das políticas de potencialização dos terminais no Arco Norte, assim como utilização das vias de escoamento. São portos e terminais que se veriam diretamente beneficiados por essa reestruturação – sobretudo quando associadas à formação de novas vias e ligação multimodal de rodo-ferrovia e rodo-hidrovia, interligando regiões do país para mercado internacional.

Com dois empreendimentos na Amazônia legal atendendo aos setores de infraestrutura e transporte dentro da economia do agronegócio, que é o mercado de *commodities*, a política econômica nacional caminha continuamente para uma verdadeira reprimarização da economia; pois, além de manter o setor entre multinacionais - tanto os próprios projetos e fomento à

terminais de uso privado em atuação ao lado dos porto públicos, quanto o processo de escoamento -, direciona como principal atividade a produção de produtos agrícolas e de menor índice de beneficiamento, aumentando cada vez mais a exportação de bens primários, progressivamente menos bens manufaturados e com potencialização da agricultura capitalista que por si mesma é menos produtiva e fornece *commodities* e menos alimentos para suprimento interno.

Com essa atenção voltada para diversificação e reestruturação de vias para escoamento de produção e exportação, a medida provisória 595/2012 em 2013 é sancionada para a Lei 12.815/2013 como a Lei Geral dos Portos ou também conhecida como Marco Regulatório do Setor Portuário; como indicativo e mais intensa atenção e direcionamento do estado para o setor, primordialmente com escopo no mercado internacional de *commodities* e possível participação do Brasil, no que se refere a competitividade pela viabilização dessas estruturas portuárias.

Dessa forma, os territórios tradicionais no Cajueiro e Ilha Xingu são encarados como obstáculos aos projetos portuários e reestruturação do Arco Norte, pois impacta e incide diretamente em área de pesca, roçados e moradia das comunidades tradicionais, ou seja, os territórios constituídos dos elementos necessários para atividades e produção de subsistência nas comunidades e relações entre comunidades. São obstáculos por conferir responsabilidade social para licenciamento dos terminais e portos privados da Cargill Agrícola S.A. e Porto São Luís; além da propriedade dessas áreas ser por direito conferida à essas comunidades tradicionais (por isso casos de irregularidade de posse dessas áreas por parte das multinacionais, quando na verdade são áreas de assentamento e Projeto Agroextrativista na Ilha Xingu, e territórios tradicionais com título/escritura condominial na Comunidade do Cajueiro e demais comunidades da Resex Tauá-Mirim)

Com a mediação do Estado em favor e como aliados da reprodução do capital através da agricultura capitalista, certamente a entrega de áreas às multinacionais e mercados dentro do agronegócio são o que mantém a economia nacional cada vez mais primária, com exportação sem beneficiamento e tecnologia de ponta, agrário-exportadora e, gradativamente, ocasionando na perda de soberania nacional com mais porções do território nacional privatizados – como propriedades privadas.

Por conseguinte, de uma economia nacional pautada no agronegócio e entrega dos setores de produção, transporte e logística de portos em empreendimentos estrangeiro, assim como extensas áreas e território nacional, os territórios tradicionais de ribeirinhos na região das ilhas em Abaetetuba/PA e moradores da Zona Rural em São Luís/MA estão na ordem de

viabilização da expansão desse modelo econômico que está organizado pela monocultura e latifúndio.

Entre essa ameaça aos territórios, formas de identificação vão conformando a luta e resistência como elemento urgente e que também unifica sujeitos e territórios inseridos no contexto de ameaça, violência e retirada de suas terras.

Com o propósito de mobilização contra a entrada de agentes externos e capitalistas em seus territórios, comunitários ribeirinhos e pescadores em Abaetetuba/PA têm em suas lutas aliadas em movimentos sociais locais como o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA), atuação da igreja católica pela Cáritas Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, grupos de pesquisas e universidades (UFPA, UEMA, UFMA etc.), colônia dos pescadores, organização do “Grito das Águas” como manifestação contra os projetos portuários e de *commodities* (agrícolas ou minerais) nas ilhas, trabalhadores e estudantes ribeirinhos, pescadores das ilhas, sindicatos etc. Associado a isso, acima de tudo a articulação através da construção de unidades para proteção desses territórios com a formação, como exemplo principal de resistência, e reconhecimento da Resex Tauá-Mirim na Zona Rural II em São Luís; assim como o reconhecimento do direito sobre o território tradicional das comunidades na Ilha do Xingu, através da constatação e direito adquirido através do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

Ainda mais essas formas de luta e resistência pautadas sob reivindicação que se dá pela Convenção 169 da OIT, devido ao direito que confere às comunidades a autonomia sobre seus territórios e qualquer mudança que venha ser promovida na área desses territórios, com direito a consultas prévias sobre toda e qualquer ação que repercute nos territórios tradicionais na Ilha Xingu como na Comunidade do Cajueiro e Resex Tauá-Mirim em São Luís.

A forma que se organiza territorialmente a política para os projetos/empreendimentos voltados para produção na agricultura capitalista, assim como a economia política do agronegócio na Amazônia Legal, é caracterizada também pelos conflitos presentes na região das ilhas em Abaetetuba/PA e Cajueiro/MA, territórios tradicionais de ribeirinhos e pescadores e outros territórios de agentes externos; porém localmente estratégicos principalmente no setor de transporte e transbordo de cargas, e proximidade/facilidade de comércio com os centros de mercado de *commodities*.

Nessa pesquisa, o objetivo é expor antigos pensamentos e novas perspectivas em amadurecimento desde a graduação que, agora na pós-graduação, tomam formas mais específicas sob conceitos que anteriormente não consultados ou não percebidos, assim como percepções em campos anteriores. Buscando formas de alcançar autonomia e possibilidade de

exercício de poder a partir das comunidades tradicionais de ribeirinho na Ilha Xingu em Abaetetuba/PA e de moradores na Comunidade do Cajueiro em São Luís/MA, no sentido de autonomia e segurança sobre seus territórios, rompendo com formas de subalternização que, externamente, impõem-se pela dominação e exploração.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana. Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: **FASE**, 2021. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/dossie-critico-da-logistica-da-soja/> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

ALMEIDA, Rogério; ARAÚJO, Ed Wilson. De São Luís a Santarém: porto do Cajueiro integra o megaprojeto Arco Norte. **Teia Popular**, 2019. Disponível em: <http://teiapopular.org/de-sao-luis-a-santarem-porto-do-cajueiro-integra-o-megaprojeto-arco-norte/> Acesso em: 22 abril 2021

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil, **L'Ordinaire des Amériques** [online], 221 | 2016. DOI: <https://doi.org/10.4000/orde.3178>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/orde/3178>

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.

ARCO NORTE [recurso eletrônico]: o desafio logístico. Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa. VALE, Lúcio; MONAI, Remídio; FREITAS, Tarcísio Gomes de; PINHEIRO, Alberto (relatores). Brasília: **Câmara dos Deputados**, Edições Câmara, 2016. p. 392. (Série estudos estratégicos; n. 6 PDF). ISBN 978-85-402-0566-6. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/arco-norte-um-desafio-logistico> Acesso em: 5 jun. 2021.

AZEVEDO, Vitor; STRÍKIS, Nicolás M.; SANTOS, Rudney A.; SOUZA, Jonas G. de; AMPUERO, Angela; CRUZ, Francisco W.; OLIVEIRA, Paulo de; IRIARTE, José; STUMPF, Cintia F.; VUILLE, Mathias; MENDES, Vinícius R.; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence. Medieval Climate Variability in the eastern Amazon-Cerrado regions and its archeological implications. **Scientific Reports**, v. 9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-019-56852-7>

BACON, Christopher M.; SUNDSTROMB, William A.; GÓMEZ, Maria Eugenia F.; MÉNDEZ, V. Ernesto; SANTOS, Rica; GOLDOFTAS, Barbara; DOUGHERTY, Ian Explaining the ‘hungry farmer paradox’: Smallholders and fair-trade cooperatives navigate seasonality and change in Nicaragua's corn and coffee markets. **Global Environmental Change**, v. 25, p. 133-149, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.02.005>

BARHAM, Bradford L.; CALLENES, Mercedes; GITTER, Seth; LEWIS, Jessa; WEBER, Jeremy. Fair Trade/Organic Coffee, Rural Livelihoods, and the “Agrarian Question”: Southern Mexican Coffee Families in Transition. **World Development**, v. 39, ed. 1, p. 134-145, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2010.08.005>

BASTOS, Nelson Ramos. **Territórios em resistência no mundo social da várzea**: A cartografia social de ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu/Abaetetuba. 197 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios) – Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA/Campus Abaetetuba), 2019.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os “hidronegócios” nos rios da Amazônia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-06> Acesso em: 5 de ago. 2020.

BERNSTEIN, Henry. Food sovereignty via the ‘peasant way’: a sceptical view. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, ed. 6, p. 1031-1063, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2013.852082>

BERNSTEIN, Henry. South Africa's agrarian question: Extreme and exceptional? **The Journal of Peasant Studies**, v. 23, ed. 2-3, p. 1-52, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066159608438607>

BERNSTEIN, Henry. V.I. Lenin and A.V. Chayanov: looking back, looking forward. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, ed. 1, p. 55-81, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150902820289>

**Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências**. Comunidade do Cajueiro: não é o território que é nosso. Nós é que somos do território. N. 14 (abr. 2018). Coordenação da pesquisa: Luciana Railza Cunha Alves; Christiane de Fátima Silva Mota et al. – Manaus: UEA Edições, 2018. ISSN: 2525-9598.

**Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado / Ribeirinhos, pescadores e pescadoras do Vilar e Moju na Ilha Xingu – PAE Santo Afonso: território e resistência de nossas origens.** – N. 2 (setembro. 2019). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020. ISSN: 2675-2263.

BOLETIM Informativo Aquaviário - 2021 - 1º Trimestre. Brasília, DF: **ANTAQ**, 2021. Disponível em: [http://sophia.antaq.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=29069](http://sophia.antaq.gov.br/index.asp?codigo_sophia=29069). Acesso em: 5 de ago. de 2021.

BOTELHO, Louise L. Roedel; CUNHA, Cristiano C. de Almeida; MACEDO, Marcelo. O Método da Revisão Integrativa nos Estudos Organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai/ago 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BRASIL, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA [antigo Ministério dos Transportes]. **Infraestrutura e Logística**. Departamento de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário - DILOG/SPA, abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/infraestrutura-e-logistica/infraestrutura-e-logistica>. Acesso em: 7 jun. 2021

BRASIL. BR-135, no Maranhão, passa por obras de duplicação e restauração. **Infraestrutura**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/10/br-135-no-maranhao-passa-por-obras-de-duplicacao-e-restauracao> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

BRASIL. Concessão da Ferrogrão trecho Sinop/MT a Itaituba/PA (EF-170/MT/PA). **Programa de Parceiras de Investimentos - PPI**. 2020. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>. Acesso em: 9 de jul. de 2021.

BRASIL. Concessão da Ferrovia Norte-Sul trecho Porto Nacional/TO a Estrela d’Oeste/SP (EF-151/TO/GO/MG/SP). 2019. Disponível em:



[https://www.ppi.gov.br/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=5642](https://www.ppi.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=5642). Acesso em: 17 de mar. de 2021.

BRASIL. Concessão das rodovias BR-163/230/MT/PA - Trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA. **Programa de Parcerias de Investimentos - PPI**. 2019. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/concessao-das-rodovias-br-163-230-mt-pa-trecho-entre-sinop-mt-e-miritituba-pa>. Acesso em: 20 de jun. de 2021

CARGILL AGRÍCOLA S/A. **Estudo de Impacto Ambiental**: Terminal de Uso Privado – TUP Abaetetuba (EIA). Brasília (DF): AMBIANTARE – Soluções em Meio Ambiente, novembro 2018.

CARGILL AGRÍCOLA S/A. **Relatório de Impacto Ambiental**: Regularização e Expansão do Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S.A – Santarém (RIMA). São Paulo (SP): CPEA - Consultoria Paulista de Estudos Ambientais, 2010.

CARGILL AGRÍCOLA S/A. **Relatório de Impacto Ambiental**: Terminal de Uso Privado – TUP Abaetetuba (RIMA). Brasília (DF): AMBIANTARE – Soluções em Meio Ambiente, 2018.

Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. s/d. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Disponível em: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com/2015/07/cliue-na-imagem-para-acessar-cartilha.html>

CASTRO, Edna Ramos de; RODRIGUES, Jondson Cardoso; HAZEU, Marcel; ALONSO, Sara. Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. IN: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima (Orgs.). **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. Belém: NAEA, 2014.

CHARI, Sharad. The Agrarian Origins of the Knitwear Industrial Cluster in Tiruppur, India. **World Development**, v. 28, ed. 3, p. 579-599, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(99\)00143-6](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(99)00143-6)

Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / **Companhia Nacional de Abastecimento**. v. 1 (2016-). Brasília: Conab, 2016-. ISSN: 2448-3710.

Conflitos no Campo: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: **CPT Nacional**, 2021. 279 p. ISSN: 1676-661X. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020> Acesso em: 21 de jun. de 2021

COOMBES, Brad; CAMPBELL, Hugh. Dependent Reproduction of Alternative Modes of Agriculture: Organic Farming in New Zealand. **Sociologia Ruralis**, v. 38, ed. 2, p. 127-145, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00068>

COSTA, Karina Samille. Ribeirinhos de Abaetetuba fazem “tranção” fechando o rio para impedir a entrada da Empresa Cargill. **CataAmazon**. 2019. Disponível em: <https://www.cataamazon.net/post/ribeirinhos-de-abaetetuba-fazem-tranca%C3%A7o-fechando-o-rio-para-impedir-a-entrada-da-empresa-cargill>

COUTINHO, Marcius V. Terras de identidade e terras de conflito: movimento social ribeirinho e regularização fundiária nas ilhas e várzeas de Abaetetuba – PA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. n. 1, p. 33-64, 2018.

COUTINHO, Marcius Vinicius. **Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades: trajetórias sociais e políticas dos ribeirinhos de Abaetetuba**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2016.

CPT NACIONAL, "Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro", manifestam, durante ações em São Luís (MA), membros da Comunidade do Cajueiro. **CPT Nacional**. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4847-quem-nao-pode-com-a-formiga-nao-assanha-o-cajueiro-manifestam-durante-acoes-em-sao-luis-ma-membros-da-comunidade-do-cajueiro>

CRUZ, Valter do Carmo. **Pelo Outra Margem da Fronteira: Território, Identidade e Lutas Sociais na Amazônia**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

DELGADO, Guilherme C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. (Mimeo do autor) Editora da UFRGS, 2012.

EAKIN, Hallie; PERALES, Hugo; APPENDINI, Kirsten; SWEENEY, Stuart. Selling Maize in Mexico: The Persistence of Peasant Farming in an Era of Global Markets. **Development and Change**, v. 45, ed. 1, p. 133-155, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12074>

EMIR, Aquiles. CCCC e WPR lançam pedra fundamental novo porto privado no Maranhão. **Maranhão Hoje**, 2018. Disponível em: <https://maranhaohoje.com/cccc-e-wpr-lancam-pedra-fundamental-do-porto-sao-luis/> Acesso em: 23 de jun. de 2021.

FARIAS Jr, Emmanuel de Almeida. “Filhos Do Rio”: Mocambeiros Do Rio Trombetas. IN: **Reunião Brasileira de Antropologia**. 26, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. GT 02 “Os quilombos para além dos laudos – conflitos, organização e políticas”, Porto Seguro: Centro de Convenções e CEFET. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2002/Emmanuel%20de%20Almeida%20Farias.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/Emmanuel%20de%20Almeida%20Farias.pdf)

FERGUSON, James. How to Do Things with Land: A Distributive Perspective on Rural Livelihoods in Southern Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 13, ed. 1, p. 166-174, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2012.00363.x>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O Novo Nome é Agribusiness**. s/d. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, eliseu Savério (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienaí Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, ed. 4, p. 793-819, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2010.512459>

GERBER, Julien-François. 2011. Conflicts over industrial tree plantations in the South: Who, how and why? **Global Environmental Change**, v. 21, ed. 1, p 165-176, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.09.005>

GERBER, Julien-François; VEUTHEY, Sandra. Plantations, Resistance and the Greening of the Agrarian Question in Coastal Ecuador. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, ed. 4, p. 455-481, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00265.x>

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison; SOBREIRO FILHO, José. (2019). "Marés das rebeldias em Abaetetuba": dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, ano 15, n. 1, p. 80-103, jan/jun 2019. DOI: 10.12957/tamoios.2019.41209.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie. Knowing food and growing food: Beyond the production–consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 42, ed. 1, p. 5-22, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00199>

INSTITUTO DE ENGENHARIA. Porto Multimodal de São Luís. **Seminário Caminhos da Engenharia Brasileira** - Atividade Portuária, 2016. Disponível em: <http://arquivo.iengenharia.org.br/site/ieadm/arquivos/arqnot10476.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021

ISAKSON, S. Ryan. No hay ganancia en la milpa: the agrarian question, food sovereignty, and the on-farm conservation of agrobiodiversity in the Guatemalan highlands. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, ed. 4, p. 725-759, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150903353876>

JORDÃO, Paulo. Movimentos sociais de Abaetetuba denunciam fraude fundiária da Cargill. Empresa, rebate. **Ver-o-Fato**. 2021. Disponível em: <https://ver-o-fato.com.br/exclusivo-movimentos-sociais-de-abaetetuba-denunciam-fraude-fundiaria-da-cargill-empresa-rebate/>

KRÖGER, Markus. The political economy of global tree plantation expansion: a review. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, ed. 2, p. 235-261, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.890596>

Leilão da BR-163/230/MT/PA garante R\$ 2 bilhões em investimentos na rodovia. **Programa de Parcerias e Investimentos - PPI**. 2021. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/leilao163> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

LERCHE, Jens. Agrarian Crisis and Agrarian Questions in India. **Journal of Agrarian Change**, v. 11, ed. 1, p. 104-118, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00295.x>

LERCHE, Jens. The Agrarian Question in Neoliberal India: Agrarian Transition Bypassed? **Journal of Agrarian Change**, v. 13, ed. 3, p. 382-404, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joac.12026>

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Universidade de Brasília: Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

LOURES, Rosamaria. The karodaybi government and its invincible warriors: The munduruku ipereğ ayũ movement versus large construction projects in the Amazon. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, n. 2, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a404>

MACEDO, Cátia Oliveira; SOUSA, Raphael Benevides de. Novos Projetos, Velhas Práticas: Os Impasses entre Agricultura Camponesa e Agronegócio do Dendê em Terras Amazônicas. In: **Os “Nós” da Questão Agrária na Amazônia**. MACEDO, Cátia Oliveira; BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SOUSA, Rafael Benevides de; SANTANA, Rosiete Marcos. (Org.). Belém: Editora Açaí, 2016, p. 65-95.

MARCOS, Valéria. de. Novas (ou) Velhas Alternativas para o campo na Amazônia e a Questão Agrária na Atualidade, In: **Os “Nós” da Questão Agrária na Amazônia**. MACEDO, Cátia Oliveira; BRINGEL, Fabiano de Oliveira; SOUSA, Rafael Benevides de; SANTANA, Rosiete Marcos. (Org.). Belém: Editora Açaí, 2016, p. 9-26.

MARTELLO, Alexandre. Pela 1º vez em 40 anos, Brasil exporta mais produtos básicos do que industrializados. **G1**, Brasília, 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/02/pela-1a-vez-em-40-anos-mais-da-metade-dos-produtos-brasileiros-exportados-foram-basicos-em-2019.ghtml>

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 151-177.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 151-177.

MCMICHAEL, Philip. Agrofuels in the food regime. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, ed. 4, p. 609-629, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2010.512450>

MCMICHAEL, Philip. Peasants Make Their Own History, But Not Just as They Please . . . **Journal of Agrarian Change**, v. 8, ed. 2-3, p. 205-228, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2008.00168.x>

MCMICHAEL, Philip. Rethinking globalization: the agrarian question revisited. **Review of International Political Economy**, v. 4, ed. 4, p. 630-662, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09672299708565786>

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. São Paulo: Annablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 39-65, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/48707/29298>>

MOORE, Jason W. Ecological Crises and the Agrarian Question in World-Historical Perspective. **Monthly Review**, v. 60, n. 6, 2008. Disponível em: [https://doi.org/10.14452/MR-060-06-2008-10\\_5](https://doi.org/10.14452/MR-060-06-2008-10_5)

MOORE, Jason W. The End of the Road? Agricultural Revolutions in the Capitalist World-Ecology, 1450–2010. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, ed. 3, p. 389-413, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00276.x>

NAEA UFPA OFICIAL. Seminário: Povos e Comunidades Tradicionais afetados pelas ilegalidades da Cargill em Abaetetuba. Belém: **projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/NAEA**. Youtube, 1 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AdsUqZQ-548>. Acesso em: 1 abr. 2021.

NASUTI, Stéphanie; ELOY, Ludivine; LE TOURNEAU, François-Michel. Construction of multi-sited territories in Amazon: The case of Quilombolas from Trombetas (Pará, Brazil). **L'Espace Géographique**, v. 42, ed. 4, p. 324-339, 2013. Disponível em: [https://www.cairn-int.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=E\\_EG\\_424\\_0324](https://www.cairn-int.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=E_EG_424_0324)

OSBORNE, Tracey Muttoo. Carbon forestry and agrarian change: access and land control in a Mexican rainforest. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, ed. 4, p. 859-883, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.611281>

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; FELIPINI, André Rodrigues. Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 2 (66), p. 313-337, 2019. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/index.php/ensino/159-economia-e-sociedade/vol-28-n-2-66-p-293-619-jul-2019/1976-panorama-da-literatura-sobre-a-financeirizacao-1992-2017-uma-abordagem-bibliometrica>

PATNAIK, Utsa. Neo-populism and Marxism: The Chayanovian view of the agrarian question and its fundamental fallacy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, ed. 4, p. 375-420, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066157908438083>

PELUSO, Nance Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: Introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, ed. 4, p. 667-681, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.607692>

PLOEG, Jan Douwe van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v. 33, ed. 2, p. 240-246, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1993.tb00963.x>

SANTOS, Dayanne da Silva. "Vivemos sendo negociados": território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão (MA). **revista Kwanissa**, São Luís, n. 2, p. 90-110, jul/dez, 2018. ISSN 295-1033 Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/9760> Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

SAUER, Sérgio. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**, v. 79, p. 326-338, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.08.030>

SILVA, Anderson Antonio da; CALAÇA, Manoel; MACHADO, Luiza Helena B. Compreendendo a relação entre a questão agrária e o movimento de reprimarização da economia no contexto dos Brics. **6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies**. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/328980336\\_COMPREENDENDO\\_A\\_RELACAO\\_ENTRE\\_A\\_QUESTAO\\_AGRARIA\\_E\\_O\\_MOVIMENTO\\_DE\\_REPRIMARIZACAO\\_DA\\_ECONOMIA\\_NO\\_CONTEXTO\\_DOS\\_BRICS](https://www.researchgate.net/publication/328980336_COMPREENDENDO_A_RELACAO_ENTRE_A_QUESTAO_AGRARIA_E_O_MOVIMENTO_DE_REPRIMARIZACAO_DA_ECONOMIA_NO_CONTEXTO_DOS_BRICS)

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, Ed. 2, 1986.

Terminal Portuário Privado em São Luís (MA). **Revista o Empreiteiro**, [S.I] [2020?]. Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Citar-um-Site> Acesso em: 15 mai. 2021.

THOMSON, Frances. The Agrarian Question and Violence in Colombia: Conflict and Development. **Journal of Agrarian Change**, v. 11, ed. 3, p. 321-356, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2011.00314.x>

TKU da Navegação Interior, de Cabotagem e Longo Curso em Vias Interiores - 2019. Brasília: ANTAQ, 2020. Disponível em: [http://sophia.antaq.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=28203](http://sophia.antaq.gov.br/index.asp?codigo_sophia=28203). Acesso em: 15 jul. 2021.

VLI TRANSPORTE E LOGÍSTICA. **Terminal Portuário São Luís – TPSL**. Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/conheca-a-vli/portos/tp-sao-luis-ma/>. Acesso em: 15 jul. 2021

ZHANG, Forrest; DONALDSON, John A. From Peasants to Farmers: Peasant Differentiation, Labor Regimes, and Land-Rights Institutions in China's Agrarian Transition. **Politics & Society**, v. 38, ed. 4, p. 458-489, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032329210381236>